

BRUNA PINHEIRO DE CARVALHO

LAILA SANTIAGO DA SILVA

**A AUTONOMIA PROFISSIONAL DO FISIOTERAPEUTA DA
UTI NO CORONAVÍRUS:
Uma revisão integrativa**

@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Fisioterapia da
Faculdades Sudamérica como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel
em

Fisioterapia. Orientador(a): Renan
Guimarães de Oliveira

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

RESUMO

A autonomia profissional é importante para boa atuação de qualquer profissional da saúde. Ela compreende a liberdade nas tomadas de decisões, a aplicação plena de determinada prática dentro da área de conhecimento e a melhor cooperação possível entre colegas de trabalho. O fisioterapeuta que atua em um setor de terapia intensiva tem que atuar em conjunto com uma equipe multidisciplinar, o que acentua a importância de se levar em conta sua autonomia, principalmente no cenário do coronavírus. **Objetivo:** Analisar o trabalho do fisioterapeuta e suas relações com uma equipe multidisciplinar de UTI em tempos de coronavírus a partir de uma revisão integrativa. **Metodologia:** O presente estudo utilizará como método a revisão integrativa, a qual tem como finalidade reunir e resumir o conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado. Para realização das buscas, foram consultadas as bases de dados, *Scielo, Lilacs, IBECs, Google Acadêmico* e de artigos, previamente publicadas para revisão da literatura. Foram estabelecidos os seguintes descritores (DeCS): Fisioterapia; Coronavírus; Terapia Intensiva. As palavras-chaves: UTI, Fisioterapia, Autonomia Profissional, Equipe Multidisciplinar e Coronavírus. As estratégias de busca foram baseadas nas combinações entre as línguas portuguesa, inglesa e espanhola e o operador booleano AND. O recorte temporal adotado foi dos últimos 10 anos, textos completos e disponíveis. **Resultados:** A apresentação final da pesquisa foi constituída de 9 artigos onde foi utilizada a técnica de análise temática e através desta, foram identificadas em 6 categorias analíticas: 1) Competência profissional: autonomia e segurança; 2) Sobrecarga no trabalho e cobrança excessiva; 3) Importância do fisioterapeuta: conhecimento e parâmetro para aplicar suas técnicas; 4) Necessidade de especialização do profissional; 5) Falta de equipamentos para trabalhar; 6) Essencial na equipe multidisciplinar. **Conclusão:** Nessa revisão integrativa, é possível perceber o quão importante é a atuação do fisioterapeuta dentro de UTIS, trabalhando junto com a equipe multidisciplinar, principalmente quando se trata de coronavírus, pois a reabilitação dos pacientes é imprescindível. Destaca-se que a autonomia profissional do fisioterapeuta é um assunto que carece de maiores evidências, indicando-se, oportunamente, a realização de novos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: UTI, FISIOTERAPIA, AUTONOMIA PROFISSIONAL,

EQUIPEMULTIDISCIPLINAR,CORONAVÍRUS.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

ABSTRACT

Professional autonomy is important for a good performance of any health professional. It comprises freedom in decision-making, the full application of a given practice within the field of knowledge, and the best possible cooperation among co-workers. The physiotherapist who works in an intensive care sector works together with the multidisciplinary team, which emphasizes the importance of taking into account their autonomy, especially in the coronavirus scenario. Objective: To understand the development of the physiotherapist's work in the exercise of their professional activities in a multidisciplinary ICU team, with a focus on professional autonomy and their performance within the coronavirus context.

Methodology: This study will use as method the Integrative Review, which aims to gather and summarize the scientific knowledge already produced on the topic investigated. To carry out the searches, the databases, Scielo, Lilacs, IBECs, Academic Google and articles, previously published for literature review, were consulted. The following descriptors (DeCS) were established: Physiotherapy; Coronaviruses; Intensive therapy. Key words: ICU, Physiotherapy, Professional Autonomy and Multidisciplinary Team. The search strategies were based on combinations between Portuguese, English, Spanish and the Boolean AND operator. The time frame adopted was the last 10 years, complete and available texts.

Results: The final presentation of the research consisted of 9 articles, where the thematic analysis technique was used, and through this, 6 analytical categories were identified: 1) Professional competence: autonomy and security; 2) Work overload and excessive billing; 3) Importance of the physiotherapist: knowledge and parameters to apply their techniques; 4) Need for professional specialization; 5) Lack of equipment to work; 6) Essential in the multidisciplinary team.

Conclusion: In this integrative review, it is possible to see how important the role of the physiotherapist within the ICUs is, working together with the multidisciplinary team, especially when it comes to a health emergency such as the coronavirus, as the rehabilitation of patients is essential. It is noteworthy that the professional autonomy of physical therapists is a matter that lacks further evidence, and further studies are opportunely indicated.

KEYWORDS: ICU, PHYSIOTHERAPY, PROFESSIONAL AUTONOMY,
MULTIDISCIPLINARY TEAM, CORONAVIRUS.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

LISTA DE FIGURA

Figura 01- Fluxograma do processo de seleção da amostra	28
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Fontes de informação.....	26
Quadro 2- Fontes de Informação, Artigos Encontrados, Artigos Seleccionados.....	28
Quadro 3- Categoria e número de identificação.....	30
Quadro 4- Instrumento de coleta de dados 1	33
Quadro 5- Instrumento de coleta de dados 2.....	35

Revista

@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CoV	CORONAVÍRUS
Covid-19	DOENÇA INFECCIOSA CAUSADA PELO SARS-COV2
CREFITO	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIAOCUPACIONAL
CREMESP	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EPIS	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
IBCS	ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
LILACS	LITERATURA LATINO AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
MERS-CoV	SÍNDROME RESPIRATÓRIA DO CORONAVÍRUS DO ORIENTE MÉDIO
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
RNA	ÁCIDO RIBONUCLEICO
SARS-CoV	VÍRUS DA SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE
SRAG	SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE
SCIELO	BIBLIOTECA ELETRÔNICA CIENTÍFICA ONLINE
UTI	UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

1. INTRODUÇÃO

O fisioterapeuta é um profissional essencial para a reabilitação, preservação da funcionalidade e/ou prevenção da progressão das doenças. Na área hospitalar, o fisioterapeuta atua em favor da vida, visando manter funções sistêmicas, dentre elas as motoras e as respiratórias. E, na UTI, o fisioterapeuta visa pacientes que necessitam de suporte respiratório e monitoramento 24 horas por dia, com objetivo de reabilitar as funções o mais breve possível, prevenir qualquer tipo de lesão, dentre as quais está a pulmonar.

A Fisioterapia vem ganhando gradativamente credibilidade e visibilidade ao longo do tempo, promovendo aos pacientes melhora de suas queixas e disfunções, além de uma melhor qualidade de vida e independência naquele ambiente hospitalar.

Apesar do avanço profissional e da credibilidade dada as suas funções, o profissional ainda se depara com dificuldades e problemas no exercício cotidiano e em expressar sua autonomia dentro de uma equipe multidisciplinar, dentre as quais estão: a falta de diálogo e a interação entre a equipe; conflitos com outras categorias profissionais e interferência em suas condutas.

Vale ressaltar as possíveis existências de ordens de outros membros da equipe que se sobrepõem aos tratamentos sugeridos pelo fisioterapeuta assim como uma potencial desvalorização de seu papel dentro do grupo multidisciplinar.

Tanto a importância do fisioterapeuta quanto estes conflitos enfrentados pelo fisioterapeuta ficaram em evidência com a crise sanitária que surpreendeu o mundo a partir do ano de 2020. Um vírus que atinge justamente o aparelho respiratório e que exige alta demanda das UTI's dos hospitais fez com que a atuação fisioterapêutica neste setor fosse notada com mais atenção. Mas, antes de continuarmos o destaque sobre a atuação do fisioterapeuta, é necessário entender um pouco sobre o agente patológico que gerou a crise e fez surgirem várias discussões e reflexões sobre a área da saúde ao redor do mundo.

Os CORONAVÍRUS (CoV) são de uma grande família viral, conhecidos desde meados dos anos 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Geralmente, infecções por coronavírus causam doenças respiratórias leves a moderada, parecida com um resfriado comum.

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2) podendo

ser descrita como uma infecção respiratória aguda causadora de uma síndrome respiratória aguda grave (SRAG), têm elevada capacidade de transmissão e distribuição global. Ela surgiu em dezembro de 2019 na China e, em março de 2020, o Brasil declarou a transmissão comunitária da doença em todo território nacional (BRASIL,2021).

A doença pode ser transmitida através do contato próximo, da exposição a gotículas respiratórias expelidas e aerossóis tendo a mesma característica transmissível de outros vírus respiratórios. No ser humano, as manifestações clínicas apresentadas estão relacionadas a gravidade do caso que pode ser de um assintomático, com teste laboratorial positivo e sintomas ausentes, a um caso crítico de SRAG, com desconforto respiratório agudo, insuficiência respiratória grave, sepse, entre outros sintomas (BRASIL,2021a).

O impacto sanitário da doença no mundo e no Brasil foi reconhecido pelas instituições sanitárias ainda no ano de 2020, ou seja, a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde declararam emergência em saúde pública de importância internacional e, conseqüentemente, nacional (OLIVEIRA et al.,2020).

A disseminação, a capacidade, a transmissibilidade e a velocidade do avanço da doença fizeram as instituições sanitárias no mundo reconhecer que se tratava de uma pandemia. Com isso, houve imposições de novas regras, hábitos sociais, e outras mobilizações, de diversas naturezas, para conter o avanço da doença (DUARTE, 2020).

De acordo com o Boletim epidemiológico especial nº 58/2021 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021b) foram confirmados mais de cento e trinta e cinco milhões de casos em todo mundo e o Brasil confirmou pouco mais de treze milhões. Em resposta a tal cenário de gravidade, o País precisou elaborar um plano de contingência para a COVID19 (BRASIL,2020) afim de estruturar um comando e propor as medidas de resposta para infecção humana pelo novo vírus em três níveis: alerta, perigo iminente e emergência. Neste último é possível identificar que uma das estratégias foi apoiar a ampliação de leitos, a reativação de áreas assistenciais obsoletas, ou contratação de leitos clínicos e de unidade de terapia intensiva (UTI), com isolamento para o atendimento dos casos de SRAG.

Com a ampliação dos leitos assistenciais para a COVID-19, clínicos ou de UTI, houve uma demanda pela contratação de profissionais especializados e com experiência na área em diversos hospitais. Novas equipes nessas unidades foram

formadas em concomitância a necessidade de resposta sanitária nesta área assistencial e rotinas estabelecidas entre as equipes de trabalho.

Os desafios encontrados no tratamento de cada paciente são muitos e variados, sendo importante que cada profissional da equipe possa atuar adequadamente dentro da sua respectiva área.

A UTI é constituída por uma equipe multidisciplinar composta por Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas e Nutricionistas, que proporcionam ao paciente um suporte adequado às suas necessidades. É uma unidade de suma importância que tratam pacientes que correm risco de vida e necessitam do suporte que este setor disponibiliza.

A relação e a interação entre os profissionais que compõem esta equipe multidisciplinar envolvem saberes e práticas diversos além de experiências pregressas na seara. É importante considerar as relações e interações entre esses profissionais e entender como na prática tem ocorrido com a evidente resposta ao coronavírus. Destaca-se os achados de (BACKES, 2012, p.682): “o modo de ser e fazer dos profissionais no ambiente de cuidados em UTI, ainda é permeado por um pensar e fazer tradicional e hegemônico[...]”.

Diante disso, a fisioterapia é uma das profissões que compõem a equipe multidisciplinar em uma Unidade de Terapia Intensiva, sua atuação é extensa e se faz presente em vários segmentos da terapia intensiva evitando complicações dos pacientes. O campo de atuação e o envolvimento da fisioterapia com as práticas de UTI vem aumentando e vem ganhando reconhecimento ao longo do tempo. De fato, considerar a autonomia profissional é fator importante para o seu trabalho.

Neste contexto, potenciais dificuldades e relações conflituosas podem existir tendo em vista o modelo de trabalho multidisciplinar que já pode alimentá-los tendo em vista o tradicionalismo e as relações potencialmente hegemônicas.

Para esta reflexão, temos dois problemas fundamentais tratados nesta pesquisa. Qual é a rotina de trabalho do fisioterapeuta dentro da UTI? E, de que forma este profissional tem contribuído na elaboração de planos e decisões a serem tomadas com pacientes internados em UTI?

Destarte, a autonomia profissional corresponde a utilização de habilidades, conhecimentos e atitudes para tomar decisões inerentes ao seu espaço de atuação (HERMANN et al., 2011). A autonomia profissional é consideravelmente importante para o fisioterapeuta por se tratar, inclusive, de um princípio do próprio código

profissional de orientação geral a classe. Com isso, compreender e refletir sobre o trabalho do fisioterapeuta na unidade de terapia intensiva torna-se importante não só para o aprimoramento da classe profissional, mas também para a melhoria de seu desempenho nesse setor de trabalho, e contribui para que haja um melhor enfrentamento às pandemias que assolaram nosso país e ainda o fazem.

Este trabalho se constitui a partir de uma revisão integrativa. É uma pesquisa oportuna e importante tendo em vista o tema, a atualidade, as novas formas e relações de trabalho com o coronavírus e o crescimento da profissão.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar o trabalho do fisioterapeuta e suas relações com uma equipe multidisciplinar de UTI em tempos de coronavírus a partir de uma revisão integrativa.

Revista

@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CORONAVÍRUS

Os coronavírus são antigos conhecidos da humanidade, uma característica em comum de todos eles é que causam doenças respiratória, desde casos brandos e leves, até complicações mais severas. Muitas pessoas já se infectaram por um ou outro coronavírus ao longo de sua vida, há vários que causam apenas uma gripe ou por outro lado, alguns primos destes causaram no passado sérios danos para a saúde pública.

Em 2002, um coronavírus passou do morcego e infectou um pangolim, que por sua vez infectaram nós humanos, provocando uma Síndrome Respiratória Aguda Grave, e daí recebeu o nome conhecido como SARS-CoV (KATNENI; NEERUKONDA, 2020).

Os primeiros relatos deste vírus foram na China, por conta da cultura do consumo de animais silvestres. A disseminação do vírus ocorreu rapidamente para doze países na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia. No estudo de

revisão sobre a SARS, publicado em dezembro de 2003, a OMS indicava o registro de 8.096 casos da doença em 29 países, com 774 óbitos, quase 10% do total (WHO, 2006, p. 185), tivemos alguns casos de SARS em território brasileiro, que infectou mais de oito mil pessoas e causou cerca de oitocentas mortes, até ser controlada no ano de 2003, foi considerada para alguns “a primeira praga do século XXI” (Abraham, 2005). Desde então, não tivemos relato de nenhum caso de SARS mundialmente.

Após algum tempo, em 2012, foi isolado um novo coronavírus, só que dessa vez surgiu na Arábia Saudita, e posteriormente transmitiu-se para outros países do Oriente Médio, Europa e África, foi então nomeada como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio, a MERS e o seu coronavírus: MERS-CoV (CHENG; SHAN, 2020). A sua via de transmissão foi definida desta maneira: morcegos — camelos - humanos. Todos os casos fora da Península Arábica tinham histórico de viagem ou contato recente com algum viajante procedente de países do Oriente Médio. Não teve um impacto tão grande quanto o SARS-CoV, mas ainda assim, se disseminou para vários países. Estes vírus possuem um material genômica de RNA fita simples sentido positivo, assim ocorre uma maior velocidade na geração de novas cópias de vírus na célula infectada, além também da presença de várias proteínas em sua superfície, o que torna sua infecção mais fácil (CHENG; SHAN, 2020).

A doença apresenta sintomas semelhantes à gripe e podem envolver sinais clínicos como febre alta, calafrios, dor de cabeça, mal-estar, coriza, tosse, dor de garganta, falta de ar, dificuldade para respirar, diarreia e em alguns casos podem apresentar infecções das vias respiratórias inferiores como a pneumonia, que ocorre na maioria dos casos de síndrome respiratória aguda grave e os sintomas podem evoluir para tosse seca não produtiva como hipóxia, onde cerca de 10 a 20% dos pacientes necessitam de ventilação mecânica para manter os níveis normais de oxigênio (VAN DEN BOOM et al., 2020). A principal forma de disseminação do coronavírus é de pessoa para pessoa, o indivíduo pode ser contaminado através do ar ou pelo contato pessoal com gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro ou até mesmo com o toque. É importante se atentar ao contato com objetos ou superfícies contaminadas havendo contato com a boca, nariz ou olhos (LIMA, 2020).

Apesar desta consideração, era inacreditável prever que um novo coronavírus surgiria ainda este século, e causaria mais danos do que qualquer outro. Com rápida transmissão e tendo iniciado o contágio na China, o novo agente da família

Coronaviridae rapidamente se espalhou e, com o mundo globalizado e interconectado como o de hoje, fez surgir um problema sanitário de consequências globais.

3.2 COVID-19 NO MUNDO E NO BRASIL

O ano de 2020 iniciou marcado pela pandemia da COVID-19, cujo agente etiológico é o SARS-CoV-2. Desde a gripe espanhola, em meados de 1918, o mundo não vivia uma crise sanitária tão séria que impactasse profundamente todos os segmentos da sociedade. O SARS-CoV-2 trouxe múltiplos desafios, pois pouco se sabia sobre suas formas de propagação e ações no corpo humano, demandando intenso trabalho de Pesquisadores(as) na busca de alternativas para conter a propagação do vírus e de formas de tratamento dos casos (SOUZA, 2000).

A infecção viral desde que foi detectada pela primeira vez em dezembro de 2019 na China vem se alastrando pelos diferentes continentes, e tendo sido caracterizada como uma pandemia pela OMS.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu a notificação, em 31 de dezembro de 2019, de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, com suspeita de serem provocados por uma nova cepa de Coronavírus. Uma semana depois, as autoridades chinesas confirmaram se tratar de um novo tipo do vírus, recebendo o nome de SARS-CoV-2. Ainda no mesmo mês (30 de janeiro), a OMS emite alerta de emergência de Saúde Pública de importância internacional devido à velocidade com a qual se espalhava entre os continentes e, em 11 de março, a situação é classificada, oficialmente, como uma pandemia, embora já se apresentasse em quase todos os continentes em fevereiro (OMS, 2020).

Ainda segundo a OMS, 80% dos pacientes com COVID-19 apresentam sintomas leves e sem complicações, 15% evoluem para hospitalização que necessita de oxigenoterapia e 5% precisam ser atendidos em unidade de terapia intensiva (UTI).

O primeiro caso foi confirmado em 25 de fevereiro de 2020, com aumento progressivo de pessoas acometidas em vários estados do país. Atualmente são mais de 40 mil casos confirmados e letalidade de 6,3% (GUIMARÃES, 2020).

A principal forma de contágio da doença é o contato com a pessoa infectada,

que transmite o vírus através de tosse, espirros, gotículas de saliva, coriza e objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, maçanetas, brinquedos, teclados de computador, etc. Quando os sintomas são mais leves o paciente pode se recuperar em casa, em quarentena, mas quando são mais graves tem que ser levado imediatamente ao hospital e, de acordo com o quadro clínico, pode ser encaminhado para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (BRASIL, 2020).

Os sintomas leves para COVID-19 incluem tosse, febre, dores de cabeça, falta de ar, e a forma mais grave, pode progredir para pneumonia e infecções no trato respiratório (ILIE et al., 2020), tosse seca não produtiva indicando hipóxia, onde 10 a 20% desses pacientes precisam de ventilação mecânica para manter os níveis normais de oxigênio.

De acordo com AZEVEDO et. al., (2020), os médicos alertam que COVID-19 pode atacar vários órgãos do corpo humano em pacientes graves, além dos pulmões os médicos observaram reflexos nos rins, fígado, coração, cérebro e intestino. A maioria dos pacientes tem sido acometidos por micro tombos, que alcançaram a circulação pulmonar, comprometeram as trocas gasosas, prejudicando a oxigenação nos órgãos. A revista *Thrombosis Research* publicou uma pesquisa em que mostrou que 38% de 184 pacientes de COVID-19 na UTI holandesa tinham sangue coagulado de forma anormal.

Isto é, fica evidente que a Covid é uma doença de alta complexidade, que requer atenção e cuidados extremos e observância de profissionais de várias áreas, uma vez que movimenta os setores de terapia intensiva, que funcionam através da atuação de equipes multidisciplinares. Neste contexto, devemos entender qual a função e o modo de ação de um fisioterapeuta que atua neste seguimento e qual sua importância nas equipes de UTI.

3.3 ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA UTI

Desde as suas origens, a fisioterapia visa a reabilitação, restaurando a capacidade física, ou então mantendo o paciente o mais funcional possível, reabilitando-o como um todo, ou parte do corpo, podendo ser usada também para prevenção de sequelas e de várias doenças, entre elas as doenças respiratórias.

Podemos ver que na Resolução nº 424, de 08 de Julho de 2013 – (D.O.U. nº 147, Seção 1 de 01/08/2013), se estabelece o Código de Ética e Deontologia da

Fisioterapia, onde é tratado sobre a ética no exercício da profissão, dissertando sobre os direitos e deveres do fisioterapeuta, baseados no aspecto legal. O código é claro quanto à postura a ser tomada pelo profissional de fisioterapia frente ao paciente, levando em conta o aspecto humano, social e técnico; também postulando sobre as atribuições demandadas ao fisioterapeuta e quais as considerações a serem feitas antes deste assumir dada responsabilidade ou tratamento:

Artigo 1º—O Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia, trata dos deveres do fisioterapeuta, no que tange ao controle ético do exercício de sua profissão, sempre juízo de todos os direitos e prerrogativas assegurados pelo ordenamento jurídico.

Artigo 4º—O fisioterapeuta presta assistência ao ser humano, tanto no plano individual quanto coletivo, participando da promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e recuperação da sua saúde e cuidados paliativos, sempre tendo em vista a qualidade de vida, sem discriminação de qualquer forma ou pretexto, segundo os princípios do sistema de saúde vigente no Brasil.

Artigo 5º – O fisioterapeuta avalia sua capacidade técnica e somente aceita atribuição ou assume encargo quando capaz de desempenho seguro para o cliente/paciente/usuário, em respeito aos direitos humanos (COFFITO, 2013, s.p.).

A dedicação da fisioterapia ao paciente crítico teve seu início entre as décadas de 40 e 50 devido à crise da poliomielite (BRAZ; MARTINS; JUNIOR, 2009; MOREIRA et al., 2005), desde então sua afirmação como parte da assistência intensiva tem sido progressiva (NOZAWA et al., 2008), e sua atuação como profissional integrante da equipe multiprofissional no tratamento de pacientes nas unidades de terapia intensiva (UTI) é reconhecida em diversos países desenvolvidos (BORGES et al., 2009; GODOY et al., 2011).

É notório que há uma crescente valorização do trabalho do fisioterapeuta dentro da área da saúde nos últimos anos. A sua participação cada vez mais importante dentro das unidades de terapia intensiva nos prova isso. Essas unidades são complexas, pois lidam com pacientes em estado crítico, o que requer uma maior atenção e cuidados mais especializados, ou seja, o aumento da presença de fisioterapeutas nesses setores fortalece a ideia de que a fisioterapia é essencial e imprescindível dentro de um hospital.

Essa ideia pode, com o tempo, além de valorizar ainda mais a profissão, aprimorar o atendimento dentro de unidades de saúde e promover avanços em todos os aspectos técnicos da área. Regimentos, normas, planos estratégicos e objetivos de hospitais que levem em conta o valor do fisioterapeuta com certeza

passarão a ser o padrão; as diretorias passarão a levar em conta a melhor capacitação da equipe de fisioterapia, melhor remuneração e a priorizar terapias que estejam dentro do espectro de conhecimento específico dos fisioterapeutas. Tudo isso, fatalmente, promoverá um melhor resultado no tratamento de pacientes de UTI e, conseqüentemente, um reconhecimento cada vez maior e uma evolução da profissão de fisioterapeuta (NOZAWA, 2008, p.130).

No Brasil, os fisioterapeutas estão cada vez mais presentes nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Essa inserção foi iniciada na década de 1970, e sua afirmação como integrante da equipe de assistência intensiva tem sido progressiva. A reflexão sobre esse avanço poderá gerar diretrizes e metas que propiciem recomendações de ações terapêuticas, normatização da estrutura administrativa, treinamentos técnicos e gerenciais, definições das relações de trabalho, efetividade no custo-saúde e remuneração qualificada, com resultados mais eficientes para a população de pacientes críticos.

É uma das profissões mais jovens da área da saúde (CAVALCANTE et. al., 2011) e tem como objetivo prevenir e tratar lesões cinéticas e funcionais decorrentes de traumas e de doenças, através de mecanismos terapêuticos próprios (MOREIRA; NOGUEIRA; ROCHA, 2007). A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

O atendimento fisioterapêutico no contexto hospitalar está voltado a assistência aos pacientes acometidos com a COVID-19 nas condições mais graves. Os ajustes ventilatórios pós intubação (ajuste de parâmetros no ventilador mecânico) são feitos pelo fisioterapeuta e vale salientar que, se mal gerenciados no ventilador mecânico, pode haver lesão pulmonar. Tais ajustes são minuciosos visto que uma alteração equivocada pode causar um aumento da área de lesão pulmonar, além de uma série de recursos e posicionamentos que o fisioterapeuta realiza para otimizar o processo de ventilação mecânica, e acelerar o processo de recuperação do paciente, com o mínimo de sequelas pulmonares possível. Especificamente nos pacientes com COVID-19 o fisioterapeuta faz uma série de ajustes na ventilação mecânica a fim de deixá-la menos deletéria e atendendo as demandas ventilatórias dos pacientes (MARTINEZ et. al., 2020).

Quando o paciente chega no ambiente hospitalar que já tenha passado pela triagem, e analisado o seu estado e sido diagnosticado com suspeitas do COVID-19, este será levado a um ambiente isolado para obter o tratamento adequado. Sendo a hipóxia e a descompensação das disfunções prévias crônicas, um dos principais

motivos de internação em UTI's. Geralmente se o paciente é hipoxêmico vai receber a primeira abordagem que é o cateter de oxigênio com suas limitações de suporte. O fisioterapeuta entra com as técnicas e manejo da Fisioterapia Respiratória que têm gerado aos pacientes um conforto para que eles possam ter uma melhora rápida (COSTA et. al., 2020).

No entanto, apesar de toda esta atuação fisioterapêutica descrita acima e sua importância no tratamento dos pacientes das UTI's, muitas vezes o fisioterapeuta ainda encontra problemas para estabelecer seus tratamentos e se vê diante de dificuldades no trato com outros membros da equipe multidisciplinar. Os conflitos vão desde desvio de funções, à interferências nos protocolos estabelecidos pelo profissional de fisioterapia, o que nos pede uma reflexão a respeito da autonomia destes profissionais.

3.4 AUTONOMIA PROFISSIONAL

De acordo com o código de ética profissional do fisioterapeuta, no Artigo nº14, constituem-se deveres fundamentais dos fisioterapeutas relacionados à assistência ao cliente/paciente/usuário: respeitar o princípio bioético de autonomia, beneficência e não maleficência do cliente/paciente/usuário de decidir sobre a sua pessoa e seu bem estar; informar ao cliente/paciente/usuário quanto à consulta fisioterapêutica, diagnóstico e prognóstico fisioterapêuticos, objetivos do tratamento, condutas e procedimentos a serem adotados, esclarecendo-o ou o seu responsável legal, prestar assistência fisioterapêutica respeitando os princípios da bioética.

A profissão da Fisioterapia evoluiu rapidamente, e com grandes perspectivas de crescimento; derivada da medicina, também reproduziu o processo de subdivisão em especialidades, dentre elas a fisioterapia intensiva. A evolução da autonomia dos fisioterapeutas compreende a liberdade e a independência para efetuar e executar julgamentos profissionais. Essa evolução gerou maior autonomia dos profissionais no que se refere ao processo de tomada de decisões em saúde, mas trouxe, também, dilemas e responsabilidades éticas mais complexas. Como outras profissões da Saúde, a prática profissional gera desafios de ordem moral, os quais são decorrentes de mudanças sociais e da utilização das tecnologias no cotidiano da profissão (SANTUZI et. al., 2013). Autonomia, portanto, é uma conquista, é o exercício de uma

vontade.

A partir do momento em que os trabalhadores em geral adquirem a “liberdade de viver seus processos eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles”. Tal capacidade é que garantirá um mínimo de possibilidade de criação e permitirá conquistar e preservar, exatamente, esse caráter de autonomia tão importante (GUATTARI et. al., 1993, p. 46).

O termo "autonomia" pode ser entendido como competência humana em seguir suas próprias leis, ou, ainda, a ser exercida por pessoa capaz de fixar as normas de sua conduta, sendo essa diretamente relacionada à personalidade de cada um e proporcionada pela valorização do seu trabalho (BIANCO, 2000). É importante ressaltar que a autonomia é relativa, não absoluta, pois depende do querer de outros e da sociedade em que vivemos (BIANCO et.al., 1999).

Isso pode ser evidenciado quando lembramos que, ao surgimento do curso de fisioterapia, em 1962, o fisioterapeuta era colocado como auxiliar; o médico era quem prescrevia o tratamento fisioterapêutico, e o fisioterapeuta apenas o colocava em prática, sem ter o poder de alterar nada no tratamento.

Segundo NORONEM et al., (1999), a autonomia pode ficar comprometida se não houver a definição da especificidade da fisioterapia e uma apropriação por parte do fisioterapeuta.

Assim, a autonomia não é apenas o exercício do poder, mas o direito, valor, processo a ser conquistado e adquirido no dia a dia daquele profissional, por meio de atitudes, posturas e ações contínuas (GOMES, 2005).

O profissional fisioterapeuta tem autonomia e conhecimento científico para fazer seus próprios diagnósticos funcionais para cada um dos seus pacientes, visando promoção em saúde e prevenção de doenças. Sendo também competente para buscar informações que julgar necessárias no acompanhamento do tratamento, podendo solicitar exames e laudos médicos.

A autonomia profissional é ter segurança e ter conhecimento para tomar iniciativas quando precisar. Além disso, é interessante deixar bem claro que não se quer dizer ter independência no sentido de ser autossuficiente, muito menos de agir ou decidir tudo por conta própria, pelo contrário, é ter interdependência; pois, pedir ajuda faz parte do processo de se ter autonomia. Muitas vezes, o profissional acredita que perguntando a opinião do outro ou pedindo ajuda, deixa de ter autonomia, o que é um engano. Pessoas com autonomia, se sentem a vontade para

compartilhar dúvidas e construir soluções conjuntas.

Tendo discorrido sobre o tema da autonomia profissional, precisamos agora entender o que são e como funcionam as equipes multidisciplinares que atuam nos setores de terapia intensiva dos hospitais e como o fisioterapeuta se encaixa neste cenário.

3.5 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

No atendimento multidisciplinar oferecido aos pacientes em UTÍ's, o fisioterapeuta se faz presente em vários segmentos do tratamento intensivo, tais como: o atendimento a pacientes críticos que não necessitam de suporte ventilatório; assistência durante a recuperação pós cirúrgica, com objetivo de evitar complicações respiratórias e motoras; assistência a pacientes graves que necessitam de suporte ventilatório; entre outros (JEREE et al., 2007; SABETZKI; COCITOSTE,2008).

A unidade de terapia intensiva tem evoluído muito rapidamente nos últimos anos, uma vez que são unidades que dependem de aparelhos complexos, aprimorados de acordo com a evolução tecnológica que acontece mais rapidamente a cada dia. A fisioterapia é uma área do conhecimento mais jovem que a medicina, portanto, por mais que sua importância esteja ganhando força, ela ainda está em um processo de integração com as outras áreas da saúde (STILLER,2000).

Na UTI, a fisioterapia também se faz cada vez mais necessária, mas, como nesses setores as equipes são multidisciplinares, há a necessidade de que o fisioterapeuta tenha a capacidade de conjugar seus conhecimentos com o de outros profissionais. O Brasil tem um bom nível de graduação de seus fisioterapeutas, ensinando especialidades, no próprio bacharelado, que não são ensinadas em outros países, além de integrar fisioterapeutas, cada vez mais, no tratamento de casos complexos, como os que acontecem na terapia intensiva. Mesmo assim, em países desenvolvidos, o fisioterapeuta ainda é mais valorizado que no Brasil, principalmente no quesito da remuneração.

A reflexão é a de que temos fisioterapeutas bem formados e que, justamente por atuarem em casos mais complexos, devem ter sua capacitação e aprimoramentos sempre valorizados e priorizados, recebendo o valor que merecem no mercado de trabalho. Desse modo, poderão lapidar cada vez mais suas

habilidades e conseguir integrá-las mais eficientemente nas Unidades de Terapia Intensiva (STILLER, 2000, p. 178).

O profissional fisioterapeuta, como integrante desta equipe, necessita cada vez mais de aprimoramento e educação especializada para fazer frente ao avanço dos cuidados intensivos. Em países desenvolvidos, a função do fisioterapeuta depende de muitos fatores, como a própria característica da inserção da Fisioterapia em cada país, a tradição, o nível do curso de graduação, treinamento e competência.

Além de beneficiar o profissional, pesquisas indicam que o trabalho em equipe multiprofissional favorece o processo de tratamento e recuperação dos pacientes, quando envolvem a escuta qualificada e a integralidade do atendimento (SUGUYAMA et al., 2016; PEREIRA et al., 2013).

O trabalho de uma equipe multiprofissional se constitui por meio de uma relação recíproca, em que cada componente e todos, de forma compartilhada, façam um investimento na articulação das ações, para se alcançar um objetivo comum (BERGAMIN; PRADO, 2013; PEDUZZI et al., 2013).

Sobre unidade de terapia intensiva, onde este trabalho conjunto é realizado: é uma estrutura dotada de diversos sistemas de monitorização contínua, que oferece suporte vital de alta complexidade, visando manter a vida do paciente em condições clínicas de gravidade e risco de morte.

No artigo 6 da resolução CREMESP nº71, de 8 de novembro de 1995, pode-se ler sobre esta estrutura:

'A UTI deve estar estruturada de forma a fornecer suporte diagnóstico e tratamento nos aspectos hemodinâmico, metabólico, nutricional, respiratório e de reabilitação'.

Já na resolução CREFITO Nº. 08, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1978, pode-se analisar sobre as atribuições do fisioterapeuta dentro deste setor de UTI, onde consta quais são suas funções privativas, dentre elas prescrever, ministrar e supervisionar terapia física; além de quais os recursos devem ser utilizados pelo profissional, quais sejam: utilização, com o emprego ou não de aparelho, de exercício respiratório, cardiorrespiratório, cardiovascular, de educação ou reeducação neuromuscular, de regeneração muscular, de relaxamento muscular, de locomoção, de regeneração osteoarticular, de correção de vício postural, de adaptação ao uso de órtese ou prótese e de adaptação dos meios e materiais

disponíveis, pessoais ou ambientais, para o desempenho físico do cliente. No artigo também se estipula que é o fisioterapeuta quem deve determinar o objetivo da terapia e a programação do tratamento e qual o segmento do corpo do paciente que será submetido a determinado exercício.

No entanto, apesar do que se é postulado em códigos e conselhos, potenciais dificuldades e relações conflituosas podem existir no modelo de trabalho multiprofissional, que é o modelo utilizado nas UTI's. Neste sentido, MACEDO (2007), afirma que o trabalho dos médicos tem por característica a autonomia, enquanto outros trabalhadores da saúde, como por exemplo os fisioterapeutas, geralmente atuam em configurações de hierarquia. Segundo a autora, isso reflete diretamente nas relações de poder e as diferenças são interpretadas como níveis de subordinação, o que pode gerar divergências.

Para a reflexão destas questões, elaboramos um trabalho revisional, que analisa a literatura existente até o momento sobre estes temas, com o propósito de ampliar o conhecimento sobre o assunto, apresentar e examinar as discussões já existentes.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

4 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido através da revisão integrativa da literatura e teve como fim reunir e resumir o conhecimento científico sobre o tema apresentado. Com isso, o método consistiu de uma avaliação, uma síntese, e uma busca por evidências disponíveis afim de contribuir para o desenvolvimento das análises e discussões sobre um determinado tema.

O fisioterapeuta atua na UTI juntamente com a equipe multidisciplinar, tratando pacientes que precisam de monitoramento contínuo. Entretanto, a autonomia profissional, as relações e a distribuição das competências internas no cotidiano de trabalho podem evidenciar novas e outras formas de interesse científico, social e profissional.

A revisão integrativa se dividiu em 6 partes, podendo-se descrever sobre a sua aplicação e seus critérios.

4.1 ETAPA 1 - Identificação do tema

Nesta etapa identificamos o tema, ou questões que guiam a pesquisa, e o delimitou: A autonomia profissional do fisioterapeuta da UTI no coronavírus, proporcionando responder as questões norteadoras: Qual é a rotina de trabalho do fisioterapeuta dentro da UTI? E de que forma este profissional tem contribuído na elaboração de planos e decisões a serem tomadas com pacientes internados em UTI?

4.2 ETAPA 2 - Critérios para inclusão e exclusão de estudos

Esta segunda etapa foi feita após a escolha do tema pelas pesquisadoras e a formulação da questão de pesquisa, com a busca nas bases de dados dos estudos que serão incluídos na revisão.

Foram estabelecidos os seguintes descritores (DeCS) na pesquisa: Fisioterapia; Coronavírus; Terapia Intensiva. As palavras chaves: UTI, FISIOTERAPIA, AUTONOMIA PROFISSIONAL, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E CORONAVÍRUS. As estratégias de busca foram baseadas nas combinações entre as línguas portuguesa, inglesa, espanhola e o operador booleano AND. As bases de dados utilizadas: Scielo, Lilacs, IBECs e Google Acadêmico. Recorte temporal adotado foi dos últimos 10 anos, textos completos e disponíveis.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos: artigos publicados em português, em espanhol e inglês. Artigos na íntegra; que retratassem a temática definida. Como critérios de exclusão: as publicações que não atenderam os critérios estabelecidos na metodologia.

A amostra inicial constitui-se de 812 artigos, sendo 3 (scielo), 2(lilacs), 805(Google Acadêmico) e 2 (IBECs). As bases de dados, estratégias de busca correspondentes e o número de artigos encontrados e suas respectivas fontes de informação estão registradas no **Quadro 1**.

FONTES DE INFORMAÇÃO	ESTRATÉGIA DE BUSCA	RESULTADOS
SCIELO	Fisioterapia and Autonomia and Terapia Intensiva	3
GOOGLE ACADÊMICO	Autonomia and Fisioterapia and Terapia Intensiva AND Coronavírus .	805

IBECS	Fisioterapia and Coronavírus and Terapia Intensiva	2
LILACS	Fisioterapia and Coronavírus and Terapia Intensiva	2

Quadro 1. Fontes de informação, Estratégia de Busca, Resultados. Cataguases, Minas Gerais, 2021.

O processo de leitura dos dados ocorreu primeiro por leitura textual, a qual se trata de um modo de aprofundamento em processos discursivos, visando alcançar saberes sob a forma de compreensões reconstruídas dos discursos. Essa leitura permite identificar e isolar enunciados dos conteúdos a ele submetidos, categorizar tais enunciados e produzir textos, de maneira a integrar descrição e interpretação.

Posteriormente a coleta de dados, realizou-se a seleção dos estudos primários, de acordo com a questão norteadora e os critérios de inclusão previamente definidos, e foi realizado o refinamento por ano de publicação de 2011 a 2021.

Foi realizada a leitura e análise por título e resumo, que resultou na exclusão de 803 artigos, finalizando a leitura de texto completo, obtendo-se a amostra final, constituída por 9 artigos. O processo de seleção dos artigos é apresentado no quadro 2, figura 1.

Durante análise dos títulos e resumos dos artigos, observaram-se na amostra inicial 803 artigos não relacionados à temática deste estudo, dos quais: 31 eram sobre fisioterapia pediátrica, 24 sobre população infantil no ambiente hospitalar, 39 orientações e comunicações à imprensa na covid-19, 27 sobre capacitação de estagiários na fisioterapia, 93 recomendações no departamento de emergência, 72 eram sobre pacientes oncológicos na prevenção do covid-19, 81 sobre desafios nas manifestações neurológicas, 23 falava sobre impactos em jovens adultos no AVC durante internamento na covid-19, 105 sobre reabilitação fisioterapêutica pós covid-19, 59 falava sobre fisioterapia na atenção primária, 18 relatava sobre saúde mental e nível de atividade física de residentes de fisioterapia, 31 artigos falavam sobre reabilitação cardiopulmonar pós covid-19, 62 relatavam como a pandemia mudou a rotina dos residentes em fisioterapia, 36 eram sobre o papel da fisioterapia em diferentes cenários de atuação, 41 em como a covid-19 afetou as gestantes, 32 falavam do custo das diárias em UTI's e 29 eram sobre síndrome de burnout.

Na análise do texto completo foram analisados na íntegra 9 artigos, onde todos atenderam aos critérios de inclusão propostos na metodologia deste estudo.

Sendo importante que na seleção dos artigos para amostra final, que todos os artigos respondam à questão norteadora deste estudo.

FONTES DE INFORMAÇÃO	ARTIGOS ENCONTRADOS	ARTIGOS SELECIONADOS
SCIELO	3	1
GOOGLE ACADÊMICO	805	7
IBECS	2	0
LILACS	2	1
TOTAL	812	9

Quadro 2. Fontes de Informação, Artigos Encontrados, Artigos Seleccionados. Cataguases, Minas Gerais, 2021.

Fase3 – processo de seleção FLUXOGRAMA

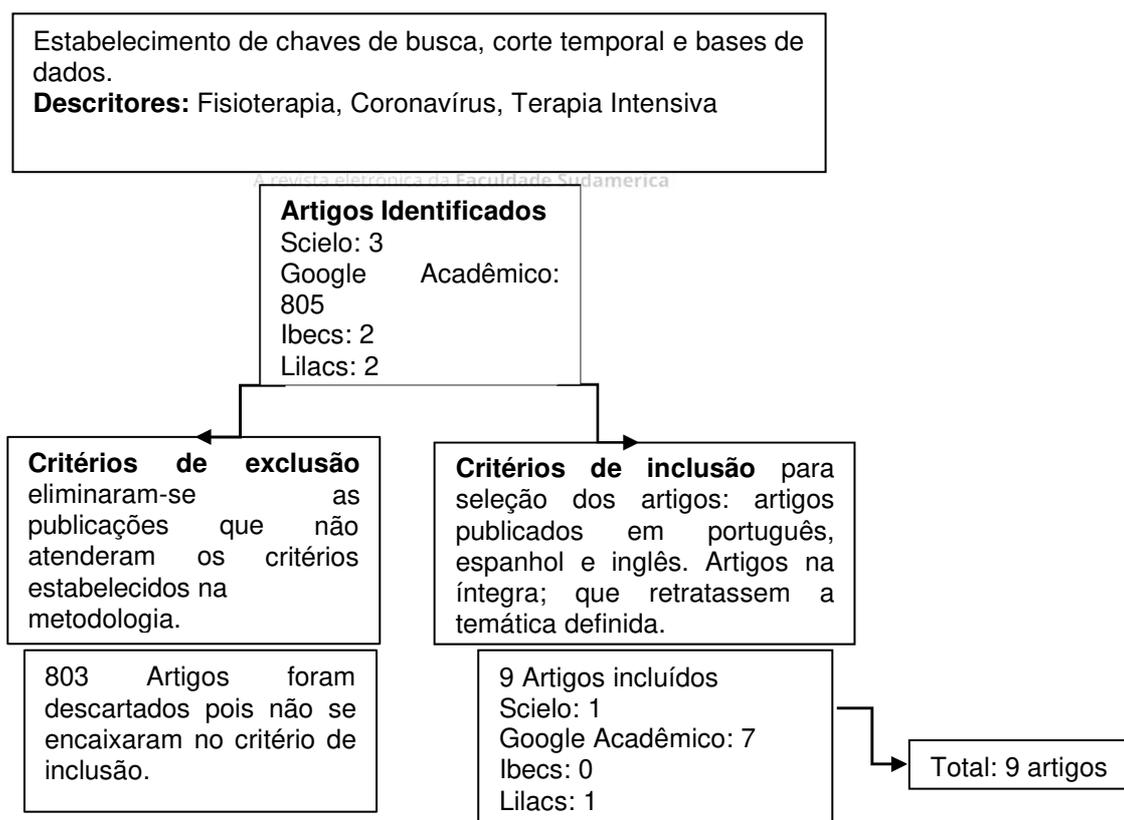


Figura 01. Fluxograma do processo de seleção da amostra.

4.3 ETAPA3 - Informações a serem extraídas dos estudos para categorização.

Procedeu-se à definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados. Para a análise e posterior síntese dos 9 artigos que atenderam aos critérios de inclusão, elaborou-se dois instrumentos para a coleta das informações visando responder à questão norteadora da revisão. A análise e a interpretação dos dados foram realizadas de forma organizada e sintetizada, por meio da elaboração de dois quadros sinópticos que compreenderam os seguintes itens: Instrumento 01 - identificação do estudo, autores, fonte de informação, periódico e ano de publicação (apresentado no quadro 04, do item 04). Instrumento 02 - objetivos, método, amostra estudada, principais resultados e categoria do estudo (apresentado no quadro 05, do item 04).

Após esse procedimento, os estudos foram separados em 6 categorias, que subsidiaram a interpretação e apresentação dos resultados da revisão, a saber:

Número de Identificação	Categoria
I	Competência profissional: autonomia e segurança.
II	Sobrecarga no trabalho e cobrança excessiva.
III	Importância do fisioterapeuta: conhecimento e parâmetro para aplicar suas técnicas
IV	Necessidade de especialização do profissional.
V	Falta de equipamentos para trabalhar.
VI	Essencial na equipe multidisciplinar.

Quadro 3. Categorias e números de identificação. Cataguases, Minas Gerais, 2021.

4.4 ETAPA 4 - Avaliação dos estudos incluídos

Foi realizada uma análise crítica dos estudos selecionados, observando os aspectos metodológicos, a similaridade entre os resultados encontrados. Sendo esta análise realizada de forma minuciosa, buscando respostas para os resultados diferentes ou conflitantes nos estudos.

4.5 ETAPA 5 - Interpretação dos resultados

Os resultados foram fundamentados na avaliação crítica dos estudos selecionados, tendo realizado comparação dos estudos e das temáticas abordadas frente ao objeto de pesquisa proposto.

Assim, foi observado o conhecimento científico acerca das práticas da

atuação da fisioterapia na UTI, a sobrecarga de trabalho dos fisioterapeutas, a falta de EPI's em época de pandemia Covid-19, a falta de autonomia profissional, juntamente com a falta de especialização dos profissionais.

Por meio da revisão integrativa realizada, foi possível identificar uma amplitude do tema ainda reduzida, sendo observado que dentro da equipe de saúde quem se utiliza dessas práticas são em maioria os médicos e profissionais sem capacitação para atuar em UTI especializada em Covid-19.

Importante ressaltar o quanto a profissão foi reconhecida pelo público durante a pandemia e a constatação dos benefícios que os profissionais proporcionam aos pacientes dentro das unidades de terapia intensiva. Estima-se que o fisioterapeuta consiga cada vez mais ocupar este espaço com sabedoria e reconhecimento profissional.

4.6 ETAPA 6 -Apresentação da revisão e síntese.

Como conclusão desta revisão integrativa, foi feita uma elaboração do resumo das evidências disponíveis, com a produção dos resultados, apresentada a seguir.

5.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nota-se, através dos estudos analisados, que há uma tendência decréscimo no reconhecimento da profissão do fisioterapeuta e de sua importância dentro do ambiente hospitalar. Com o advento da pandemia, essa importância ficou ainda mais evidente, devido à alta demanda das UTIS e, conseqüentemente, da necessidade de fisioterapeutas preparados para lidar com pacientes que, em geral, necessitavam de cuidados complexos em relação ao aparelho respiratório, muitos necessitando de intubações, situação em que o fisioterapeuta é imprescindível. No entanto, percebe-se que, apesar de a sociedade ter reconhecido a fundamental importância do fisioterapeuta dentro das equipes multidisciplinares que combatem o coronavírus, a maioria ainda o considera um reabilitador, desconsiderando a fisioterapia em pessoas saudáveis.

Nessas equipes multidisciplinares, através dos artigos, analisa-se que o fisioterapeuta é de extrema importância no trato de pacientes em estado crítico de

UTI, e é necessário que haja uma interação com os outros membros da equipe, onde ele exerça suas funções, elabore condutas fisioterapêuticas em diferentes casos e diferentes fases do tratamento, visando sempre a independência funcional do paciente. Apesar disso, é notória a quantidade de problemas que o trabalho dentro de uma equipe multidisciplinar gera aos fisioterapeutas, principalmente no âmbito da autonomia profissional.

Nas pesquisas, identificamos que parte dos fisioterapeutas diz não ter achado suficiente a preparação que tiveram na graduação. Também observamos profissionais que dizem ter pouca autonomia dentro das equipes multidisciplinares, apesar de dizerem atuar dentro dos limites éticos e bioéticos da profissão e estarem aptos a exercerem todos os níveis de atenção demandados.

É importante salientar que, no quesito da ventilação mecânica invasiva, por exemplo, os profissionais de fisioterapia atuam sob direção da equipe médica, devido a questões como falta de conhecimento e especializações, o que contribui para a diminuição de sua autonomia em uma área onde deveria ter domínio. Podemos conectar isso, portanto, aos estudos que discorrem da importância do envolvimento e participação da fisioterapia nos debates éticos em UTI e a necessidade de uma formação mais aprimorada em bioética para esses profissionais, que poderão, assim, estar mais preparados para dilemas dos aspectos descritos acima, durante o exercício de suas funções.

Além dos conflitos éticos e morais, a pandemia também evidenciou outros desafios que os fisioterapeutas encontram, como condições de trabalhos desfavoráveis e alta demanda.

Identificamos até mesmo relato de falta de EPI's e dificuldade em realizar de maneira segura as fisioterapias respiratórias. Esses fatores parecem contribuir para um olhar negativo, por parte dos fisioterapeutas, da distribuição do trabalho dentro das unidades de terapia intensiva, onde parece haver uma clara distinção entre quem planeja e quem executa as tarefas, que passam a ser repetitivas e exaustivas para os fisioterapeutas, com alta demanda e pouco tempo de descanso, formando um ambiente propício ao adoecimento destes profissionais.

Portanto, é necessário uma maior capacitação dos fisioterapeutas, o que facilitará sua incorporação à equipe multidisciplinar das UTI's e lhe garantirá uma maior autonomia profissional, uma vez que fica explícita a importância da profissão nestes ambientes hospitalares e clínicos e pode-se até pensar sobre a necessidade

de UTI's especializadas e aprimoradas para a antecipação de uma próxima pandemia ou emergência sanitária.

Apesar da importância do trabalho do Fisioterapeuta ser desenvolvido considerando aspectos coletivos no ambiente de trabalho que se voltam as múltiplas disciplinas do campo da saúde, destaca-se que não foi possível apreender apontamentos voltados as relações interdisciplinares no ambiente de trabalho da UTI. Considera-se importante desenvolver outros estudos que possam apreender essas relações do fisioterapeuta com as demais profissões.

Os quadros de síntese apresentam as informações extraídas dos 9 estudos selecionados.

Nº	Identificação de estudo	Autores	Fonte	Periódicos	Ano
1	Aspectos éticos e humanizados da fisioterapia na UTI: uma revisão sistemática	Cíntia Elena Santuzzi, Maria José Scardua, Jacqueline BetzelReetz, Kássia Santos, Nayla Oliveira Lima, Washington Luiz Silva Gonçalves.	Scielo	Revista fisioterapia do movimento	2013
2	A importância da atuação do fisioterapeuta no ambiente hospitalar	Andreá Alves Nunes.	Google Acadêmico	Anhaguera educacional LTDA.	2014
3	Avaliação do contexto de trabalho em terapia intensiva na percepção dos fisioterapeutas	Gustavo de Jesus Pires da Silva, Pedro Antônio Muniz Ferreira, Rute Pires Costa, Cristiane Martins Serra Pires, Louise Aline Romão Gondim, José Pedro da Silva Souza.	Google Acadêmico	Assobrafir Ciência	2020
4	Valorização da Fisioterapia Respiratória frente à Covid-19	Estefany Horryny Gonçalves, Luana Faustino Alves.	Google Acadêmico	Anais do congresso nacional universidade.	2020
5	Atuação do fisioterapeuta mediante a pandemia da Covid-19 em um hospital de referência no interior da Amazônia legal	Elenir Silva de Carvalho, Alana Kundsinn.	Google Acadêmico	Revista Eletrônica Acervo Saúde	2020
6	Modificaciones en las Prácticas de los Kinesiólogos de Cuidados Críticos durante y después de la Pandemia COVID-19 en Chile: Protocolo	Felipe Gonzalez Sequel, Rodrigo S. Adasme, Loreto I. Henriquez, José L. Sufán, Catalina Merino-Ozório.	Lilacs	González-Seguel et al. Kinesiología	2020

	de una Encuesta Nacional				
7	Perfil de competências de fisioterapeutas atuantes em unidades de terapia intensiva no estado do paraná	Andressa Caroline Lepka Caregato, Elaine Rossi Ribeiro, Juliano Mendes de Souza e Esperidião Elias Aquim.	Google Acadêmico	Revista SUSTINERE	2021
8	O papel do fisioterapeuta dentro da equipe multidisciplinar em Unidades de Terapia Intensiva	Ana Luiza Nascimento, Danielle Aquino Zambom, Karla Rocha Carvalho Gresik.	Google Acadêmico	Editora científica	2021
9	A fisioterapia e a multidisciplinaridade do contexto da Covid-19	Jackson Ribeiro de Souza, Gabriel Brandão Maciel, João Marcos Dias, Davi Vieira Braga Emerick, Paulo Fernando Souza Neto, Renato de Freitas Mendes.	Google Acadêmico	V jornada de iniciação científica. VI seminário científico Unifacig	2021

Quadro 4. Instrumento de coleta de dados - Apresentação da síntese dos artigos incluídos na Revisão Integrativa: Identificação do estudo, autores, fontes de informação, periódicos e ano.

Nº	Objetivos	Métodos	Amostra Estudada	Principais Resultados	Categoria
1	Uma reflexão sobre o relacionamento ético do fisioterapeuta nas Unidades de Terapias Intensivas.	Revisão bibliográfica	23 registros de produções, cujos dados foram organizados em um banco de dados.	De acordo com a revisão bibliográfica apresentada, considera-se de fundamental importância o envolvimento e a participação do fisioterapeuta nos debates que envolvem dilemas éticos em UTI. Além disso, a aquisição de maior conhecimento sobre as questões éticas e aspectos relacionados à humanização da assistência intensiva devem ser tópicos de discussão não somente circunscrita ao âmbito da fisioterapia, mas de todos os profissionais	III
2	Delinear a importância da atuação do fisioterapeuta no	Análise bibliográfica	Revisão de 36 referências bibliográficas publicadas entre	As pesquisas reforçam a importância do fisioterapeuta	IV

	ambiente hospitalar e descrever seu papel.		2004 e 2011	hospitalar, demonstra que sua presença durante 24 horas é indispensável e ressalta a necessidade de especialização na área por parte do profissional.	
3	Investigar o contexto de trabalho em terapia intensiva na perspectiva da saúde do trabalhador e no processo saúde-doença	Estudo transversal, descritivo	Realizado com 20 fisioterapeutas de duas UTI's Adulto, selecionadas por conveniência, pertencentes à rede hospitalar privada de São Luís - Maranhão.	Notou-se predomínio do sexo feminino, média de idade 28,55 ± 3,45 anos e profissionais com carga horária semanal de trabalho de 30 a 60h. Dentre os 31 itens da EACT, um indicou avaliação negativa (existe forte cobrança por resultados) e oito itens indicaram avaliação moderada, crítica (o ritmo de trabalho é excessivo; as tarefas são cumpridas com pressão de prazos; as normas para execução das tarefas são rígidas; existe fiscalização do desempenho; existe divisão entre quem planeja e quem executa; as tarefas são repetitivas; falta tempo para realizar pausas de descanso no trabalho e existe muito barulho no ambiente de trabalho).	II
4	Demonstrar se houve valorização da fisioterapia na produção de pesquisas relacionadas ao tema e relacionado ao reconhecimento social	Pesquisa documental de caráter descritivo, abordagem quantitativa.	No levantamento desses dados preferimos alterar as buscas para que fosse encontrada as pesquisas na web em todas as categorias realizadas nos últimos 5 anos no mundo todo.	Maior reconhecimento da fisioterapia respiratória, desde a busca pelo termo "fisioterapia" no Google, que demonstra a sociedade em conhecer o papel da fisioterapia e a atuação essencial na equipe multidisciplinar no combate ao covid-19. Além disso, a	III

				produção científica na área da fisioterapia aumentou consideravelmente, sendo que diante do desafio do promover o cuidado do paciente com a covid-19, os profissionais buscam fornecer evidências para que a atuação fisioterapêutica seja eficiente.	
5	Observar a atuação do fisioterapeuta no âmbito hospitalar perante a assistência aos pacientes acometidos pela COVID-19, em um hospital de referência no interior da Amazônia Legal	transversal de caráter descritivo, exploratório, com abordagem quantitativa.	Amostra de 30 profissionais de fisioterapia atuantes no atendimento hospitalar dos setores exclusivos para o tratamento dos infectados por SAR-CoV-2.O hospital é uma instituição pública, que realiza atendimentos de média e alta complexidade, é macrorregião de saúde do estado e atualmente um hospital de referência no tratamento da COVID-19.	Foi possível observar que estes profissionais sofrem com a falta de recursos humanos e EPI's, tendo risco de exposição e contaminação diariamente. O fisioterapeuta vem atuando na condução do suporte ventilatório invasivo e não invasivo, manejo da oxigenoterapia e da posição prona, realizando exercícios com ênfase na otimização e reabilitação da função motora e respiratória, auxiliando em procedimentos corriqueiros dos cuidados intensivos como a intubação orotraqueal, extubação, reanimação cardiopulmonar. Vale ressaltar, a importância de haver o desenvolvimento de mais estudos para esta temática apresentada.	V
6	Describir las modificaciones institucionales, laborales y asistenciales experimentadas por kinesiólogos que se desempeñan en UCI durante y después	Estudio observacional analítico transversal	Se incluirán todas las UCI adulto existentes y las creadas por contingencia COVID-19, Se aplicará una encuesta online (REDCap®) al	Orientará la creación de estrategias encaminadas a optimizar el uso de los recursos humanos y de salud en Chile, orientar la toma de decisiones clínicas y	III

	de la pandemia COVID-19 en Chile.		kinesiólogo representante de cada centro, lacual recopilará la información anonimizada principalmente a través de selección múltiple y escala Liker	administrativas en el contexto de una emergencia de salud, e informar las necesidades de las UCI en períodos de alta y extraordinaria carga. cuidados de la salud	
7	Identificar o perfil de competências dos fisioterapeutas atuantes em UTIs, e relacioná-lo com as competênciasaponta das pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Fisioterapia.	Estudo tipo survey, abordagem quantitativa	Fisioterapeutas intensivistas atuantes em dezesseis hospitais do estado do Paraná, públicos, privados e filantrópicos, em 8 cidades: de 75 fisioterapeutas, 50 responderam o questionário	Um profissional que afirma ter competências essenciais, que age e reage com pertinência perante suas atividades com acerto profissional, de modo valoroso e ético, além de assegurar sua autonomia e segurança. Porém, estes profissionais sugerem não adquirir estas qualidades na formação básica, durante sua graduação. Indicam ainda, que habilidades apontadas pelas DCNs, apesar de se apresentarem reais e vivas para os mesmos, podem não estar sendo contempladas nos cursos de graduação, pois não aparentam ser obtidas durante a graduação, mas, após o início da sua atividade laboral.	I
8	Apresentar o papel do fisioterapeuta na Unidade de Terapia Intensiva, compreendendo possibilidades de atuação frente ao paciente grave.	Análise bibliográfica cujas bases de dados foram Scielo, Lilacs, e MEDLINE.	Foram selecionados 30 (trinta) artigos, mas apenas 12 (doze) preencheram os critérios de inclusão (ser original, estar em língua portuguesa e inglesa, publicado nos últimos 10 anos), sendo que destes, apenas 5	A imobilidade presente no paciente criticamente enfermo em leito de UTI torna-o predisposto a mudanças que comprometem a sua capacidade física e funcional, no qual a cinesioterapia respiratória e motora é de extrema importância no tratamento deste doente, favorecendo	III

			(cinco) artigos foram citados diretamente.	a recuperação da deficiência ou perturbação e prevenção de futuras comorbidades.	
9	Objetivo desse trabalho foi revisar artigos sobre o tema, reunir informações relevantes e descrevê-las, visando informar acadêmicos e profissionais de saúde sobre o papel de diferentes profissões diante da COVID-19.	Revisão bibliográfica	Foram selecionados aqueles contendo informações a respeito de técnicas terapêuticas que estão sendo utilizadas para tratar pacientes com COVID-19, além de estudos e dados que despertam debates acerca de possíveis intervenções terapêuticas eficazes contra quadros de Síndrome Respiratória Aguda Grave e COVID-19.	A fisioterapia aliada a um trabalho multidisciplinar se torna uma via de tratamento interessante. Concluindo então que, as atenções oferecidas por ela, como o manejo clínico e funcional, o contexto preventivo e a promoção da saúde, são demandas provisórias capazes de fornecer um suporte regular para os pacientes, amenizando sintomas e danos teciduais e reduzindo o sofrimento do paciente.	VI

Quadro 5: Instrumento de coleta de dados 2: Apresentação da síntese dos artigos incluídos na Revisão Integrativa: objetivos, métodos, amostra estudada, principais resultados e categorias.

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

5.1. Competência profissional: autonomia e segurança.

Quando os profissionais baseiam suas atitudes em capacitações, conhecimentos práticos adquiridos e experiências prévias, na maioria das vezes se sentem mais preparados e possuem maior autonomia.

Dentro do conceito que nos relata Bianco (2000), a autonomia é uma competência em seguir suas próprias leis, ou ser praticada por profissionais que são capazes de determinar as normas de ação, relacionada a individualidade de cada um e elevado pelo reconhecimento do seu trabalho.

No entanto, segundo Santuzi (2013), a prática profissional gera desafios de ordem moral, resultando em mudanças sociais e da utilização das tecnologias habituais.

Para lidar com estes conflitos, quanto maior é o número de competências e tecnologias dominadas, maior é a segurança que o profissional tem na função que está executando. Isso se relaciona diretamente com o exercício pleno de sua

autonomia profissional, uma vez que suas decisões são embasadas em fundamentos técnicos mais aprofundados, o que auxilia a sobrepor interferências de outros profissionais ou desvios nos tratamentos indicados por ele. É quando conquistam a liberdade que, segundo Guattari (1993), ocorre no momento em que o profissional vivencia seus processos entendendo o ambiente situacional em que se encontram, adquirindo e garantindo uma capacidade mínima de criação, defendendo suas bases dentro do aspecto da autonomia.

Especializações são um fator importante nesse processo e são consideradas como fatores importantes, e até mesmo imprescindíveis, para o profissional que almeja cargos de responsabilidades mais elevadas, que necessitem de domínios de competências mais complexas e uma maior segurança na tomada de atitudes. De acordo com Guisleni (2010), fica evidente a importância da técnica especializada quando observamos a obrigatoriedade do título de especialista para coordenadores da fisioterapia das UTI's.

Sobre este aspecto da competência profissional, fica evidente que a autonomia e a segurança do fisioterapeuta se relacionam e, quanto mais preparado e capacitado, mais facilmente ele lidará com os conflitos que encontrar dentro de uma equipe multidisciplinar, pois estará mais seguro com as posturas que adotar e, conseqüentemente, com maior liberdade e autonomia.

5.2. Sobrecarga no trabalho e cobrança excessiva.

O trabalho na UTI implica no atendimento de pacientes em estado crítico, muitas vezes instáveis quanto ao quadro clínico, o que exige um monitoramento intenso, alto conhecimento prático e teórico e, por muitas vezes haver risco de óbito, o profissional da saúde que trabalha ali deve estar preparado para atuar sob pressão e lidar com situações extremas. Justamente por estes fatores, muitas vezes a carga de trabalho se acumula, o profissional não consegue trabalhar com autonomia e pode gerar um estresse ao fisioterapeuta que participa da equipe multidisciplinar do setor.

Algumas das pesquisas localizadas investigaram fatores de estresse ocupacional ou sintomas relacionados à síndrome de *burnout* em trabalhadores de UTI, sugerindo que o desgaste físico e emocional provocado pelo trabalho, a falta de recursos humanos e de apoio emocional podem desencadear esses quadros, e que

o reconhecimento no trabalho, a cooperação entre os membros da equipe, o respeito profissional e o apoio psicológico podem ser elementos de proteção contra o adoecimento. O desgaste psicológico, por estar lidando com a vida de pessoas se soma à cobrança que muitos sofrem por parte de membros da equipe hierarquicamente superiores, pelo menos no senso comum daquele ambiente, como médicos e diretores setoriais (Afecto & Teixeira, 2009; Coronetti, Nascimento, Barra, & Martins, 2000; Santos, Oliveira, & Moreira, 2006),

Segundo Macedo (2007), o trabalho que os médicos fazem, tem característica de autonomia, enquanto outros membros da equipe de saúde, inclusive os fisioterapeutas, atuam frente à sua hierarquia. Justamente por isso há de se prestar atenção ao nível de tensão a que os fisioterapeutas das UTI's estão expostos e trabalharem esse quesito em equipe, principalmente dividindo corretamente as tarefas, respeitando as funções de cada membro da equipe e ocorrendo uma boa interlocução a respeito dos pacientes e dos tratamentos entre os profissionais.

5.3. Importância do fisioterapeuta: conhecimento e parâmetro para aplicar suas técnicas.

O trabalho que o fisioterapeuta executa é de extrema importância em sua atuação na UTI, e o conhecimento teórico, e prático é parte essencial disso, pois sem saber aplicar as técnicas, sem saber na prática como funciona, pode ser prejudicial para o profissional e mais ainda para o paciente. Segundo Martinez (2020), os fisioterapeutas fazem mudanças nos parâmetros do ventilador mecânico, principalmente em pacientes com Covid-19, com o objetivo de melhorar a ventilação desse paciente.

Costa (2020) afirma, que com o manejo correto da fisioterapia respiratória, o paciente possa ter uma melhora mais rápida. Além disso, França (2012), relata que os serviços prestados pelos fisioterapeutas, com o conhecimento e habilidade em áreas cardiopulmonares, musculoesqueléticas, entre outras, tratando as incapacidades funcionais de pacientes enfermos, podem evitar as complicações.

De acordo com Domingues (2010), é preciso o aprimoramento para atuar em situações inusitadas de maneira correta, utilizando sempre de maneira adequada seus conhecimentos, habilidades técnicas e trabalho em equipe.

Com isso, pode-se verificar que a atualização dos estudos, a curiosidade, e a

preocupação em estar sempre se atualizando nas técnicas corretas, é parte fundamental do trabalho na UTI feito pelo fisioterapeuta.

5.4. Necessidade de especialização do profissional.

A Fisioterapia é uma profissão que vem crescendo e tendo seu reconhecimento profissional, tem como objetivo prevenir e tratar lesões cinéticas e funcionais decorrentes de traumas e de doenças, através de mecanismos terapêuticos próprios (MOREIRA; NOGUEIRA; ROCHA, 2007).

A formação de qualidade destes profissionais, é indispensável para haver possibilidade de desenvolvimento de competências profissionais, fator principal para minimizar as complicações por longos períodos de internação em UTI's. Os profissionais devem possuir conhecimentos, habilidades e destreza para realizar tais procedimentos que podem resultar em vida ou morte (AMIB, 2004).

A UTI possui um ambiente que remete para o foco das competências técnico-científicas, delineado pela sua equipe de trabalho, a qual é treinada para tal tipo de assistência. Contudo, é a própria ciência que afirma que a atuação em UTI exige cientificidade, mas também exige um amadurecimento intelectual, o qual torna o profissional verdadeiramente apto para o domínio consciente de todo o processo reflexivo ali necessário (SCHRAIBER e NEMES, 1996).

No contexto da fisioterapia intensiva, as UTI's são conceituadas como locais que ofertam processos terapêuticos evidenciados por tecnologias de alta complexidade em relação a outros locais de assistência em saúde, e são visualizadas como áreas de status na saúde, já que exige profissionais com conhecimentos especializados (MATSUDA; ÉVORA, 2003).

O mercado de trabalho é bem amplo e competitivo, a especialização é uma grande aliada para conquistar autonomia e respeito por outros profissionais, isso garante maior conhecimento e qualificação profissional, tornando-o atualizado e de referência no mercado, e observamos que temos fisioterapeutas bem formados e por, atuarem em casos mais complexos, devem ter sua capacitação e aprimoramentos sempre valorizados e exercidos como prioridade, recebendo o valor que merecem no mercado de trabalho, para que possam lapidar cada vez mais suas habilidades e conseguirem integrá-las, cada vez melhor, nas Unidades de Terapia Intensiva (STILLER, 2000, p. 178).

5.5. Falta de equipamentos para trabalhar

As medidas de prevenção e controle de infecção deve ser implantada pelo profissional de saúde, com finalidade de reduzir ao máximo a transmissão de microrganismos e conseqüentemente acidentes biológicos, sendo que, a unidade de terapia intensiva é um setor de grande concentração de bactérias multirresistentes, segundo (MAGAGNINI, 2009), a exposição dos trabalhadores de saúde aos fluidos biológicos se deve, em parte, às formas de organização do trabalho. Frequentemente, os trabalhadores de saúde se sobrecarregam com vários plantões em turnos alternados, manipulam instrumentos inseguros, bem como não utilizam Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado.

Dessa forma faz-se necessário evitar a transmissão cruzada entre pacientes e profissionais, por meio da implementação de precauções de contato e pela utilização dos equipamentos de proteção individual (EPIs), e a melhor maneira de se prevenir contra acidentes biológicos é o emprego das precauções padrão, que preconizam medidas a serem seguidas por todos os trabalhadores da saúde ao cuidarem de pacientes ou manusearem objetos contaminados, entre elas, o uso de EPI's é a principal barreira de proteção contra esses acidentes (CARVALHO, 2009; NEVES, 2011).

Perante os conflitos internos que o fisioterapeuta enfrenta dentro da equipe multidisciplinar, um fator que ficou em foco, principalmente com a chegada da pandemia, foi o fato de muitas vezes os fisioterapeutas atuarem em condições desfavoráveis em relação à estrutura de trabalho. Com o alto número de internações em UTIS devido à pandemia, a falta de EPIS foi um dos maiores obstáculos que tiveram de enfrentar, e a autonomia desse profissional acabou ficando diminuída. De acordo com (NORONHA et al., 2020), dependendo da velocidade de propagação do vírus na população, os sistemas de saúde podem sofrer forte pressão decorrente da demanda de pacientes que necessitam de atendimentos, e, também em relação a disponibilidade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos trabalhadores da saúde, o que pode desencadear um verdadeiro colapso do serviço de saúde público e privado.

Segundo (SILVA; SANTANA; DELGADO, 2020), além da preocupação com as capacitações, os estudos mostram o quanto é necessária consciência de uso de EPI para a racionalização, evitando assim o desperdício, para que não falte, este é

um problema grave, e se tratando de uma crise que envolve uma doença altamente contagiosa, muitos fisioterapeutas e outros profissionais da saúde, tiveram de atuar colocando sua própria saúde em risco e muitas vezes não puderam exercer com autonomia os tratamentos necessários, justamente por falta de materiais.

A fisioterapia é fator imprescindível nos pacientes com quadros respiratórios comprometidos e, com a escassez de equipamentos e a necessidade de uma proximidade arriscada entre paciente e fisioterapeuta para se realizar os protocolos, esse foi um dos grandes desafios encontrados por estes profissionais neste período.

5.6. Essencial na equipe multidisciplinar.

O Fisioterapeuta foi incorporado as equipes básicas de UTI's em 1998 por meio da Portaria do Ministério da Saúde Nº 3432/1998. Embora as atividades desses profissionais nestas unidades já estejam regulamentadas, e comprovada eficiência terapêutica, sua identidade e reconhecimento parecem não estruturados até o presente momento, assim sugerindo sua construção em curso, por meio de identificação das atribuições e competências (NOZAWA et. al, 2008). O trabalho intensivo dos fisioterapeutas nas unidades de terapia intensiva diminui os riscos de complicações dos pacientes, reduz o sofrimento e, permite a liberação mais rápida e segura das vagas dos leitos hospitalares.

Segundo Bergamin e Prado (2013) e Peduzzi *et al.* (2013), o trabalho de uma equipe multiprofissional se constitui por meio de uma relação recíproca, em que cada componente e todos, de forma compartilhada, façam um investimento na articulação das ações, para se alcançar um objetivo comum. De acordo com Ghisleni(2010), relata em seu estudo que a autonomia dos fisioterapeutas se mostrou limitada, entretanto este mesmo estudo demonstrou a reversão desta situação, perante a integração apropriada do fisioterapeuta à equipe, propiciando relações de segurança com consequente participação nas decisões assistenciais a serem tomadas.

Em suma, o profissional exerce diversas condutas terapêuticas em diferentes fases do tratamento, buscando evitar possíveis complicações respiratórias e motoras, garantindo um bom prognóstico no quadro clínico do paciente e independência funcional até a sua alta. Conforme Suguyama *et al.* (2016) e Pereira *et al.* (2013), além de beneficiar o profissional, pesquisas indicam que o trabalho em

equipe multiprofissional favorece o processo de tratamento e recuperação dos pacientes, quando envolvem a escuta qualificada e a integralidade do atendimento.

A atuação do fisioterapeuta na UTI cada vez mais vem ganhando credibilidade, visibilidade, além de apresentar resultados positivos, com foco em um melhor prognóstico e maior qualidade de vida durante período de internação e após alta hospitalar dos pacientes. Então, através da autonomia no manuseio do ventilador mecânico e o fortalecimento da parceria com a equipe multidisciplinar têm-se fatores cruciais dentro dos serviços prestados pelos profissionais em Fisioterapia (FU, 2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do tema apresentado, destaca-se, a importância do fisioterapeuta dentro da unidade de terapia intensiva no Coronavírus, atuando juntamente a equipe multidisciplinar, visto que são responsáveis pela reabilitação e prevenção dos pacientes inseridos neste ambiente, e destacamos a importância da capacitação desse profissional, que é essencial dentro de uma UTI.

Nos estudos evidenciados por este trabalho pode-se afirmar que este profissional tem autonomia para elaborar e aplicar suas condutas, porém ainda convive com limitações advindas da relação com outros profissionais.

É importante destacar que este estudo não teve a pretensão de esgotar a temática tornando-se fundamental indicar que outros estudos sobre a área da autonomia do fisioterapeuta na UTI diante do contexto do coronavírus sejam realizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Fabio Batalha Monteiro de. Autonomia Profissional do Fisioterapeuta ao longo da história. **Revista FisiBrasil**, Brasil, n. 59, p.20-31, 2003.
- BERGAMIN, M.D.; PRADO, C. Problematização do trabalho em equipe em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, n. 1, p. 134-37, 2013.
- BIANCO, M.H.B.C. **Construção da autonomia do enfermeiro no cotidiano**. Bauru: EDUSC; 1999.
- BIANCO, M.H.B. **Construção da autonomia da enfermeira no cotidiano: um estudo etnográfico sob o referencial teórico de Agnes Heller**. Bauru: Cadernos de Divulgação e Cultura; 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 1.559/GM, de 01 de agosto de 2008. Institui a política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUUS .Brasília: **Diário Oficial da União**, de 02 ago. 2008, seção I, pg 37. 2008.
- CLINI, E., AMBROSINO, N. Early physiotherapy in the respiratory intensive care unit. **Respir Med.**, 2005.
- Diário Oficial do Estado**; Poder Executivo, São Paulo, SP, n. 217, 14 nov. 1995. Seção 1.
- GOMES, A.M.T., OLIVEIRA, D.C. Estudo da estrutura da representação social da autonomia profissional em enfermagem. **Rev Esc Enferm. USP**, 2005.
- GUATTARI, F., ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GUIMARÃES, F. **Atuação do fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva**.
- JERRE, G. **Fisioterapia no paciente sob ventilação mecânica. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica**. J Bras Pneumol., 2007.
- LACERDA, M.R. **As relações de poder e o cuidado terapêutico**. Cogitare Enferm 1999.
- MACEDO, P.C.M. Desafios atuais no trabalho multiprofissional em saúde. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, p. 33-41, dez., 2007 .
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**./ Maria Cecilia de Souza Minayo. – 14. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2014.
- Mendes, Karina Dal Sasso; Silveira, Renata Cristina de Campos Pereira; Galvão, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de

evidências na saúde e na enfermagem

2008 *Texto&ContextoEnfermagem*

NORONEM, L., WIDSTROM, G.C. Professional theoretical paper: towards a paradigm-oriented approach in physical therapy. **Physical therapy Theory and Practice** 1999.

NOZAWA, E., Sarmento G.J.V., VEGA J.M., COSTA D., SILVA, J.E.P., FELTRIM, M.I.Z.. Perfil de fisioterapeutas brasileiros que atuam em unidades de terapia intensiva. **Fisioter Pesqui.** 2008.

OMS. Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-americana da saúde (OPAS). **Folha informativa - COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). OMS, 2020.

PEDUZZI, M. **Equipe Multiprofissional de Saúde: a interface entre trabalho e interação**. Dissertação de mestrado, campinas: Faculdades de Ciências médicas da Unicamp. 1998.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, 2001.

PEDUZZI, Marina et al. Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 47, n.4, p. 977-983, 2013.

PEREIRA, Francilene J. R. et al. Multiprofissionalidade em saúde cardiovascular: atuação integrada em clínica cirúrgica. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa , v. 17, n. 3, p. 209-216, 2013.

SANTUZZI, C.H., SCARDUA, M.J., REETZ, J.B., FIRME, K.S., LIRA, N.O., GONÇALVES, W.L.S. Aspectos éticos e humanizados da fisioterapia na UTI: uma revisão sistemática. **Fisioter Mov.**, 2013.

SOUZA, Luís Paulo Souza e. **COVID-19 no Brasil os múltiplos olhares da ciência para compreensão e formas de enfrentamento 4** / Organizador Luís Paulo Souza e Souza. — Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Stiller K. **Physiotherapy in intensive care**. *Chest*. 2000;118(6):1801-13.

SUGUYAMA, Patrícia; BUZZO, Laís S.; OLIVEIRA, Magda L. F. Desvelando a vivência da equipe multiprofissional no cuidar do paciente esquizofrênico. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 65-71, 2016.

WENNA, S. GOUVEIA, C.C, CAMPOS, L. Coronavirus Disease 2019: Clinical Review. **Acta Med Port**, v. 33, n. 7-8, jul - ago., 2020.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). SARS: how a global epidemic was stopped. **World Health Organization Western Pacific Region**. 2006

ALVES, Andréa Nunes. A importância da atuação do fisioterapeuta no ambiente hospitalar. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, vol. 16, núm. 6, 2012.

CARVALHO, Elenir Silva de; KUNDSIN, Alana. Atuação do fisioterapeuta mediante a pandemia da covid-19 em um hospital de referência no interior da Amazônia Legal.

REAS | Vol. 13(2). 2021.

CEREGATO, Andressa Caroline Lepka; RIBEIRO, Elaine Rossi; SOUZA, Juliano Mendes de; AQUIM, Esperidião Elias. Perfil de competências de fisioterapeutas atuantes em unidades de terapia intensiva no Estado do Paraná. **Revista SUSTINERE, Rio de Janeiro**, v.9. 2021.

GONÇALVES, Estefany Horry; ALVES, Luana Faustino.

Valorização da fisioterapia respiratória frente a covid-19. 2021.

NASCIMENTO, Ana Luiza; ZAMBOM, Danielle de Aquino; GRESIK, Karla Rocha Carvalho. **O papel do fisioterapeuta dentro da equipe multidisciplinar em unidades de terapia intensiva**. 2020.

SANTUZZI, Cíntia Helena; SCARDUA, Maria José, REETZ, Jacqueline Betzel; FIRMA, Kássia Santos; LIRA, Nayla Oliveira; GONÇALVES, Washington Luiz Silva. Aspectos éticos e humanizados da fisioterapia na UTI: uma revisão sistemática.

Fisioter Mov. 2013.

SEGUEL, Felipe González; ADASME, Rodrigo. S.; HENRÍQUEZ, Loreto; SUFAN, José L.; MERINO-OSORIO, Catalina. Modificações nas práticas de cinesiologistas de cuidados intensivos durante e após a pandemia COVID-19 no Chile: Protocolo de uma pesquisa nacional. 2020.

SILVA, Gustavo de Jesus Pires da; FERREIRA, Pedro Antonio Muniz; COSTA, Rute Pires; PIRES, Cristiane Martins Serra; GODIM, Louise Aline Romão; SOUSA, José Pedro da Silva. Avaliação do contexto de trabalho em terapia intensiva na percepção de fisioterapeutas. **ASSOBRAFIR**

Ciênc., 11e37979 . 2020.

SOUZA, Jackson Ribeiro de; MARCIAL, Gabriel Brandão; DIAS, João Marcos Tranin; EMERICK, Davi Vieira Braga; SOUZA NETO, Paulo Fernando; MENDES, Renata de Freitas. **A fisioterapia e a multidisciplinaridade no contexto da covid-19.** 2020.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

2014

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

Sebastião Antônio Guidine

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DAS TÉCNICAS DO FUTEBOL PARA INICIAÇÃO DE CRIANÇAS

Revista
@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamérica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física pelo Curso de Educação Física da Faculdades Sudamérica.

Orientador: Prof. Ms. Fernando Mendes Júnior.

CATAGUASES – MG

2014

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Dedico este trabalho a toda minha família e aos amigos que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

RESUMO

O trabalho trata da iniciação esportiva no futebol. No país onde o futebol é um esporte na realidade esportiva em todos os âmbitos sociais, é imprescindível que o profissional de Educação Física esteja devidamente preparado para trabalhar com esse esporte durante o treinamento. O estudo teve como objetivo descrever a importância dos fundamentos técnicos do Futebol e também escrever como o futebol possibilita o desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, social e cognitivo e discorrer sobre a importância do preparo dos educadores para um bom desenvolvimento profissional. O trabalho foi realizado com embasamento teórico de livros, revistas, artigos publicados na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* sobre iniciação esportiva para crianças, enfocando principalmente os fundamentos técnicos do Futebol, utilizando-se os descritores: iniciação esportiva, crianças, futebol. Os principais autores selecionados são: Bompa (2001, 2005), Dantas (2003), Rose Junior (2006, 2009), Weineck (1999) e os artigos foram os mais atuais, publicados entre 2005 e 2014. Pode-se observar que os diversos autores confirmam a importância psicossocial da iniciação esportiva do futebol na escola para o desenvolvimento da criança e que o educador profissional deve ter embasamento teórico e prático, conhecer as fases de desenvolvimento da criança, bem como saber da importância que este processo tem no próprio desenvolvimento social, físico e cognitivo da criança para planejamento e treinamento e deve estar preparado para proporcionar a criança o seu desenvolvimento da forma mais integral e saudável possível.

Palavras-chave: Futebol. Iniciação esportiva. Desenvolvimento.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

1. INTRODUÇÃO

É consenso que a atividade física é importante para a saúde, principalmente para as crianças, seres que encontram-se em fase de crescimento e desenvolvimento físico, social e mental. Pode-se afirmar que desenvolve valores fundamentais como autoconfiança, inclusão social, respeito ao próximo e desenvolvimento do trabalho em equipe (EON, 2014). Aqui, no Brasil, considerado por muitos como o país do futebol, é bastante comum que as crianças procurem as escolinhas de base sonhando em um dia tornarem-se atletas profissionais. O desejo incutido em cada uma delas é se aperfeiçoarem nas técnicas e com isto tornarem-se aptas para um bom desempenho futebolístico.

Mas independente de qual seja o esporte praticado, o processo de ensino e aprendizagem tem que considerar as características das crianças em todas as suas dimensões, seja elas cognitivas, corporais, afetivas, éticas, de relação interpessoal e inserção social (BRASIL, 1997).

Professores e profissionais que trabalham com a inicialização das crianças no esporte devem ser conscientes que o esporte deve ser trabalhado de forma correta, respeitando a individualidade de cada criança, a fim de que o desenvolvimento seja integral e não interfira negativamente no processo de desenvolvimento das mesmas.

No estudo procura-se destacar como o futebol possibilita o desenvolvimento das crianças em diversos aspectos, e para isto deve existir um preparo dos professores para a realização das atividades. Destaca também que para que um aluno esteja apto a participar de uma iniciação esportiva na escola, o professor deve ter embasamento teórico e prático, conhecer as fases de desenvolvimento da criança, bem como saber da importância que este processo tem no próprio desenvolvimento social, físico e cognitivo da criança.

O estudo partiu da premissa que: ao esquematizar um treinamento visando à iniciação de crianças e adolescentes no futebol, os profissionais reconhecem as limitações dos mesmos? Reconhecem que para uma boa execução da prática desportiva devem adequá-lo respeitando as características inerentes a cada faixa etária e compatível com as suas necessidades e possibilidades adequadas à condição à sua maturação orgânica funcional?

O estudo justifica-se, pois como profissionais responsáveis estudar e aprofundar o conhecimento da “A importância do conhecimento das técnicas do Futebol para iniciação de crianças” é primordial, pois além da função do educador de

estimular as crianças no desenvolvimento dos aspectos motor, cognitivo, moral e afetivo-social é também função contribuir para que todos os alunos tenham prazer e interesse pela prática esportiva. Mas as

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

crianças não podem ser tratadas como um “adulto em miniatura” no processo de iniciação esportiva devem ser respeitadas e iniciadas de acordo com os estágios em que se encontram.

Para um melhor entendimento do assunto em questão, este estudo tem por objetivo descrever a importância dos fundamentos técnicos do Futebol e também escrever como o futebol possibilita o desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, social e cognitivo e discorrer sobre a importância do preparo dos educadores para um bom desenvolvimento profissional.

2. METODOLOGIA

2.1. Tipo de pesquisa

É uma pesquisa qualitativa, ancorada em uma revisão de literatura. Buscou-se levantar o maior número de informações relacionadas com o tema Iniciação Esportiva a fim de esclarecer, através da Literatura, os verdadeiros efeitos da Iniciação Esportiva na vida das crianças.

2.2. Local de realização da pesquisa

Buscou-se referências em livros, revistas, artigos publicados na base de dados da Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) sobre iniciação esportiva para crianças, enfocando principalmente os fundamentos técnicos do Futebol.

2.3. Amostra

Utilizar-se-á os descritores: iniciação esportiva, crianças, futebol. A amostra será formada por artigos que relatam estudos sobre iniciação/formação esportiva.

2.4. Critérios de Inclusão e Exclusão

Definiu-se como critérios de inclusão artigos, monografias e estudos publicados em português, na íntegra que reproduzam a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados no período de 2005 a 2014, publicações mais atuais por ser tempo suficiente para revisar a literatura.

2.5. Tipos de amostragem

O plano de amostragem utilizado é o método intencional aleatório, que é caracterizado por todos os elementos da população poderem ser selecionados de acordo com uma probabilidade pré-definida e em que se podem avaliar objetivamente as estimativas das propriedades da população obtidas a partir da amostra. Compõe-se dos artigos pesquisados nas bases de dados, que contivessem os descritores e que se adequassem aos critérios de inclusão e exclusão.

2.6. Variáveis de estudo

As variáveis (Iniciação Esportiva, Formação Esportiva, Crianças, Futebol) foram utilizadas nas bases de dados, de acordo com os mecanismos de pesquisa dos sites escolhidos. Sobre as variáveis pode-se inferir que:

Iniciação Esportiva: A iniciação esportiva é o período em que a criança começa a aprender de forma específica e planejada a prática de um ou vários esportes. Para que os benefícios aconteçam, esta tem que ser realizada levando em consideração a fase de desenvolvimento do iniciante.

Formação Esportiva: Com relação à formação esportiva, principalmente o treinamento com crianças e adolescentes, não deve visar apenas o alto rendimento, mas um processo de ensino-aprendizagem, ou seja, um processo pedagógico.

Crianças: Em relação à criança pode-se perceber que a criança não é um adulto em menores proporções e, o esporte e todo o seu processo e fatores devem ser organizados para ela e não para satisfazer as vontades e anseios dos adultos.

Futebol: por ser um esporte muito complexo as crianças devem desenvolver as habilidades físico-mentais: consciência corporal, coordenação, flexibilidade, ritmo, agilidade, equilíbrio, percepção espaço-temporal e descontração.

2.7. Material e equipamento

Para o levantamento de material utilizou-se os livros de Bompa (2001, 2005), Dantas (2003), Rose Junior (2006, 2009), Weineck (1999). Os artigos selecionados foram os mais atuais, publicados entre 2005 e 2014. Utilizou-se o computador para compilação dos dados e formatação de acordo com as normas da faculdade.

2.8. Técnicas e métodos

O tipo de pesquisa empregado neste estudo é de caráter qualitativo. É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador tem condições de desenvolver conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados. De acordo com Marton (1986) a análise cuidadosa das diferentes maneiras das pessoas pensarem sobre determinado fenômeno facilita a transição de uma única forma de abordagem para um melhor entendimento qualitativo da realidade. Dentre as categorias de pesquisa, para o desenvolvimento do estudo foi empregada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é elaborada através de materiais e amostras que foram publicados em periódicos, livros artigos e dissertações.

2.9. Processamento e análise

Realizamos o processamento e a análise dos dados nessa pesquisa de acordo com o estudo e com base na categoria de inclusão e exclusão dos artigos que se relacionam diretamente com o tema e o assunto abordado na pesquisa.

Realizamos uma seleção bibliográfica no acervo de periódicos acessados na biblioteca virtual do site *Scientific Eletronic Libary Online* e optamos por periódicos publicados no período de 2005 a 2014, publicações mais atuais por ser tempo suficiente para revisar a literatura.

Após a coleta dos dados o método de estudo realizado de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, eles foram elaborados e classificados de forma sistemática. A análise dos dados coletados na revisão realizada pelo autor foi com a finalidade de obter informações que serão necessárias para atender os objetivos propostos pela pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

3.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Descritores	Scielo	Autor	Ano	Livro	Ano
Iniciação Esportiva	x	Filgueira; Schwartz Bompa	2007 2002	Bompa	2000 2005
Formação Esportiva	x	Gallahue; Ozmun	2005	Weineck	1999 2000
Crianças	x	Caetano;Silveira;Gobbi	2005	Barbanti	2005
Futebol	x	Silva; Rose Jr	2005	Rose Jr.	2006 2009
		Pimentel;Gallatti; Paes Hitora; Paiano Santos; Scaglia Balbino	2010 2007 2007 2001	Dantas	2003

Tabela 01: Resultados Encontrados dos Principais Artigos/Livros, Autores e Ano Fonte: Elaborado pelo autor

3.2. O PLANEJAMENTO DA PRÁTICA ESPORTIVA

Deve ser uma constante preocupação do educador definir previamente os objetivos que quer alcançar com seu planejamento diário, a fim de evitar equívocos, tal como a cobrança exacerbada pela performance (SANTOS e SCAGLIA, 2007). Sendo, portanto necessária a estruturação de propostas pedagógicas para o ensino do esporte, seja na forma de treinamento ou de lazer.

De acordo com autores deve-se também considerar a idade biológica, o nível de coordenação motora e o grau de inteligência para a elaboração das atividades a serem desenvolvidas pela criança, a fim de contribuir com o maior número de vivências motoras possíveis (FILGUEIRA, 2006; LIMA, 2013).

Para Cunha (2004, apud GUIMARÃES, 2012, p. 2):

Educação por meio do movimento é a base da educação física generalizada e da iniciação esportiva /aprender um desporto é aprender a utilizar técnicas corporais específicas /educação psicomotora é a base da ação educativa e do processo de aprendizagem /a educação psicomotora deve adequar-se aos níveis de maturação biológica da criança.

Para Gallahue (2005) a infância é um período de grande importância para o desenvolvimento motor, sobretudo porque é nesta fase que ocorrem o desenvolvimento das habilidades motoras fundamentais que servem de base para o desenvolvimento das

habilidades motoras especializadas que o indivíduo utilizará nas suas atividades cotidianas, de lazer ou esportivas.

Para Rossi e Kunz (2000, p. 60) “É imprescindível que o educador, através do ensino dos esportes, ofereça a oportunidade aos educandos para o esclarecimento destas práticas, ensinar e aprender as possibilidades e os limites destas, bem como a necessidade de transformá-los”.

De acordo com Bompa (2002) o treinamento esportivo pode e deve ser iniciado na infância, pois assim o atleta pode desenvolver progressivamente o corpo, a mente e suas habilidades, mas essa iniciação deve ter alguns cuidados e requisitos a serem observados (BOMPA, 2002).

Interessados na área do desenvolvimento motor procuram entender como os seres humanos desenvolvem suas habilidades motoras, analisando o impacto da maturação infantil e das experiências ambientais na aquisição e no aumento da complexidade dos movimentos realizados (ISAYAMA; GALLARDO, 1998).

Segundo (BAR-OR, 1983; SHEPHARD, 1984 apud MATSUDO, 1998, p. 15) a atividade física é importante para a criança melhorar a aptidão física, a performance, otimizar o crescimento e estimular a participação futura em programas de atividade física.

Salis et al. (1993, apud MATSUDO et al. 1998, p. 15) sumarizaram os determinantes da atividade física em crianças como: a) fatores biológicos e de desenvolvimento (genética, sexo); b) fatores psicológicos, socioculturais (família, socioeconômico); c) fatores do ambiente físico (estações, tempo, espaço), que de acordo com os autores todos igualmente importantes.

Os jogos esportivos coletivos possuem características comuns e específicas que, ao serem trabalhadas de forma adequada, auxiliam no desenvolvimento motor, cognitivo e social do indivíduo (SCHERRER; GALLATTI, 2008). Mas na prática devem se adaptar à condição técnica, física e psíquica da criança de forma compatível com as suas necessidades e possibilidades.

Sobre a prática do futebol no país, Filgueira e Schwartz (2007) revelam que o esporte é um fenômeno cultural que cativa e impressiona pela sua grandeza, e que cada vez mais vem ganhando adeptos, desde crianças até os adultos. Ferraz (2009) revela que devido à grande popularidade do esporte em nosso país, em que grandes profissionais são revelados, muitas crianças têm procurado a prática esportiva em idades cada vez mais precoce, sobretudo em modalidades esportivas amplamente divulgadas na mídia e com forte impacto cultural, como é o caso do futebol.

O autor revela a preocupação com a especialização cada vez mais precoce entre crianças que podem trazer complicações para o desenvolvimento das crianças (FERRAZ, 2009).

Os autores concordam que apesar da prática do esporte ser benéfica na fase infantil, deve ser tratada de maneira adequada, com respeito à individualidade da criança, independente dos interesses ou objetivos das instituições formais ou informais.

3.3. O FUTEBOL

De acordo com Carrano (2000), o futebol surgiu na Inglaterra, sendo um esporte bastante difundido nas escolas da burguesia com o objetivo de controlar os impulsos dos jovens, preparando os futuros líderes e propagando valores.

O futebol é um esporte considerado como modalidade esportiva coletiva. As modalidades esportivas coletivas (MEC) podem ser entendidas como um confronto entre duas equipes, que se dispõem pelo terreno de jogo e se movimentam de forma particular, com o objetivo de vencer, alternando-se em situações de ataque e defesa (GARGANTA, 1998).

No Brasil o futebol é o esporte mais praticado e possui um grande número de adeptos por todo o mundo. Para Martureli Junior (2002) o futebol é atualmente um esporte popular e a cada dia atrai mais e mais pessoas, sejam como praticantes, torcedores, espectadores ou investidores. E para Rose Júnior (2006) é o esporte mais apaixonante e que exige combinações complexas do sistema neuromuscular entre todas as modalidades esportivas coletivas praticadas com bola.

Corroborando com a paixão pelo esporte, Carrano (2000, p. 24) afirma que “Basta dizer que, de desconhecidos, os jogadores passaram a ídolos, e, atualmente, são verdadeiros deuses; donos de um prestígio e respeito dificilmente obtidos por representantes de outras categorias profissionais”.

Segundo Filgueira (2006) para que um programa de iniciação esportiva, através do futebol, seja eficaz, deve ser regular, equilibrado, voluntário e agradável, de modo a dar atenção especial às necessidades, potencialidades e aspirações da criança.

Sobre a prática do futebol, Hitora e Paiano (2007, p. 2):

Sabe-se que a prática do futebol pode ser uma experiência motora importante para a criança, uma vez que muitos de seus fundamentos são caracterizados por movimentos fundamentais de manipulação, como as técnicas dos jogadores de linha (chute, passe, recepção, drible, condução de bola) e os

fundamentos técnicos do goleiro (arremesso, defesa alta, defesa baixa, saídas de gol); movimentos de locomoção, como as corridas, o trote, saltos (cabecinhos); e os movimentos de estabilidade e equilíbrio, como os axiais (habilidade para o gol, marcação, desvio do adversário).

Para Balbino (2001) ao adequar o treinamento, respeitando a idade e o perfil da criança, além do incentivo necessário trará grandes benefícios para a mesma, por meio das práticas de iniciação e formação esportiva, sendo o esporte em sua forma essencialmente educativo.

Santos e Scaglia (2007) revelam que no ensino do esporte existe a necessidade de se estruturar propostas pedagógicas, seja na forma de treinamento ou de lazer.

Atualmente o futebol é dividido em categorias, por idade cronológica, desde as categorias menores:

Fraldinha: 7, 8 e 9 anos (desenvolvimento da psicomotricidade) – tem como objetivos: formar o esquema corporal e trabalhar com atividades naturais e recreativas, através das seguintes atividades: desenvolver conhecimentos de espaço-temporal, lateralidade e domínio; desenvolver noções de tamanho, peso, altura, direção, profundidade e velocidade; ritmo.

Dentinho: 9, 10 e 11 anos (melhor fase para aprendizagem motora) – tem como objetivos: aperfeiçoamento dos movimentos em geral; movimentos naturais ritmados, através das atividades: dinâmicas e sem formalidades com técnicas simples e com grandes variedades de exercícios; incorporar as técnicas motoras; desenvolver a criatividade.

Dente de Leite – 11, 12 e 13 anos (forma pré-desportiva, fundamentos desportivos, período de formação motora específica e, formação física de base: formação corporal, educativo de corrida, rendimento, criatividade e formação física técnica) – tem como objetivos: formação física de bases e fundamentos desportivos, com as seguintes atividades: exercícios com deslocamento utilizando bolas; desenvolver destrezas técnicas (FILGUEIRA, 2006, p. 03).

O autor ainda ressalta que por ser um esporte muito complexo as crianças nas categorias descritas devem desenvolver as habilidades físico-mentais: consciência corporal, coordenação, flexibilidade, ritmo, agilidade, equilíbrio, percepção espaço-temporal e descontração (FILGUEIRA, 2006, p. 2).

Os autores são unânimes em reconhecer a importância da atividade física para o desenvolvimento das crianças, mas salientam que os efeitos advindos dessa prática irão depender de como é realizado o treinamento. Destacam o futebol como um fenômeno mundial e que a prática do mesmo exige combinações complexas do sistema neuromuscular entre todas as modalidades esportivas coletivas praticadas com bola.

3.4. A INICIAÇÃO ESPORTIVA

Weineck (1999) e Bompa (2000) definem iniciação como o primeiro passo na formação esportiva, em que se procura ensinar os aspectos básicos de uma ou mais modalidades e promover as primeiras adaptações no indivíduo para que ele possa responder aos novos estímulos

De acordo com Silva e Rose Junior (2005) a falta de um bom trabalho de base ou de uma eficiente iniciação esportiva é geralmente apontada como um dos principais empecilhos para que equipes esportivas alcancem o alto rendimento.

Os autores Pimentel; Galatti e Paes (2010) ressaltam a importância da prática esportiva ao frisarem que ao longo da infância e da adolescência, seja no contexto da educação, não formal ou informal, a vivência e a prática esportiva permitam às pessoas o desenvolvimento de habilidades e capacidades gerais e específicas que lhes permitam o acesso autônomo à prática esportiva na vida adulta.

Para Tani et al. (1988) a prática esportiva envolve habilidades motoras de todos os níveis, sejam elas gerais ou específicas de determinada modalidade esportiva, constituindo seus fundamentos.

Na prática de qualquer modalidade esportiva, estudos mostram que um amplo repertório motor contribui para a aprendizagem de novas habilidades, assim como o contrário pode dificultar o envolvimento em novas atividades que requeiram, entre outras, competência corporal-cinestésica especializada (PIMENTEL; GALATTI; PAES, 2010). E segundo Gallahue e Ozmun (2005, p. 434): “Uma técnica aprendida corretamente é difícil de ser alterada e gasta-se muito tempo para obter essa alteração porque qualquer novo aprendizado requer que se tome determinada habilidade avançada inconsciente e que se faça com que ele retorne ao nível consciente”.

Segundo os mesmos autores, os padrões motores fundamentais de cada pessoa são pouco alterados depois que atingem o estágio maduro de desenvolvimento motor.

Ferraz (2009) orienta que embora a iniciação esportiva possa proporcionar vivências positivas para o desenvolvimento motor da criança, sabe-se que a especialização precoce também pode trazer diversas complicações para o desenvolvimento infantil (p. 173).

É notório que a criança ao ser iniciada em qualquer esporte deve ter a possibilidade de vivenciar várias situações, pois cada uma dessa situação será responsável pela abertura de um grande número de possibilidades.

3.4.1. Fases de iniciação esportiva

Segundo estudos de Greco e Benda (2006), Almeida (2005), Freire (1989) em um processo de iniciação esportiva o treinador/educador deve respeitar as fases de cada criança, e que o nível de exigência deve ser gradativo, natural do iniciante ao mais avançado. Greco e Benda (2006) ainda afirmam que na fase de iniciação tem que se aumentar ao máximo o nível de raciocínio das crianças, fazendo com que primeiramente entendam como funciona o jogo e consigam sair de várias situações onde se encontram na defesa ou no ataque.

Almeida (2014) divide o processo de iniciação esportiva em três estágios:

Primeiro estágio: ocorre por volta de oito a nove anos. O treinamento deve ter objetivo a aquisição de habilidades motoras e destrezas específicas e globais. O treinador deve lançar mão de formas básicas de movimentos e de jogos pré-desportivos, atividades lúdicas e prazerosas, na busca de um aprendizado objetivo e eficiente. Segundo o autor a criança ainda não está apta para os jogos coletivos de competição.

Segundo estágio: ocorre entre 10 e 11 anos de idade. A criança já experimenta e participa de ações de cooperação e colaboração. Nesta etapa deve-se introduzir os elementos técnicos fundamentais, táticas gerais e regras através de jogos educativos, com a finalidade de ampliar o repertório de movimentos dos fundamentos básicos dos diversos esportes e também inculcar nas crianças elementos psicossociais visando a socialização e ações cooperativas.

Terceiro estágio: ocorre entre 12 e 13 anos. A criança já alcança um grande aumento de sua capacidade física e intelectual. Essa fase tem como objetivo o aperfeiçoamento das técnicas individuais, dos sistemas táticos, além das qualidades físicas. Deve-se oferecer atividades com a finalidade de se obter o aperfeiçoamento das qualidades físicas, às técnicas individuais e as táticas (individuais e coletivas) dos diversos desportos. O educador/treinador deve oferecer atividades que visem o desenvolvimento corporal e melhorias no desempenho individual do treinando (ALMEIDA, 2014).

3.5. O TREINAMENTO

O conhecimento do jogo é um parâmetro importante para o entendimento do jogo, possibilitando ao jogador, através de sua capacidade de decisão tática, comportar-se de maneira inteligente nas jogadas e assim possuir um bom desempenho (GIACOMINI, 2007).

Para Gomes (2002), a periodização do treinamento consiste na criação de planos em períodos específicos de acordo com os objetivos delimitados.

Gallahue e Ozmun (2005) ressaltam que o aprendizado é “um processo interno que produz alterações consistentes no comportamento individual em decorrência da interação da experiência, da educação e do treinamento com processos biológicos”.

Segundo Caetano, Silveira e Gobbi (2005) o desenvolvimento motor é um processo de alterações no nível de funcionamento de um indivíduo que irá proporcionar maior capacidade de controle de movimentos ao longo do tempo. Ainda para os autores essa contínua mudança de comportamento se processa pela interação entre as exigências da tarefa (física e mecânica), da biologia do indivíduo (hereditariedade, natureza e fatores intrínsecos, restrições estruturais funcionais), do ambiente (físico e sócio-cultural, fatores ligados à aprendizagem ou experiência), caracterizando um processo altamente dinâmico por toda a vida.

Para que uma criança aprenda e pratique um determinado esporte, deve-se adequar e estar atentos as suas fases de desenvolvimento, além de aspectos como idade.

Dantas (2003) define o treinamento desportivo como o conjunto de procedimentos e meios utilizados para se conduzir um atleta à sua plenitude física, técnica e psicológica dentro de um planejamento racional, visando executar uma performance máxima num período determinado.

Barbanti (2005) destaca a importância do treinamento esportivo, alegando que é processo organizado de aperfeiçoamento, devendo ser embasado em princípios científicos, com a finalidade de desenvolver modificações funcionais e morfológicas no organismo e influir significativamente na capacidade de rendimento do esportista. O autor ainda ressalta que o treinamento serve para a manutenção, melhora ou recuperação da capacidade de rendimento e da saúde. O treinamento é um processo de muitos fatores e não uma atividade que se possa fazer mecanicamente.

Por isso que o método de treinamento utilizado pelo educador/treinador poderá interferir no nível do conhecimento tático do jovem ao longo do tempo, tendo em vista que há diferentes maneiras de se treinar um time esportivo. Hernandez (2002) corrobora e afirma que a preparação física é um dos requisitos básicos para a realização da performance em qualquer atividade desportiva.

Quanto à essa visão Greco e Souza (1997, p. 13), destacam que: “A planificação dos níveis de desempenho que uma criança pode alcançar em cada uma das suas fases evolutivas é o centro de preocupação de muitos metodólogos das ciências do esporte e da Educação Física”.

Segundo estudos de Rose Jr. (2006) houve evolução no esporte e o futebol

tornou-se mais ágil deixando de exigir uma preparação empírica para demandar um embasamento

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

científico, surgindo daí várias metodologias de treinamento, testes e técnicas desenvolvidas para o aprimoramento dos aspectos técnico, tático e físico dos futebolistas. Oliveira (2004) destaca que na década de cinquenta e sessenta é que houve alterações no método de treinamento de atletas baseando-se em conhecimentos das áreas da biologia, da fisiologia e da biomecânica, em que concedia-se grau elevado de importância à preparação física, devido a maior abrangência de funções e ações dos jogadores no campo de jogo.

Costa et al. (2010) afirma que o embasamento do treinamento esportivo no alto rendimento para adultos faz sentido, mas o autor demonstra sua preocupação ao confirmar que atualmente os treinadores reproduzem as habilidades específicas da modalidade à maneira dos adultos, desconsiderando o estágio de desenvolvimento, as particularidades, as experiências e a capacidade dos jovens.

Para Weineck (1999) a técnica como movimento esportivo essencial, não pode ser treinada e não será claramente aprendida se a criança não apresentar um desenvolvimento de suas capacidades motoras desejável para realizar um movimento ou um gesto específico de um esporte, e é durante o período de crescimento que a criança desenvolve a maioria dos seus movimentos básicos, que servirão de base para a aprendizagem dos movimentos técnicos específicos de cada esporte.

Damásio e Serpa (2000) revelam que a preparação esportiva de crianças e jovens, desajustada às características do processo de crescimento e maturação, tem sido apontada como uma razão determinante para maior abandono e menor adesão de praticantes entre os 14 e os 18 anos nos desportos.

Ramos (2000), Lázaro e Oliveira (2002) destaca que os treinadores utilizam-se quase sempre do método de treinamento em que os iniciantes são tolhidos em suas iniciativas, são inibidos de iniciativa individual e coletiva, pois os métodos utilizados não levam os iniciantes ao novo, ao inesperado, não exigindo-lhes capacidade criativa, são limitantes.

Mas vários autores reconhecem que as condições de treino devem aproximar-se ao máximo das condições reais do jogo, quer na alta competição, quer nas fases de aprendizagem e formação do praticante, a proporcionar-lhe, desde o início da sua atividade, uma tomada de decisão ativa, formulação de juízos, compreensão do contexto em que o jogo decorre e estímulo da imaginação (TAVARES, 1994; GARGANTA; PINTO, 1998; GRAÇA, 1998; GRECO, 1998; PEREIRA, 1999; COSTA, 2001; GRECO, 2003; NOGUEIRA, 2005).

Para que tal treinamento efetive-se, Costa et al. (2010) cita três elementos

estruturais do processo de ensino e aprendizagem, descritos por Hahn (1988):

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

- 1) especificidade de acordo com cada etapa de formação;
- 2) desenvolvimento de conteúdos nas aulas ou treinos de acordo com os processos volitivos e de maturação;
- 3) periodização do processo de ensino e aprendizagem orientados muito mais pelas necessidades específicas dos atletas jovens e muito menos pelos modelos de periodização do universo da teoria do treinamento.

Greco e Benda (1998) sugerem um modelo de desenvolvimento do nível de rendimento esportivo composto por nove fases:

Fase pré-escolar: crianças de 1 a 6 anos - a frequência de treinamento 2-3 vezes por semana na qual se concretizam os objetivos de aprendizado dos movimentos fundamentais.

Fase universal: 6 a 12 anos – entendida como a mais ampla e rica dentro do processo de formação esportiva. Frequência de treinamento 2-3 vezes por semana. Nessa fase procura-se desenvolver todas as capacidades condicionais e coordenativas de uma forma geral, a partir de jogos e brincadeiras, resgatando as formas de jogo da cultura popular, criando assim uma base ampla e variada de movimentações que ressaltam o aspecto lúdico.

Fase de orientação: 11-12 até 13-14 anos – as atividades curriculares e extracurriculares sejam em média de três encontros semanais e que a duração esteja compreendida no intervalo de 60-90 minutos cada. É a fase para a iniciação e desenvolvimento dos gestos técnicos dos esportes, já que a capacidade de atenção do praticante para a percepção de outros estímulos está bem apurada, o que permite ao mesmo a automatização de grande parte dos movimentos.

Fase de direção: 13-14 até os 15-16 anos – marcada pelo início do aperfeiçoamento e da especialização técnica em uma modalidade. Frequência de 3 vezes por semana e o treinador deve evitar o conflito de interesses para que os jovens não abandonem a prática esportiva.

Fase de especialização: 15-16 aos 17-18 anos – aumento dos encontros semanais (3-4) e maior tempo de duração (90-120 minutos cada). Ocorre o ápice do processo de desenvolvimento e o desejo individual em participar de uma atividade que possui um número limitado de movimentos. O treinamento deve objetivar o aperfeiçoamento e a otimização do potencial técnico e tático, que sirvam de base para o emprego de comportamentos táticos de alto nível, e a estabilização das capacidades psíquicas.

Fase de aproximação/integração: 18 e 21 anos – considerada como o momento mais importante na transição do jovem para uma possível carreira esportiva no alto nível de rendimento e no esporte profissional. Nesta fase, juntamente com o trabalho

de aperfeiçoamento e otimização das capacidades técnicas, táticas e físicas, os autores recomendam, conceder um grande espaço de tempo à otimização das capacidades psíquicas e sociais.

Fase de alto nível: 21 anos – caracteriza-se pela estabilização, aperfeiçoamento e domínio dos comportamentos técnico-táticos e das capacidades físicas e psicológicas atingidas nas fases anteriores. Fase que não tem um tempo previsto de duração, porque vai depender de muitas variáveis que vão interferir no rendimento esportivo.

Fase de recuperação/readaptação: tem por objetivo readaptar o ex-atleta à sociedade, bem como aplicar programas adequados que contribuam para o “destreinamento” de maneira gradativa que o conduz ao esporte como forma de benefício à saúde.

Fase de recreação/saúde: os objetivos se opõem a fase de rendimento. Essa fase tem uma característica muito peculiar, porque ela pode se situar após a fase de recuperação/readaptação para as pessoas que seguiram carreira esportiva, ou após a fase de direção para aquelas pessoas que não tiveram o interesse de se especializar em nenhum desporto. Por conseguinte, essa fase poderá se iniciar em qualquer idade após os 15-16 anos e comportar os diversos programas de atividades físicas que contemplam os diferentes interesses do público; por exemplo, perder peso, melhorar estética, manter ou melhorar saúde, conquistar amigos, etc.

De acordo com Greco e Benda (1988); Cardoso (2007); Lima Jr., Marchiori e Campesi (2008) utilizar-se destes três elementos no processo de treinamento das crianças e dos jovens esses se beneficiarão de um processo educativo mais adequado, onde os treinos/aulas serão desenvolvidos de acordo com o seu histórico social e a sua maturidade biológica, uma vez que, cada criança ou jovem possui a sua própria maturação.

Para o treinamento Gallahue e Ozmun (2005) sugerem uma abordagem desenvolvimentista:

Dos 7 aos 10 anos – ao trabalhar as habilidades motoras (técnicas) os conteúdos do ensino são aplicados pelo professor e praticados pelos alunos, sem interferência e correções dos gestos motores.

Dos 11 aos 12 anos – há breves correções na técnica dos movimentos.

Na faixa de 13-14 anos – inicia-se o processo de especificidade dos gestos de cada modalidade na procura da especialização esportiva,

Após os 14 anos - o ensino deve ser específico de cada modalidade coletiva, e também o aperfeiçoamento dos sistemas táticos que cada modalidade necessita.

Pode-se perceber que o treinamento proposto por cada autor caracteriza-se por acompanhar as faixas etárias de desenvolvimento, condicionando através desses princípios a duração e frequência de treinamento.

3.5.1. ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS NO TREINAMENTO

As habilidades motoras fundamentais é a capacidade que tem o ser humano de explorar os potenciais motores de seu corpo movimentando-se através do espaço (locomoção), domínio da musculatura que o habilita a suportar a força da gravidade (estabilidade) e a capacidade de manipular com eficiência os objetos (manipulação). Para Gallahue e Ozmun (2005) o domínio das habilidades motoras fundamentais é básico para o desenvolvimento motor de crianças.

Em cada etapa de desenvolvimento biológico algumas idades são mais susceptíveis a adaptações das suas estruturas internas em resposta a estímulos externos, isto é, de acordo com os períodos etários sensíveis da criança ou adolescente à aprendizagem da técnica das ações motoras e o aperfeiçoamento das capacidades físicas ou capacidades motoras, através do treinamento adequado, será maximizado (GOMES, 2002).

Segundo Vigiano (1998) um bom desenvolvimento motor repercute na vida futura da criança nos aspectos sociais, intelectuais e culturais, pois ao ter alguma dificuldade motora faz com que a criança se refugie do meio o qual não domina, conseqüentemente deixando de realizar ou realizando com pouca frequência determinadas atividades.

3.5.1.1. Capacidades físicas

Capacidades físicas são todas as qualidades físicas motoras passíveis de treinamento: resistência, força, velocidade, agilidade, equilíbrio, flexibilidade e coordenação motora (ROSA, 2008, p. 32). Para um jogador de futebol, Dantas (2003) destaca as capacidades que um jogador de futebol deve possuir: Imprescindíveis: Força explosiva em membros inferiores e resistência aeróbica; Importantes: Resistência muscular localizada, resistência anaeróbica, velocidade de movimentos, agilidade, coordenação e Secundárias: Flexibilidade, velocidade de reação, equilíbrio

dinâmico (p. 5).

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

Souza (2006) destaca algumas capacidades físicas importantes para o desempenho do futebolista, pois estão diretamente ligadas às ações específicas realizadas durante a partida: a força, a velocidade, a resistência e as subdivisões das mesmas.

3.5.1.2. Resistência Motora

È a capacidade de tolerância à fadiga em sobrecargas de longa duração. Weineck (2000, p. 23) revela que sob o aspecto do metabolismo muscular encontra-se a Resistência Aeróbia e a Resistência Anaeróbia. A resistência aeróbica é requerida durante a movimentação dos 90 minutos do jogo, os jogadores estão sempre prontos para participarem de alguma jogada. A resistência anaeróbica é requerida nas jogadas de velocidade, "*sprints*", saltos, dribles, arrancadas, mudanças de direção, condução e finalização a gol.

Lossier e Buskirk (1977); Mahon e Vaccaro (1989) apud (WEINECK, 2000) apontam que crianças que participaram de treinamento regular, composto por corridas de longa distância ou de tempo, apresentam notável aumento de sua resistência aeróbia.

Para Bompa (2005), a resistência se refere à extensão de tempo em que um indivíduo consegue desempenhar um trabalho com determinada intensidade.

Segundo Weineck (2000) a resistência aeróbia deve ser desenvolvida em longo prazo, de forma sistemática, contínua e de forma progressiva, com sobrecargas de intensidade baixa e média. Para o desenvolvimento da resistência anaeróbia é importante que a intensidade e a duração da sobrecarga sejam adaptadas de acordo com cada faixa etária e suas características.

Segundo Weineck (2000), dos 06 aos 12 anos não há necessidade do desenvolvimento da resistência anaeróbia de maneira sistemática. A sobrecarga exigida no próprio jogo de futebol, bem como corridas com intervalos e com variações de ritmo são bem toleradas pela criança. Ex. de atividades: "pega-pega" com utilização de "piques", revezamento intervalado (sobrecarga de curta duração com período de recuperação), corrida com barreiras (saltos), mudanças de direção e "*slalons*", "*sprints*" morro acima e acelerações morro abaixo, além de formas específicas de jogos: 1x2, 2x3, 2x2, 1x3, 3x3. A forma 1x1 causa grande sobrecarga e deve ser usada de maneira curta: 2 a 3 minutos (WEINECK, 2000).

Ainda para o autor dos 12 aos 18 anos ocorre um aumento da capacidade anaeróbia o que permite um aumento gradual das sobrecargas. Exemplos de atividades: circuito com e sem bola contendo acelerações, corrida em "slalon", frente - costas, cabeçadas, controle de bola, arrancadas, entre outras modificações pertinentes. Estações com exercícios técnicos-táticos, formas de jogo 2x2, 3x3, 4x4 em campo reduzido e disputas com bola (WEINECK, 2000).

3.5.1.3. Velocidade

A velocidade é uma capacidade imprescindível para o desempenho desportivo, tanto nos desportos coletivos como nas modalidades individuais, pois envolve várias outras capacidades parciais. Segundo Weineck (2000) as capacidades parciais são: velocidade de percepção, capacidade de antecipação, velocidade de decisão, velocidade de reação, velocidade de movimento sem a bola (poder de aceleração), velocidade de ação com a bola e velocidade-habilidade.

De posse dessas capacidades o atleta tem condições prever as ações dos companheiros e dos adversários, decidir no menor tempo possível por uma ação efetiva entre várias possibilidades, reagir rápido em ações surpresas do adversário, da bola, e dos companheiros de equipe, realizar ações com bola em alta velocidade, agir de forma rápida e efetiva em relação às suas possibilidades técnicas e táticas, além de poder "livrar-se" da marcação ou "aparecer" de forma surpresa em posições decisivas durante o jogo.

De acordo com Weineck (2000, p. 377) "ao lado da resistência aeróbia e da resistência anaeróbia, a capacidade de aceleração representa no futebol a qualidade física de maior importância".

Para Meinel (1976 apud Weineck, 2000) o treinamento desta qualidade física deve começar o mais cedo possível, a partir dos 05 anos onde ocorre grande aperfeiçoamento nos movimentos de corrida e conseqüentemente melhoria na velocidade de corrida.

3.5.1.4. Força

Segundo Carmo (2010) o treinamento dessa capacidade pode fazer resistir melhor às demandas de força impostas à musculatura durante uma atividade física diária, de lazer ou competitiva na qual ele está envolvido, ou até mesmo prevenindo

lesões. É de extrema importância para qualquer jogador que pretenda ter um mínimo de desempenho físico.

Esta capacidade está associada a saltos, força de chute, força de "sprints", força de lançamentos (cobrança de laterais), capacidade de aceleração, paradas abruptas, mudanças rápidas de direção, fintas, disputas de bola, ações técnicas isoladas, entre outras.

Weineck (2000) alerta sobre o fato da criança apenas "jogando futebol" pode estar sendo alvo de sobrecargas unilaterais e com isto pode ocorrer um desequilíbrio muscular que mais tarde prejudicará o desenvolvimento da performance e facilitará o aparecimento de lesões musculares. O autor sugere treinamento de força adaptado a criança considerando cada idade sensível.

O treinamento de força em crianças e adolescentes deve, acima de tudo, privilegiar uma formação geral harmônica, de forma organizada, respeitando as diferentes faixas etárias, de maneira variada, alegre, multifacetada e lúdica (ROSSINI, 2004).

3.5.1.5. Mobilidade

Revista
@RGUMENTANDUM

A mobilidade é de grande importância para o jogador de futebol, pois somente com uma boa capacidade de realizar movimentos com grandes amplitudes são possíveis os gestos técnicos perfeitos. Além disso, com uma boa mobilidade, os movimentos podem ser realizados com maior velocidade e força. Esta capacidade física também tem influência sobre o esgotamento do potencial de performance e serve como profilaxia de lesões (WEINECK, 2000).

O treinamento da mobilidade será útil na correção ou profilaxia de desequilíbrios (encurtamentos e fraquezas) musculares causados por sobrecargas unilaterais

Do estudo empreendido pode-se perceber que apesar dos programas de treinamento técnico ou tático sempre exigirem na sua base componentes tais como: resistência, força, velocidade e/ou flexibilidade percebe-se ainda hoje que os programas de treinamento não seguem as orientações que a literatura sugere, pois constata-se baixa preocupação com os aspectos relacionados à iniciativa criativa das crianças, à tomada de decisão, à aprendizagem dos gestos técnicos de forma situacional, ao desenvolvimento do raciocínio.

Todo treinamento pode oferecer relevantes benefícios à saúde e à aptidão física de crianças, caso as recomendações sejam seguidas, como a técnica correta

de execução dos exercícios, uma sequência progressiva de acordo com a idade de cada praticante. São aspectos importantes que permitem às crianças a possibilidade de usufruir com segurança, os benefícios de um programa de treinamento. Os treinamentos tanto técnico, como tático ou físico adaptado para as crianças deve ser cuidadosamente elaborado, estudado e conduzido por profissionais capacitados. As características biológicas e maturacionais devem ser levadas em consideração na programação do treinamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a iniciação das crianças às técnicas de futebol seja eficiente é necessário um conhecimento básico das condições de cada faixa etária, para que se possam obter condições de estabelecer um treinamento adequado às suas necessidades.

É muito importante que as crianças tenham uma iniciação esportiva bem orientada, sem excessos e sem pressão.

Pelo estudo pode-se compreender que apesar da prática esportiva promover o crescimento da criança sob vários aspectos, existem divisões de acordo com a faixa etária da criança que servirão de parâmetros para orientar à iniciação esportiva, ou seja, o profissional ao orientar definir objetivos, metodologia e avaliação deve orientar-se de acordo com a fase de desenvolvimento em que a criança encontra-se.

A partir do estudo realizado pode-se concluir que o treinamento esportivo do futebol, se desenvolvido adequadamente, ou seja, acompanhando as faixas etárias de desenvolvimento, condicionando através desses princípios a duração e frequência de treinamento, possibilita o desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, social e cognitivo e que o prof discorrer sobre a importância do preparo dos educadores para um bom desenvolvimento profissional.

A prática esportiva, se desenvolvida adequadamente, é muito benéfica no processo de formação das crianças e dos jovens. A partir do que foi analisado, pode-se concluir que o professor de educação física, principalmente no futebol, que é o foco desse estudo, tem que ser mais do que um simples repassador de conhecimentos. Ele precisa demonstrar entusiasmo ao ensinar, ser dedicado, amoroso, amigo e companheiro em todos os momentos. Agindo assim, as crianças e os jovens sentir-se-ão protegidos e seguros, tendo no professor uma referência na sua trajetória esportiva e profissional. Em síntese, podemos afirmar que este estudo será fundamental para que os futuros profissionais da educação física que queiram trabalhar com a iniciação esportiva, tenham uma referência e possam utilizar os autores citados nesta revisão de literatura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. T. P. de. **Iniciação esportiva na escola**: a aprendizagem dos esportes coletivos. Disponível em: <<http://www.boletimef.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2014.

BALBINO, H. F. **Jogos desportivos coletivos e os estímulos das inteligências múltiplas**: bases para uma proposta em pedagogia do esporte. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Lucas/Downloads/BalbinoHermesFerreira_M.pdf>. Acesso em 11 out. 2014.

BARBANTI, V. J. **Formação de esportistas**. Barueri: Manole, 2005.

BOMPA, T. O. **Treinamento de atletas de desporto coletivo**. São Paulo: Phorte, 2005.

_____. **Treinamento total para jovens campeões**. Barueri, São Paulo, Brasil. Manole. 2002.

CAETANO, M. J. D.; SILVEIRA, C. R. A.; GOBBI, L. T. B. Desenvolvimento motor de pré-escolares no intervalo de 13 meses. **Rev. Bras. de Cineantropometria & Desempenho Humano**, São Paulo, v. 7 n. 2 p. 5-13, 2005.

CARDOSO, M. F. S. **Para uma teoria da competição desportiva para crianças e jovens**: um estudo sobre os conteúdos, estruturas e enquadramentos das competições desportivas para os mais jovens em Portugal. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto), Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/28535/mod_resource/content/1/Para%20uma%20teoria%20da%20competi%C3%A7%C3%A3o%20esportiva%20para%20crian%C3%A7as%20e%20jovens%20.PDF>. Acesso em 11 out. 2014.

CARMO, A. A. L. do. **Adaptações ao treinamento de resistência aeróbica, força e flexibilidade e suas implicações no árbitro de futebol de campo**. 2010. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:

<<http://www.eef.ufmg.br/biblioteca/1831.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

CARRANO, P. C. R. (org). **Futebol: paixão e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

COSTA, J. **Inteligência geral e conhecimento específico no futebol**: estudo comparativo entre a inteligência geral e o conhecimento específico em jovens futebolistas federados de diferentes níveis competitivos. 2001. 145 f. Mestrado (Educação Física), Faculdade do Desporto da Universidade do Porto, João Costa, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2001.

COSTA, I. et al. Ensino-aprendizagem e treinamento dos comportamentos tático-técnico no futebol. **Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 41-61, 2010. Disponível em: <<http://www.nucleofutebol.ufv.br/artigos/23-Ensino-aprendizagem-treinamento.pdf>>. Acesso em 12 out. 2014.

DAMÁSIO, L.; SERPA, S. O treinador no desporto infanto-juvenil. **Treino desportivo**, v. 3, ed. esp. , p. 40-4, 2000.

DANTAS, E.H.G. **A prática de preparação física**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

FERRAZ, O. L. O esporte, a criança e o adolescente: consensos e divergências. In: ROSE JR,

D. et al. (Org). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILGUEIRA, F M.; SCHWARTZ, G. M. Torcida familiar: a complexidade das inter-relações na iniciação esportiva ao futebol. **Rev. Port. Ciên. Desp**, v.7, n.2, p. 245-53, ago. 2007.

FILGUEIRA, F. M. Aspectos físicos, técnicos e táticos da iniciação ao futebol.

Revista Digital, Buenos Aires, v. 11, n. 103, dez.,

2006. Disponível em:

<<http://www.efdeportes.com/efd103/iniciacao-futebol.htm>> Acesso em 05 ago. 2014.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

GALLAHUE, D. L. Conceitos para maximizar o desenvolvimento da habilidade de movimento especializado. **Rev. da Educação Física/UEM**, v. 6, n. 2, p.197-202, 2005.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**:

bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

GARGANTA, J. Para uma teoria dos jogos desportivos coletivos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. **O ensino dos jogos desportivos**. Porto: Rainho & Neves, 1998.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

GARGANTA, J.; PINTO, J. O ensino do futebol. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. (Ed.). **O**

ensino dos jogos desportivos. Porto: Rainho & Neves, 1998.

GIACOMINI, D. S. **Conhecimento tático declarativo e processual no futebol:** estudo comparativo entre jogadores de diferentes categorias e posições. (2007). 161 f. Mestrado (Educação Física), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Diogo Giacomini, Belo Horizonte, 2007.

GOMES, A, C. **Treinamento desportivo:** estruturação e periodização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GRAÇA, A. Os como e os quando no ensino dos jogos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. (Ed.). **O ensino dos jogos desportivos.** Cap.2. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto: Rainho & Neves Ltda, 1998.

GRECO, J. P., BENDA, R. (Org.). **Iniciação desportiva universal.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GRECO, P. J. ; SOUZA, P. R. C. de. Desenvolvimento da capacidade tática no Futsal. In: GRECO, P. J.; SAMULSKI, D. M; GARCIA, E. S.; SZMUCHROWSKI, L. **Temas atuais**

em Educação Física e esportes II. Belo Horizonte: Health, 1997.

GRECO, P. J.; BENDA, R. Iniciação aos esportes coletivos: uma escola da bola para crianças e adolescentes. In: JUNIOR, D. R. **Modalidades esportivas coletivas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GRECO, P.J. Ensino aprendizagem treinamento dos jogos esportivos coletivos: iniciação esportiva universal uma escola da bola. **FIEP Bulletin**, v.73, p.31- 42, 2003.

GUIMARÃES, D. B. **A importância e influências no desenvolvimento psicomotor em crianças iniciantes na prática do futebol.** 2012. Disponível em:

<<http://www.teoriadofutebol.com/Artigo%20-%20Futebola.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

HITORA, V. B.; PAIANO, R. A disciplina de teoria e prática do futebol: identificando os conhecimentos dos graduandos e propondo um olhar sobre as fases de desenvolvimento. **Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Barueri, v. 6, n. 2,

p.99-106, 2007. Disponível em

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

<http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REME_FE-6-2-2007/art08_edfis6n2.pdf>. Acesso em 28 ago. 2014.

ISAYAMA, H. F.; GALLARDO, J. S. P. Desenvolvimento motor: análise dos estudos brasileiros sobre habilidades motoras fundamentais. **Rev. da Educação Física/UEM**. v. 9, n. 1, p.75-82, 1998.

LÁZARO, J. P.; OLIVEIRA, M. Caracterização dos comportamentos pré-competitivos dos jogadores de futebol da 1ª Liga Portuguesa. **Treino desportivo**, v.18, p. 28-32, 2002.

LIMA JR. O. V.; MARCHIORI, C.; CAMPESI, K. R. Escola de futebol: um estudo de caso sobre a inserção de um atleta numa categoria superior. **Revista Digital**, v. 12, n. 116, 2008. Disponível em:<<http://www.efdeportes.com/efd116/insercao-de-um-atleta-numa-categoria-superior.htm>>. Acesso em: 12 out. 2014.

LIMA, D. W. de. **Iniciação esportiva**: aspectos positivos e negativos da especialização esportiva precoce no futebol. 2013.

Disponível em:

<<http://www.universidadedofutebol.com.br/Artigo/15522/Iniciacao-esportiva-aspectos-positivos-e-negativos-da-especializacao-esportiva-precoce-no-futebol>>. Acesso em: 12 de abr. 2014.

MARTURELI JÚNIOR, M. **A organização do trabalho de treinadores de futebol**: estratégias de ação e produtividade de equipes profissionais. 2002. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MATSUDO, S. M. M. et al. Nível de atividade física em crianças e adolescentes de diferentes regiões de desenvolvimento. **Rev. Bras. Atividade Física e Saúde**, São Caetano do Sul, v. 3, n. 4, p. 14-26, 1998.

MOREIRA, S. M. **Pedagogia do esporte e o karatê-dô**: considerações acerca da iniciação e da especialização esportiva precoce. 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCAC

AO_FI SICA/dissertacao/Moreira_Dissertacao.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

NASCIMENTO JÚNIOR, J. R. A. **A importância da iniciação esportiva para o desenvolvimento motor infantil.** 2010. Disponível

em:

<<http://www.universidadedofutebol.com.br/Artigo/14481/buscar>>. Acesso em 12 abr. 2014.

NOGUEIRA, M. J. M. **Análise da estrutura do treino, no escalão de iniciados e juvenis em futebol.** (2005). 171 f. Dissertação (Mestrado em Treino de Alto Rendimento), Faculdade de Desporto, Mário Nogueira, Porto, 2005.

OLIVEIRA, J. G. G. **Conhecimento específico em futebol:** contributos para a definição de uma matriz dinâmica do processo ensino aprendizagem/treino do jogo. 2004. 178f. Mestrado (Educação Física), Faculdade de Desporto, José Oliveira, Porto, 2004.

PEREIRA, J. G. Treinar jovens: benefício ou risco? In: ADELINO, J.; VIEIRA, J.; COELHO, O. (Ed.). **Seminário Internacional Treino de Jovens.** Cap.6. Lisboa: Centro de estudos e formação desportiva, Secretaria de Estado do Desporto, 1999.

PIMENTEL, R. M.; GALATTI, L. R. PAES, R. R. Pedagogia do esporte e iniciação esportiva tardia: perspectivas a partir da modalidade basquetebol. **Pensar a prática,** Goiânia, v. 13, n. 1, p.1-15, jan./abr., 2010.

RAMOS, F. S. Como treinam as seleções nacionais de futebol jovem: o percurso do jogador.

Treino desportivo, v.11, p. 32-44, 2000.

ROSA, P, E. Identificação de capacidades físicas existentes em jogadores de voleibol, **Rev. Fitness e Performance,** s.l., v. 3, n. 4, 2008.

ROSE JUNIOR, D. **Modalidades desportivas coletivas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ROSSI, M. S.; KUNZ, E. **Elementos indicadores para uma prática pedagógica transformadora:** aprendizagem social na Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, 2000.

ROSSINI, F. **Reflexões teóricas sobre o treinamento para escolas de iniciação e aperfeiçoamento em futebol considerando as idades sensíveis.** 2004. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas.

SANTOS, S. E. R.; SCAGLIA, A. J. Como se ensina e como se aprende o futebol através de uma prática interacionista. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, n.10, p.162- 178, 10 jun. 2007.

SCHERRER, E. M.; GALATTI, L. R. Pedagogia do esporte: considerações metodológicas a partir dos aspectos técnico-táticos e sócioafetivos dos jogos esportivos coletivos na escola. **Movimento & Percepção**. Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 9, n. 13, jul./dez. p.235-248, 2008.

SILVA, T. A. F.; ROSE JUNIOR, D. de. Iniciação nas modalidades esportivas coletivas: a importância da dimensão tática. **Rev. Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Barueri, v. 4, n. 4, p. 71-93, 2005.

SOUZA, E. N. **Alterações das capacidades físicas de jovens futebolistas durante o macrociclo de treinamento**: estudo a partir da periodização de cargas seletivas, 2006, 110f., Dissertação (Mestrado em Educação Física), Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

Revista
DOCUMENTAÇÃO
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

TANI, G. et al. **Educação física escolar**: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/Edusp, 1988.

TAVARES, F. O processamento da informação nos jogos desportivos. In: GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. (Ed.). **O ensino dos jogos desportivos**. Cap.3. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto: Rainho & Neves, 1994.

WEINECK, J. **Treinamento ideal**: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil. 9. ed. São Paulo: Manole, 1999.

_____. **Futebol total**: o treinamento físico no futebol. Guarulhos, SP: Phorte, 2000.

PATRIKI DA SILVA ARAÚJO

A PROPOSITURA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E SUAS NUANCES

Revista

@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdade Sudamérica, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientadora: Prof(a) Me. Paloma Silva Mendes

Cataguases-MG

2019

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Aos meus pais, pelo incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, pois ela nada seria possível.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me abençoado me dando saúde e força para chegar até aqui! À minha professora e orientadora Paloma Silva Mendes, por ter me ajudado tanto e me incentivado com tanta dedicação à elaboração deste trabalho. Quero te pedir desculpas por tantas mensagens, falando sobre meus medos de fazer um trabalho que desde antes da faculdade já era falado que seria a parte mais difícil de se fazer. Se não fosse a sua pessoa como minha orientadora e algumas vezes “psicóloga”, eu não teria conseguido. Te agradeço do fundo do meu coração! Obrigado!

Agradeço ao corpo docente da Faculdade Sudamérica, por ter me proporcionado não apenas o conhecimento, mas também o aprendizado.

Ao meu amigo Kaique, por ter ficado todos esses anos sendo minha principal companhia dentro de sala, meu colega de trabalho, provas e por ter me incentivado nos momentos que eu não acreditava que conseguiria. Sua amizade me ajudou a chegar ao final.

Agradeço ao professor Fernando Chain, por sempre estar disposto a ajudar e ensinar, não importando qual a hora e o dia. Quantas vezes não mandei mensagem no final de semana perguntando dúvidas e fui atenciosamente atendido. Obrigado Chain, seu conhecimento me proporcionou a ser um melhor aluno!

Agradeço a escritã da Vara Criminal e de Execuções da Comarca de Cataguases, a senhora Cláudia Salles, por ser sempre tão atenciosa, acreditando na minha capacidade, e me ajudando a cada dia crescer um pouco mais, como pessoa e profissionalmente. Não poderia deixar de falar também, das coisas gostosas que ela sempre comprava para eu comer. Obrigado, você contribuiu na minha tão sonhada formação!

Meu querido mestre, Dr. João Carneiro Duarte Neto, pessoa no qual tive o prazer de trabalhar ao seu lado, ver de perto seu profissionalismo, sua vontade de querer fazer diferença por onde passa, mostrando que deseja somar para o bem, não apenas ser mais um dos tantos que já passaram. O senhor sempre mostrou disposto a ajudar, tirar as dúvidas, dar conselhos, ser amigo, algo muito longe da minha imaginação. “Aonde se viu um Juiz querer ser amigo de um mero estagiário”. Quero te agradecer

por me ter dado essa oportunidade e me ajudado na minha formação, como pessoa e como profissional.

A minha irmã, sua pessoa foi crucial na minha formação. Sem sua ajuda nada disso seria possível. Quero te agradecer por isso e te fala que sem sua garra, eu não estaria chegando no final.

A minha namorada, pessoa que teve comigo a maior parte do curso, acreditando no meu potencial, me ajudando nas minhas dificuldades e tentando contribuir de varias formas na minha vida. Quero te agradecer por tudo isso e te dizer que você foi fundamental na minha formação.

Meu pai, um homem trabalhador, sonhador, conquistador, que sempre teve um sonho de que seu filho formasse em Direito. O Senhor foi o maior incentivador da minha iniciação no curso, momento que eu não queria ou não saberia o que realmente eu queria para o meu futuro, veio o senhor e me mostrou o caminho. Quero te lembrar de que o caminho não vai acabar por aqui, foi apenas uma batalha que nós conseguimos ganhar. Mas acredito que nós juntos vamos tirar mais essa etapa de letra. Por tudo isso, que te agradecer e te falar que te amo.

Não podia deixar de agradecer a pessoa mais linda do mundo, minha mãe, mulher que sempre esteve ao meu lado, momentos difíceis e alegres, cobrando estudo e incentivando. Mãe, eu cheguei, mas sem a senhora eu não conseguiria. Te amo.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação acadêmica, deixo registrado o meu muito obrigado!

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

“O fim do Direito não é abolir nem restringir, mas preservar e ampliar a liberdade” (John Locke).

RESUMO

O presente estudo vem descrever como funciona o instituto despenalizador da Suspensão Condicional do Processo, elencado no artigo 89 da Lei 9.099/95, em que o processo criminal fica suspenso por dois a quatro anos. Esse lapso temporal é conhecido como período de prova. Contudo será demonstrando como a suspensão é um mecanismo de justiça sem privação da liberdade e com caráter socializador. Quem são as pessoas que poderiam ter esse benefício e se o Ministério Público teria a obrigação de oferecer a suspensão condicional do processo ou seria uma mera faculdade do Parquet.

Palavras-chave: Suspensão condicional do Processo. Função despenalizadora. Direito ou Dever.

ABSTRACT

The present study shows how the decentralizing institute of Conditional Suspension of Procedure, listed in article 89 of Law 9,099 / 95, demonstrates how suspension is a mechanism of justice without deprivation of liberty and with a socializing character. Who are the people who could have this benefit and whether the public prosecutor would have to offer conditional suspension of proceedings or would it be a mere faculty of Parquet.

Keywords: Conditional stay of proceedings. Depenalizing function. Right or Duty.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART- Artigo

CRFB/88- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Nº- Número

Sursis Processual –Suspensão Condicional do Processo

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

1 INTRODUÇÃO

Em 1999 foi promulgada por meio da emenda constitucional nº 22, na qual foi acrescentado no art. 98, I, a criação do juizados especiais criminais, com foco na: conciliação, julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo. Com o objetivo de dar maior acesso aos órgãos jurisdicionais, de uma forma mais simplificada, mais rápida e célere, foi criada a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 (SOARES, 2017).

Dessa forma, em seu art. 89 da Lei. 9.099/95, foi criada a suspensão condicional do processo, com seu principal objetivo a despenalização do acusado, para crimes que tenha pena mínima cominada for igual ou inferior a 01 (um) ano, que não esteja sendo processado por outro crime ou não tenha sido condenado por outro crime. Também, deverá ser observado o artigo 77 do Código Penal, onde o acusado não poderá ser reincidente de crimes dolosos, sendo observado sua culpabilidade, seus antecedentes, sua conduta e personalidade, bem como os motivos e as circunstâncias que autorizem a concessão do benefício. Depois de ver todo o cenário que o acusado se encontra e não tendo nenhum motivo para o não oferecimento, o Ministério Público poderá oferecer a Suspensão por um período de dois (02) a quatro (04) anos, chamado período de Prova. Este, onde o acusado deve mostrar que realmente mereceu ter sido beneficiado pela suspensão do processo, para que no fim do prazo possa ter conquistado a extinção da punibilidade, conforme relata Etzel (2005).

Na doutrina existe uma controvérsia se a suspensão seria um direito subjetivo do acusado ou seria uma obrigação por parte do Ministério Público em oferecer a suspensão condicional do processo, se o sursis processual constitui direito do acusado ou mera faculdade do Parquet conforme relata o autor descrito anteriormente.

O acusado poderá aceitar ou não a proposta de suspensão condicional do processo. Aceitando ficará ciente que deverá cumprir todos os requisitos do acordo, que foi oferecido pelo Ministério Público. O juiz neste momento irá verificar a legalidade do ato, caso esteja tudo na forma da lei, ele irá suspender o processo por tempo determinado no acordo entre Ministério Público, acusado e sua defesa. Tendo a defesa e o acusado recusado a proposta, o processo retomará seu tramite normal.

A suspensão poderá ser revogada caso o beneficiado descumpra alguma das condições impostas durante o período de prova. E se esse período de prova estiver chegado ao fim e não houve nenhum descumprimento, o juiz declarará extinta a punibilidade.

2 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: SURGIMENTO

Iniciaremos com uma breve exposição acerca do surgimento da suspensão condicional do processo. Conforme relato de Batista (2001), seu primeiro idealizador foi o desembargador Weber Martins Batista, que apresentou na Conferência de Encerramento do Seminário de Estudos sobre a reforma do Código Penal e Processual Penal, realizado na Escola Superior da Magistratura Nacional, na universidade Estadual do Rio de Janeiro, em setembro de 1981.

A suspensão proposta por Weber tinha como eixo o princípio da discriminalidade, no qual o Ministério Público poderia dispor da ação penal, e sua principal finalidade era a de evitar não só a estigmatização decorrente da sentença condenatória, mas, sobretudo a derivada do próprio processo (BATISTA, 2001).

Segundo Gomes e Scarance (2002), a constituição de 1988 previu no seu artigo 98, caput e inciso I, que a União, Estados e Distrito Federal criariam juizados especiais, promovidos por juízes togados ou leigos para conduzirem delitos de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitindo nas hipóteses prevista em lei, a transação penal e que os recursos iriam para turmas de juízes de primeiro grau.

Como se vê no artigo 98, inciso I:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau (VADE MECUM, 2019, P. 31).

Por esse caráter inovador, o advento da possibilidade de suspensão condicional do processo promoveu reflexões no âmbito doutrinário e jurisprudencial. À guisa de exemplo, observa-se o exposto pelo Ministro Celso de Mello em julgamento no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em 1996:

É certo que o novíssimo estatuto disciplinador dos Juizados Especiais, mais do que a regulamentação normativa desses órgãos judiciários de primeira instância, importou em expressiva transformação do panorama penal vigente no Brasil, criando instrumentos destinados a viabilizar, juridicamente, processos de despenalização, com a inequívoca finalidade de forjar um novo modelo de Justiça criminal, que privilegie a ampliação do espaço de consenso, valorizando, desse modo, na definição das controvérsias oriundas

do ilícito criminal, a adoção de soluções fundadas na própria vontade dos sujeitos que integram a relação processual penal.

É por essa razão que o magistério doutrinário, ao enfatizar as premissas ideológicas que dão suporte às medidas despenalizadoras previstas na Lei n. 9.099/95, confere especial primazia aos institutos (a) da composição civil (art. 74, parágrafo único), da transação penal (art. 76), da representação nos delitos de lesões culposas ou dolosas de natureza leve (arte. 88 e 91) e da suspensão condicional do processo (art. 89).

Na realidade, os institutos em questão consagram, na perspectiva da nova filosofia que informa a Lei n. 9.099/95, soluções de índole consensual vocacionadas a permitir a pronta superação do litígio gerado pela prática da infração penal (STF, 1996, p. stf.jus.br).¹

Gomes e Scarance (2002), relatam que a criação da Lei 9.099/95, foi uma verdadeira revolução no sistema processual penal. Já que ela não se importou com soluções de outros ordenamentos, encontrando assim, um sistema próprio de Justiça penal que não se assemelha com o direito comparado.

Conforme os autores supracitados no que se refere a suspensão condicional do processo, apenas lembram o sistema de probation, pois existindo sua punibilidade após o período de prova, não mais vai existir qualquer registro do delito, como se nunca tivesse ocorrido.

Eis o texto da Lei:

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamérica

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este recebendo a denúncia, poderá suspender o processo submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de frequentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

A informação encontra-se disponível em
:http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=00000522&base=baseQuestoes
. Acesso em 13/08/19.

§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos (VADE MECUM, 2019, p. 1681).

Nesse mesmo sentido, Cunha (2019) descreve os três sistemas que podem fundamentar o *sursis*: O primeiro deles é o anglo-americano (*probation system*), caracterizado pela submissão do réu ao período de prova após o reconhecimento da sua responsabilidade penal, mas sem imposição de pena. Descumpridas as condições, o julgamento é retomado, determinando-se a pena privativa de liberdade a ser cumprida. Não foi contemplado em lugar algum do nosso ordenamento jurídico.

O segundo, também de origem norte-americana, o *probation of first offenders act* representa a suspensão prematura da ação penal, sem reconhecimento da responsabilidade do réu e com a imposição de condições que, não adimplidas, implicam no prosseguimento do processo até condenação e aplicação da sanção penal. Entre nós, o artigo 89 da Lei nº 9.099/95 reconhece este sistema, ao criar a medida despenalizadora da suspensão condicional do processo.

Por fim, o terceiro é o franco-belga, adotado pelo CP nos artigos 77 a 82. Nesse sistema, a ação penal segue o seu curso regular com a condenação e imposição da pena privativa de liberdade para, em momento imediatamente posterior, serem estabelecidas condições previstas em lei às quais deverá o condenado se submeter para alcançar a extinção da sanção imposta.

3 A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO LEI 9099/95

Para o doutrinador Brasileiro (2019), a suspensão condicional do processo prevista no artigo 89, da Lei 09.099/95 seria um instituto despenalizador, o qual permite que o processo fique suspenso por um período chamado de prova, que poderá durar entre 2 a 4 anos, desde que seja obedecido o cumprimento de certas condições.

De acordo com Prado e Grandinetti (2001,p.259) a suspensão condicional do processo consiste em:

O fenômeno percebido consiste em o Ministério Público formular proposta ao réu, visando obter dele determinado comportamento positivos e negativos ao longo de um tempo preciso, de modo a ver declarada extinta a punibilidade do acusado pelo crime que funda a causa de pedir da ação penal. Para que a extinção da punibilidade se concretize, é necessário que o acusado, orientado pelo seu defensor, aceite a proposta e o juiz homologue. Provas não serão produzidas e o acordo somente será válido se aperfeiçoado depois de recebida a denúncia, com a constatação da existência de justa causa para ação penal. Finalmente, a medida só é cabível para determinados grupos de infrações penais, originando-se a extinção da punibilidade na hipótese de consumação do período de prova sem revogação.

Para os autores citados acima, na suspensão condicional do processo o que se suspende é o processo. Dessa forma, o momento adequado para a proposta da suspensão seria no momento do oferecimento da denúncia. Caso o acusado aceite, o juiz poderá suspender o processo. Se todas as condições acordadas forem cumpridas pelo determinado período de prova, essas poderão resultar na extinção da punibilidade, isto é, desaparecimento da pretensão punitiva estatal.

Nas palavras de Nucci (2014, p.356) a suspensão condicional do processo:

Trata-se de instituto de política criminal, benéfico ao acusado, proporcionando a suspensão do curso do processo, após o recebimento da denúncia, desde que o crime imputado ao réu não tenha pena mínima superior a um ano, mediante o cumprimento de determinadas condições legais, como o fito de atingir a extinção da punibilidade, sem necessidade do julgamento do mérito propriamente dito (NUCCI 2014, P. 355).

No mesmo sentido, Capez (2001) faz a sua definição:

Instituto despenalizador, criado como alternativa à pena privativa de liberdade, pelo qual se permite a suspensão do processo, por um determinado período e mediante certas condições. Decorrido esse prazo, sem que o réu tenha dado causa à revogação do benefício, o processo será extinto, sem que tenha sido proferida nenhuma sentença (CAPEZ, 2001, p. 555).

4 REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

O Ministério Público poderá oferecer a proposta de suspensão condicional do processo pelo prazo de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado se encaixe nos seguintes requisitos que serão descritos no presente capítulo.

4.1. PENA MÍNIMA COMINADA NÃO SUPERIOR A UM ANO

Brasileiro (2019) afirma que a suspensão condicional do processo leva em conta a pena mínima determinada pelo delito cometido. Se a pena mínima não passar de 1 (um) ano, poderá ser cabível o oferecimento da suspensão condicional do processo. As qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena serão levadas em contas para verificar se cabe a suspensão.

Já nas hipóteses de concursos de crimes, não se utiliza o artigo 109 do Código Penal, que diz que a prescrição recai sobre a pena de cada delito isoladamente. No que se refere à suspensão condicional do processo, são levadas em consideração à somatória das penas ou o *quantum* resultante da majoração da pena, no patamar mínimo (ETZEL, 2005).

O benefício não é aceito nos delitos executados em concurso matéria ou formal impróprio quando as somatórias das penas mínimas somadas ultrapassem 1 (um) ano (BRASILEIRO, 2019). De acordo com a súmula 723 do Supremo, “não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com aumento de mínimo de 1/6 (um sexto) for superior a 01(um) ano”.

Já a súmula 243 do Superior Tribunal de Justiça vem dizendo:

O benefício da suspensão condicional do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de 01 (um) ano.²

² A presente súmula encontra-se disponível em: [https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=\(sumula%20adj1%20%27243%27\).sub](https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%27243%27).sub), acesso em 15/08/19.

Brasileiro (2019) destaca que no artigo 41da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, a Lei 9.099/95 não será aplicada.

4.2. NÃO ESTAR SENDO PROCESSADO OU NÃO TER SIDO CONDENADO POROUTRO CRIME

Como previsto no artigo 89 da lei 9.099/95, se existir outro processo em andamento contra o acusado, este já não poderá ter o benefício da suspensão condicional do processo. Em corrente contraria os doutrinadores Grinover e Scarance (2002, p. 90) dizem que :

Nesta parte, o artigo 89 conflita flagrantemente com o princípio constitucional da presunção da inocência. Estando o processo em curso o acusado é reputado inocente. Logo, não pode o legislador tratá-lo como se condenado fosse. A regra de tratamento deriva da presunção da inocência impede que o “acusado” seja tratado como “condenado”. A existência de outro processo em curso, destarte, impõe ao juiz um exame mais profundo das chamadas condições judiciais (culpabilidade, conduta social, personalidade, motivos etc), mas por si só não pode ser obstáculo à suspensão do processo.

Os autores ainda acreditam que se o acusado já estiver respondendo por outro processo, pode significar que sua personalidade pode ser voltada para a delinquência e não apresente uma boa conduta social. E que por esses motivos poderia se chegar a conclusão que o acusado não faz jus a suspensão condicional do processo, mas apenas essas justificativas não seriam suficientes para o não oferecimento da suspensão condicional do processo.

Embora exista posição em sentido contrário, prevalece o entendimento de que basta a existência de um processo-crime tramitando contra o acusado. Não há que se falar em violação ao princípio da presunção de inocência ou da não culpa, uma vez o legislador pode muito bem estabelecer condições para o gozo de benefícios penais (SOARES, 2017).

Nesse diapasão, decidiu o Superior Tribunal Federal:

[...] NÃO OFERECIMENTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. REQUISITOS DO ART. 89 DA LEI N. 9.099/95. EXISTÊNCIA DE PROCESSO CRIMINAL PENDENTE. INAPLICABILIDADE DO BENEFÍCIO. PRECEDENTES. MÉRITO. [...] 4. É requisito para a suspensão condicional do processo “que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime”, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95 [...]. (STF, AP 595/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, j. 25/11/2014).

Sobre não ter sido condenado por outro processo, a autora Sant'ana (2017), declara que se o acusado já tenha sido condenado por sentença transitada em julgado, não significaria que ele não poderia ter o benefício concedido em seu favor. O lapso temporal deveria ser observado. Se do cumprimento da pena já se passou mais de 05 anos, poderia sim ser o acusado ser beneficiado da suspensão condicional do processo, se fizerem presentes os demais requisitos.

A autora ainda destaca que a lei fala da ausência de processo em andamento e condenação “por outro crime”, desse modo, se existir processo ou condenação por contravenção penal, não podem ser utilizados como fundamento para a negativa do direito à suspensão condicional do processo.

4.3. PRESENÇA DOS DEMAIS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

Os requisitos são encontrados no artigo 77 do Código Penal. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 02 anos, poderá ser suspensa, desde que:

- 1 - o condenado não seja reincidente em crime doloso;
- 2 - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;
- 3 — não seja indiciado ou cabível a substituição por pena restritiva de direitos (TOURINHO E FIGUEIRA, 2006).

Assim, para os autores, só seria aplicado a suspensão processual o item 2, não cabendo o item 1 e 3 pois, seriam incompatíveis com a suspensão condicional do processo.

5 MOMENTO DA PROPOSTA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

De acordo com Prado e Grandinetti (2003), a interpretação do caput do artigo 89, não deixou clara qual seria o momento da proposta, mas para eles, tendo o acusado os requisitos legais da suspensão, deverá a denúncia vim acompanhada com a proposta.

Assim, seria um exercício de ação penal no qual se encaixariam dois pedidos alternativos: um para a suspensão, no qual o acusado deveria aceitar para que seja homologado e outro para a condenação do delito que possivelmente tenha praticado (PRADO E GRANDINETTI 2003).

Com pensamento favorável ao acusado Brasileiro (2019) descreve:

A oportunidade processual correta para o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo é imediatamente antes da designação da audiência una de instrução e julgamento, caso afastada a possibilidade de absolvição sumária do acusado. Em outras palavras, havendo o oferecimento da proposta de suspensão em conjunto com a denúncia, uma vez recebida a peça acusatória, deve o juiz ordenar a citação do acusado para que apresente a resposta à acusação, nos termos do arts. 396, caput, e 396-A, caput, ambos do CPP. O acusado terá, então, a possibilidade de apresentar a resposta à acusação, objetivando uma possível absolvição sumária (CPP, art. 397). À evidência, ao acusado é muito mais interessantes ser absolvido sumariamente do que se sujeitar ao cumprimento de condições decorrentes da aceitação da proposta de suspensão condicional do processo por um período que pode variar de 2 (dois) a 4 (quatro) anos. Por isso, a negociação em torno da proposta de suspensão só pode ser levada adiante após ser descartada a possibilidade de absolvição sumária (BRASILEIRO, 2019, p. 261).

Corroborando com o autor citado anteriormente, Bassan (2009), acredita que a audiência deverá ser realizada após a realização da resposta à acusação, ocasião que o juiz poderia observar se estão presentes alguns requisitos da absolvição sumária, e, a audiência de suspensão teria que ser antes da audiência una, exceto se o acusado já tivesse manifestado na resposta à acusação pela não aceitação da proposta.

Dessa forma para ele, seria mais benéfico para o réu ser absolvido sumariamente do que se submeter às condições do acordo e pelo período de prova que poderia ser de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Parte da doutrina acredita que não caberia a suspensão condicional do processo nos casos de ação penal privada (exclusivamente privada ou

personalíssima), fundamentando no princípio da oportunidade, e que qualquer acordo entre as partes seria o mesmo que perdão ou perempção (GOMIDES, 2014).

No entendimento do autor, o titular da ação penal exclusivamente privada é a vítima, norteadada pelo princípio da oportunidade e disponibilidade, pertencendo à vítima a tutela de direito de ação e a proteção do seu bem jurídico. Mesmo que se admita a possibilidade de transação penal e a suspensão condicional do processo, nessas espécies de ação, acredita que essas medidas não podem ser colocadas em praticas se o ofendido, o titular da ação, não aceitar tal medidas, do contrário, estariatendo seu direito de tutelar desprezado.

Gomides (2014) destaca ainda que nessa espécie de ação penal, o Ministério Público tem apenas o dever de “fiscal da lei”, não sendo o titular da ação (artigo 257 do Código Penal), cabendo-lhe a fiscalizar a aplicação correta da lei, não sendo possível ordenar aquilo que não lhe incumbe. Isso quer dizer, que apenas a vítima na qualidade de titular da ação poderia dispor do prosseguimento da ação, tendo o Ministério Público apenas o dever de opinar pela suspensão.

Os autores Righetto e Zanoni (2016), analisaram a possibilidade de excesso por parte da acusação no momento da classificação da conduta imputada ao acusado; o que poderá privar indevidamente a suspensão condicional do processo. Para eles, um dos requisitos da peça acusatória é a classificação jurídica do fato punível (artigo 44, caput do Código de Processo Penal. Lembrando ainda, que, vigora no Processo Penal a regra segundo o qual o réu defende-se dos fatos imputados e não da nomeclatura dada.

Renato Brasileiro (2011), acerca da possibilidade de excesso entende que:

Caracterizado um excesso da acusação no que tange à classificação do fato delituoso, privando o acusado do gozo de uma liberdade pública, e levando-se em conta que a análise da classificação está inserida no caminho a ser percorrido pelo juiz para resolver tal questão, torna-se impossível impedi-lo de corrigir a adequação do fato feita pelo promotor, embora o faça de maneira incidental e provisória, apenas para decidir quanto ao cabimento da liberdade provisória e dos institutos despenalizadores da Lei dos Juizados, lembrando sempre que a iniciativa para eventual proposta de transação penal ou suspensão condicional do processo deve partir do órgão ministerial (BRASILEIRO, 2011, p. 766).

Righetto e Zanoni (2016), afirmam ainda que o artigo 89 da Lei 9.099/95, refere que a proposta de suspensão será juntada juntamente do oferecimento da

denúncia, tendo os requisitos ali presentes. Contudo, o Ministério Público pode fazer acusações abusivas, com vontade de impedir a tramitação do processo pelo rito sumaríssimo, e com o oferecimento da suspensão condicional do processo e outros institutos despenalizadores.

Tendo classificado as acusações abusivas como aquelas em que há algum excesso do poder de acusar, os quais os contornos acabam não se confirmando pela prova produzida no processo. E isso poderia ocorrer tanto nas queixas crimes, como nas denúncias oferecidas pelo Ministério Público, evitando que o processo seja julgado pelo Juizado Especial Criminal ou impossibilitando a suspensão condicional do processo (RIGHETTO e ZANON, 2016). Conforme lição de Pacelli (2011):

Não haveria qualquer problema no oferecimento da proposta da suspensão condicional do processo quando já em curso a ação penal, desde que ainda não sentenciada. Porém, havendo já decisão definitiva, ainda que não passada em julgado, por obviedade, não seria mais possível a proposta da suspensão, por impossibilidade lógica, sendo dois os motivos: um deles em relação ao processo, já julgado; e o outro em relação à existência de uma sentença. Pois, caso o Tribunal baixasse os autos a fim de ser realizada a suspensão do processo, a sentença então proferida seria olímpicamente ignorada, como se fosse inexistente, sendo necessário, portanto, a anulação da sentença em grau de recurso (PACELLI, 2011, p. 686).

Revista
@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Assim, em regra a proposta de suspensão cabe apenas ao Ministério Público, de acordo com o artigo 89 da Lei 9.099/95. O juiz não poderá oferecer a proposta ou agir de *ex officio*, por causa do sistema processual penal acusatório iniciado com a Constituição Federal de 1988. A quem caberia essa atuação de oferecer a proposta é do Ministério Público, detentor da iniciativa da ação penal pública, mas essa iniciativa não caberia uma atuação “arbitrária” (SCARANZE E GOMES, 2002).

5.1 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: DIREITO SUBJETIVO DORÉU?

Para os autores Scaranze e Gomes (2002), os princípios que fundamentam a proposta de suspensão do processo estão no princípio da oportunidade ou discricionariedade, que confere ao órgão acusador a legitimidade de decidir pela via

despenalizadora. No momento do oferecimento da denúncia abrem-se dois caminhos, quais são: seguir o processo normalmente ou ir para um caminho da conciliação da suspensão. Mas essas opções não são feita por uma livre escolha.

O artigo 89 da Lei 9099/95, diz que o Ministério Público poderá propor a suspensão condicional do processo, mas para os autores esse “poderá” se transformar em um poder-dever, fundamentando na dupla face do princípio da oportunidade, que deixa o Ministério Público agora, ir para a via despenalizadora em vez da via repressiva. No entanto, o órgão acusador deverá seguir critérios legais e não pessoais, isto é, preenchidos os requisitos que foram eleitos pelos legisladores para suspensão do processo, deve o Ministério Público como defensor da ordem jurídica propor a proposta prevista no artigo citado, do contrário, estaria de afastando da legalidade, deslegitimando sua atuação (SOARES, 2017).

Scaranzi e Gomes (2002) declaram que o Ministério Público não pode recusar a proposta sem fundamentação específica, alegando que se estiver presente todos os requisitos legais da suspensão condicional do processo, deve o Ministério Público formular a proposta, não se tratando de mera discricionariedade ou uma mera faculdade do direito de agir.

Os autores relatam ainda que o juiz não poderia agir de ofício, pois, a suspensão condicional do processo é instituto de natureza processual, subordinado ao princípio da discricionariedade, pertencendo ao Ministério Público à opção da via reativa do delito. A suspensão de nenhuma forma poderia ser concebida sem a manifestação positiva pelo órgão acusador, a solução seria por uma possível recusa injustificada pela acusação. O juiz deverá usar como analogia o artigo 28 do Código de Processo Penal, remetendo os autos para o Procurador-Geral de Justiça, caso não também insita na não realização da proposta de suspensão, nada poderia ser feito no âmbito consensual, mas dependendo da manifestação do Procurador-Geral da Justiça, poderia se pensar em *Habeas Corpus*.

O STF assim pontificou:

Na hipótese de o promotor de justiça recusar-se a fazer a proposta, o juiz verificando presentes os requisitos objetivos para a suspensão do processo, deverá encaminhar os autos ao Procurador-Geral de Justiça para que este se pronuncie sobre o oferecimento ou não da proposta. Tendo o art. 89 da Lei 9.099/95 a finalidade de mitigar o princípio da obrigatoriedade da ação penal para efeito da política criminal, impõe-se o princípio constitucional da unidade do Ministério Público para orientação de tal política (CF, atr. 127, § 1.º), não devendo essa discricionariedade ser transferida ao subjetivismo de cada promotor (STF, HC 75.343-MG, rel. Min. Sepúlveda Pertence,

informativo STF 92, p.1). No mesmo sentido: STJ, RMS 9.801-MG, rel. José Dantas, DJU de 14.12.1998; STJ, HC 19.065-MG, rel. Fernando Gonçalves, Dju de 18.02.2002, p. 518, j. 06.12.2001.

Corroborando com os pensamentos dos autores citados, e se baseando na Súmula 696 do STF, Carlos (2016), professor Universitário e advogado, com especialização em Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Ambiental e Recursos Hídricos, informa que segundo a súmula nº 696, o promotor não tendo oferecido à proposta de suspensão e ou sua recusa foi injustificada, não caberia ao juiz à possibilidade de conceder de ofício a suspensão condicional do processo contrariando o órgão acusador, extrapolado o sistema acusatório.

Por esses fatos, o juiz não poderá, já que não é o titular da ação penal, substituir o órgão ministerial ou ao querelante para formular a proposta de ofício, sob pena de violar o artigo 129, I da CRFB.

Dessa forma, caso o juiz discorde do não oferecimento ou de sua justificativa da suspensão e não tendo competência para oferecer de ofício, deverá ele por analogia o artigo 28 do CPP, remetendo os autos ao Procurador-Geral da Justiça.

O chefe institucional do Ministério Público poderá indicar outro membro do Ministério Público caso decida pelo oferecimento da suspensão condicional do processo para formular a proposta, e caso ratifique a recusa do promotor, o juiz estará obrigado a dar continuidade ao processo, uma vez que não seria direito subjetivo do acusado.

Já Mirabete (1997) encara a suspensão condicional do processo como faculdade discricionária regradada do Ministério Público. Como consequência, o Parquet poderia deixar de propor a suspensão condicional do processo até mesmo por motivo de política criminal, desde que o fizesse fundamentadamente. Se caso a justificativa da não apresentação da proposta não fosse aceita pelo acusado, caberia Habeas corpus.

O autor rejeita a possibilidade de utilização da analogia do artigo 28 do Código de Processo Penal, quando o juiz não aceitar as razões apresentadas pelo Ministério Público pelo não oferecimento da proposta de suspensão. Assim, para ele, o único remédio jurídico seria o Habeas Corpus, fundamentando que a omissão injustificada da proposta constitui constrangimento ilegal.

Damásio de Jesus (2003) prefere a orientação que o juiz possa de ofício aplicar a suspensão condicional do processo. Fundamentando que se o juiz pode

aplicar a *sursis*, que tem natureza punitiva e sancionatória, mesmo com a discordância do Ministério Público, o mesmo deverá acontecer na suspensão condicional do processo, que é uma forma despenalizadora. Para ele, o juiz podendo aplicar de ofício uma medida mais grave, seria estranho não poder aplicar em uma medida mais leve.

Discordando e justificando sua discordância Tourinho Neto e Figueira Júnior (2006), que contam que se o juiz oferecesse de ofício a proposta de suspensão, estaria se transformando em acusador, podendo o Ministério Público impetrar mandado de segurança ou interpor correição parcial ou apelação. Caberia a apelação, pois o juiz põe fim ao processo.

Já Taron (1995) acredita que se deve manter a faculdade de propor a suspensão condicional do processo nas mãos do Ministério Público, caso o mesmo não ofereça a proposta, o magistrado não concordando com o não oferecimento da proposta, este deverá aplicar por analogia o artigo 28 do Código de Processo Penal.

Luiz Flávio Gomes (1997), aprofundando no instituto da suspensão condicional do processo, declara que a suspensão do processo é um direito público subjetivo do acusado. E caso houvesse uma recusa injustificada do oferecimento da proposta pelo Ministério Público, o autor recomenda a seguinte solução:

Como em jogo está *ius libertatis*, pois ameaçado pela recusa ilegal de ser formular a proposta de suspensão do processo, não pode descartar a utilização do *Habeas Corpus*, nele postulando-se para que a autoridade judicial competente ordene a realização do ato de ofício: no caso, a formulação da proposta de suspensão. O *habeas corpus*, em suma é o instrumento jurídico mais correto do ponto de vista técnico para fazer cessar a ameaça ao *ius libertatis*, derivado do injusto e ilegal recusa do Ministério Público em formular a proposta de suspensão do processo. Julgado procedente haverá determinação judicial (uma espécie de injunção) para a formulação da proposta(...). Depois de demonstrado que presente acham-se os requisitos de suspensão, o que se deve pedir no *habeas corpus* é o reconhecimento do direito à suspensão, assim como determinação ao órgão acusador para que, no caso concreto, formular a proposta. O objetivo do remédio constitucional, em suma, nesse caso, é uma ordem de injunção. E passada em julgada a ordem, já não será objeto de discussão, senão de cumprimento (GOMES, 1997, p. 172 - 173).

O Supremo Tribunal Federal, mediante súmula 696, pacificou o assunto, que diz:

Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal(STF, 2003)

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica, na qual informa: (STF, 2015)

A jurisprudência desta Suprema Corte é pacífica no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário conceder os benefícios da Lei 9.099/1995 à revelia do

titular da ação penal. A esse respeito, a Súmula 696 deste Supremo Tribunal Federal: "Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal". Como a manifestação nos presentes autos provém do próprio Procurador-Geral da República, ainda que esta Colenda Turma dela dissentisse, a negativa deveria prevalecer, porquanto a Constituição Federal conferiu a titularidade da ação penal ao Ministério Público, à qual intimamente ligada a possibilidade de propor a suspensão condicional do processo e a transação. [Inq 3.438, rel. min. **Rosa Weber**, 1ª T, j. 11-11-2014, DJE 27 de 10-2-2015.]

Transação penal homologada em audiência realizada sem a presença do Ministério Público: nulidade: violação do art. 129, I, da Constituição Federal. 1. É da jurisprudência do Supremo Tribunal - que a fundamentação do leading case da Súmula 696 evidencia: HC 75.343, 12.11.97, Pertence, RTJ 177/1293 -, que a imprescindibilidade do assentimento do Ministério Público quer à suspensão condicional do processo, quer à transação penal, está conectada estreitamente à titularidade da ação penal pública, que a Constituição lhe confiou privativamente (CF, art. 129, I). 2. Daí que a transação penal - bem como a suspensão condicional do processo - pressupõe o acordo entre as partes, cuja iniciativa da proposta, na ação penal pública, é do Ministério Público. [RE 468.161, rel. min. **Sepúlveda Pertence**, 1ª T, j. 14-3-2006, DJ de 31-3-2006 (STF, 2003).

5.2 SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: ACEITAÇÃO E REVOGAÇÃO

Revista
@RGUMENTANDUM

Brasileiro (2019) discorre que a suspensão condicional do processo é ato bilateral, exigindo a concordância clara e inequívoca do acusado. A declaração do mesmo deve ser pessoal, voluntária, formal, vinculada aos termos propostos, não podendo ter uma aceitação parcial pelo acusado. Sendo apresentada a proposta para o autor do delito e seu defensor, o acusado deverá manifestar o aceite na frente do juiz.

De acordo com o autor, o juiz não é obrigado a homologar o acordo, devendo analisar os requisitos da proposta e da aceitação, caso ocorra uma ilegalidade, deve a magistrado recusar homologar o acordo. Mas verificado a legalidade, deverá o juiz receber a denúncia e suspender o processo (prazo prescricional), sujeitando a um período de prova de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, sob as condições que constam no artigo 89 da Lei 9.09/95, que são: a) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) proibição de ausentar da Comarca onde reside sem autorização do juiz; d) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar sua atividade. Consta ainda, no §2º do citado artigo, o juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinado a suspensão, desde que adequada ao fato e à situação pessoal do acusado.

Caso o acusado e sua defesa recusem a proposta, o processo retornará seu curso normal. Após o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo, sendo aceite pelo acusado, tendo todos os requisitos legais, o juiz homologará o acordo, suspendendo o processo.

De acordo com Grinover e Scaranze (2002) são consequências da suspensão condicional do processo:

A suspensão do processo é ato processual que gera muitos efeitos. Dentre eles destacam-se: a) o processo ficará, daí em diante, paralisado. Isso significa que não será realizado nenhum outro ato processual relacionado com o *thema probandum* descrito na peça acusatória, muito menos ato de instrução (interrogatório, oitiva de testemunhas etc.). A única exceção concebível seria a realização de atos urgentes, nos termos do art. 225 do CPP; b) suspende-se o curso da prescrição (art. 89, §6.º). Não é o caso de interrupção (que se dará como recebimento da denúncia), senão de suspensão do prazo. Se revogado a suspensão reinicia-se o curso prescricional suspenso, contando-se o tempo decorrido anteriormente; c) *inicia-se o período de prova. Não gera ato da suspensão nenhum efeito penal secundário típico de sentença penal condenatória (rol de culpados, maus antecedentes, reincidentes etc.), (GRINOVER E SCARANZI, 2002, p 319).

De acordo com Taurinho e Figueira (2006) caso o juiz recuse a acolher a proposta de suspensão do processo, aceita pelo acusado, o recurso cabível seria o correição parcial, uma vez que não é admitida apelação, por não colocar fim ao processo, nem o recurso em sentido estrito, pois não está previsto no artigo 581 do Código de Processo Penal.

No que tange a suspensão condicional do processo, essa será revogada quando o beneficiado vier a ser processado no tempo que estiver em período de prova, pela prática de crime, tendo sido cometido o crime anterior ou posterior à aceitação da proposta pelo acusado (SOARES, 2010).

Para o autor, parte da doutrina sustenta que está causa de revogação é inconstitucional, por ofender o princípio da presunção da inocência, porém o acusado poderia provar sua inocência tanto no processo novo, como no processo que teve o benefício revogado. Destacando que a pessoa só é processada após o recebimento da denúncia ou queixa. Caso o dano não seja reparado pelo beneficiado, podendo fazê-lo até o fim do período de prova, o benefício da suspensão será revogado, salvo comprovado a impossibilidade.

Segundo Tourino E Figueira (2006) a suspensão poderá ser revogada também em casos que o acusado ou o querelante, no curso do processo vier a ser processado não pela prática de um crime, mas por uma contravenção, de um ilícito penal menor ou pelo descumprimento de qualquer uma condição imposta no acordo de suspensão do processo, sem uma justificativa motivada. Para que possa ser revogado, o juiz

deverá dar vista anteriormente para que o acusado possa se defender da acusação do descumprimento.

Para os autores, caso o juiz mantém a suspensão, não poderá endurecer as condições já impostas, aumentar o período de prova como o artigo 140 da Lei de Execução Penal vem dizendo, mas deverá lembrar o acusado as consequências da revogação da suspensão condicional do processo. Caso fosse revogado, o processo retomaria o curso processual.

Os autores Grinover e Scarance (2002), contam que a primeira consequência da revogação da suspensão é o reinício do processo, voltaria a ter seu curso normal. Nessa fase a denúncia já foi recebida, a retomada da contagem do prazo prescricional, somando o prazo anterior com o posterior a suspensão.

O doutrinador Brasileiro (2019) refere que o parágrafo 5º da Lei 9.099/95 não deixa claro que após o período de prova o processo chegará ao fim. Depois de verificado que o acusado não foi processado por outro crime no curso do processo ou não efetuou, injustificadamente a reparação do dano o juiz declararia a extinção da punibilidade.

Pois bem, caso fosse verificado o descumprimento de alguma condição durante o curso do benefício e desde que não tenha proferido decisão declaratória extintiva de punibilidade após o período de prova, pois caso já estivesse ocorrido, existiria coisa julgada, o juiz deverá revogar tal benefício.

Tendo decorrido o período de prova e não houve nenhum descumprimento das condições impostas, o juiz declarará a extinção da punibilidade, mediante sentença terminativa de mérito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, observa-se que a Constituição Federal previa em seu artigo 98, inciso I, a criação de Juizados Especiais, com soluções de índole consensual vocacionadas a permitir a pronta superação dos litígios gerados pela prática de infrações penais de menor potencial ofensivo.

A criação da Lei da Lei 9.099/95, em seu artigo 89, trouxe medidas despenalizadoras, com finalidade de evitar não só a consequência de uma sentença condenatória, como auxiliar o Poder Judiciário, evitando custos gerados pelo processo e reduzir o volume da demanda, o que é vantajoso para toda a população.

Verifica-se para que possa ser formulada a proposta de suspensão condicional do processo para o acusado, irá depender se os requisitos que estão no artigo 89 da Lei 9.099/95 e o artigo 77 do Código Penal autorizam. Caso o acusado se encaixe nos requisitos, o Ministério Público ou o querelante irá formular uma proposta para o réu, com fundamento que seja cumprida as condições elencadas na proposta e seu processo fique suspenso por um período determinado.

O presente trabalho clareou que o momento adequado para a proposta, seria o momento da denúncia, momento este, que viria o oferecimento da proposta e o pedido de condenação. Dessa forma, o juiz ordenaria a citação do acusado e aguardaria a resposta à acusação. Após a resposta à acusação, não estando presentes os requisitos de uma absolvição sumária, marcaria a audiência para o oferecimento da proposta.

Como foi visto, haveria a possibilidade de suspensão condicional do processo em ação penal exclusivamente privada, mas só poderia ser colocada em prática se a ofendida dispusesse do prosseguimento da ação penal. Caberia também, a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

De acordo com o texto, os princípios que norteiam a proposta de suspensão do processo estão no princípio da oportunidade ou discricionariedade, que confere ao órgão acusador a legitimidade de decidir pela via despenalizadoras. Como confere no artigo 89 da Lei 9.099/95, o Ministério Público poderá oferecer a proposta, por consequência o órgão acusador poderia deixar de propor a suspensão condicional do processo, e caso o magistrado não concordasse com o não oferecimento, aplicaria

por analogia o artigo 28 do Código de Processo Penal, remetendo ao Procurador Geral, e caso este não oferecesse a suspensão, nada poderia o magistrado fazer.

Acredita-se que a aceitação deverá ser pessoal, voluntária, formal e vinculada a proposta, sendo a manifestação de aceite na frente do Juiz. Este só irá homologar o acordo caso não tenha nenhuma ilegalidade na proposta e no aceite. Sendo homologado, deverá o magistrado suspender o processo e seu prazo prescricional. Ficando o processo suspenso pelo período de prova ou sua revogação. Chegando ao fim o período de prova e não havendo descumprimento das condições, o juiz declarará a extinção da punibilidade.

Assim, o beneficiado, apesar de não ser condenado, ter uma pena, ele irá passar por um constrangimento perante a sociedade, quando tiver cumprindo os requisitos do acordo de suspensão do processo, que é natural e decorrente do viés punitivo que ele carrega, ainda que mais brando.

7 REFERÊNCIAS

BATISTA, Weber Martins. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Suspensão Condicional do Processo Penal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ETZEL, Denize. **A propositura da suspensão condicional do processo no âmbito do processo penal**. 2017. 67 p. Monografia de Conclusão de Curso — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

GOMES, Luiz Flávio Gomes. **Suspensão Condicional do Processo Penal e a representação nas lesões corporaes**, sob a perspectiva do novo modelo consensual de Justiça Criminal. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Juizados Especiais Criminais**. 4 ed. São Paulo: RT, 2002.

JESUS, Damásio E. de. **Lei dos juizados Especiais Anotada**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Juizados Especiais Criminais**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal** — 10. ed. rev., atual. e ampl. — Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SOARES, Fabiana de Souza Azevedo. **Aspectos polêmicos da suspensão condicional do Processo**. 2005. 43 f. Monografia de Conclusão de Curso — Faculdade de Ciência Jurídica da Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná 2005.

TOURINHO Filho, Fernando da Costa. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Criminais**. 2 ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

**NATIELE RESENDE BEDIM
FERNANDO AFONSO MENDES
JUNIOR
DEYLIANE APARECIDA DE ALMEIDA PEREIRA
FABRICIO SETTE ABRANTES**

Revista

@RGUMENTANDUM

**ANÁLISE POSTURAL DE ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO DE UMA CIDADE DA ZONA DA MATA
MINEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física pela Faculdade Sudamérica.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da **Faculdade Sudamerica**

ANÁLISE POSTURAL DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA CIDADE DA ZONA DA MATA MINEIRA

Natiele Resende
Bedim Fernando Afonso Mendes
Junior Deyliane Aparecida de
Almeida Pereira
Fabrício Sette Abrantes

RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar a postura dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto. A amostra foi composta por 40 alunos com idade entre 15 e 20 anos e de ambos os sexos. Para atingir os objetivos foi realizado um estudo de caracter descritivo que utilizou para coleta dos dados questionários e avaliação postural. O questionário Ficha Cadastral contém dados de identificação e anamnese de cada indivíduo, onde foram encontrados que 80% dos alunos sentem ou já sentiram dores nas costas, 70% tem conhecimento das vantagens de manter bons hábitos posturais, 52,5% são praticantes regulares das aulas de educação física escolar, sentem dor em mais de uma região da coluna vertebral e mantêm maus hábitos cotidianos. O questionário Índice de Incapacidade de Oswestry apresentou incapacidade mínima para 97% da amostra. O Teste de Um Minuto (avaliação prática) foi encontrado que 90% da amostra possui desequilíbrio muscular e 65% início de hipercifose. Concluiu-se, portanto, que os educandos que carregam a mochila por muito tempo, praticam atividades físicas poucas vezes na semana ou não praticam, carregam o material de forma errada e ficam muito tempo em posição que favorece a desarmonia musculoesquelética, os níveis de desequilíbrio muscular e desvios posturais são preocupantes, podendo se tornar crônicos na fase adulta, cabendo ao professor das aulas de Educação Física ser mediador na prevenção e reversão dos desvios posturais.

Palavras-chaves: Avaliação Postural; Coluna Vertebral; Educação Física.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos pela evolução do ser humano inclusive ao assumir a posição bípede determinam novas ações para a coluna vertebral que buscou adaptações para o desempenho de suas funções na nova posição. A partir de Natour et. al. (2004), postura é a posição do corpo estática que contenha um arranjo corporal harmônico em situações dinâmicas, o que depende dos ossos, ligamentos e da musculatura sustentar o corpo ereto e bípede. Podemos identificar na coluna vertebral quatro regiões contendo duas curvaturas fisiológicas, que tem como objetivo distribuir as forças corporais de modo a manter o corpo equilibrado e alinhado.

As suas quatro regiões são cervical, torácica, lombar e sacral, onde cervical e lombar são convexas ventralmente apresentando a curvatura denominada lordose; torácica e sacral são côncavas ventralmente apresentando a curvatura denominada cifose. Percebe-se atualmente, adultos com alterações posturais significativas, e segundo Martelli e Traebert (2006) os problemas físicos com incidência na infância ou adolescência, devido à fase de crescimento, são irreversíveis na fase adulta.

Estudos feitos por Valladão, Lima e Barroso (2009); Martelli e Traebert (2006); Martinez e Zácaro (2007), apontam que a má postura geradora de desvios posturais como hipercifose, hiperlordose e escoliose, quando identificados na infância ou adolescência, estão relacionados ao estirão do crescimento, uso de mochilas pesadas ou mau hábito de carregar os materiais escolares, má posição relacionada ao mobiliário escolar ou mobiliário inadequado, longos períodos em posição sentada e maus hábitos posturais nas atividades do cotidiano.

Segundo Barbosa (2010), este panorama é preocupante visto que as alterações posturais podem ser responsáveis por limitações no movimento e até mesmo por incapacitar a realização de tarefas comuns cotidianas, Martelli e Traebert (2006) acrescentam que a postura anormal é considerada fator etiológico, apenas, quando geram dor e são incapacitantes.

A partir de vivências e experiências em atividades curriculares em escolas, percebemos a possibilidade de intervenções agregando a ideia de que a Educação Física não deve ser mera reprodutora de conteúdos esportivos, mas sim levar conhecimentos aos alunos sobre o seu corpo, estimular hábitos saudáveis, como a prática de exercícios regulares e a busca pela qualidade de vida, que pode agregar valor na utilização dos instrumentos e promover intervenções utilizando as avaliações posturais que permitirão aos professores conhecer seus alunos, um a um, e a partir das observações, programar em suas aulas para atingir objetivos diferentes daqueles especificamente curriculares.

Assim, o diagnóstico da situação em que se apresentam os adolescentes atualmente pode estar aliada à possibilidade de promover intervenções para prevenir ou retroceder o grau de alterações posturais, intervindo na evolução dos possíveis desvios, permitindo que na fase adulta os desequilíbrios corporais sejam menos abrangentes. Com esse intuito, a análise da postura dos adolescentes do Ensino Médio pode permitir intervenções para evitar o desenvolvimento de futuros comprometimentos posturais.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa quantitativa do tipo descritiva realizada em uma escola estadual, de um município da Zona da Mata Mineira. A instituição possui aproximadamente 875 alunos, distribuídos em 26 turmas.

A amostra foi composta pelas turmas do 1º, 2º e 3º Ano do Ensino Médio, totalizando

40 alunos de ambos os sexos. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os responsáveis legais o Termo de Assentimento.

Para obtenção dos dados relacionados aos desvios posturais nos adolescentes foi elaborado pelos autores um questionário, contendo 16 perguntas semiestruturadas sobre: dados de identificação do aluno (nome, idade e sexo), fatores predisponentes a problemas posturais cotidianos e relacionados ao histórico familiar, hábitos de vida como prática de esportes regulares e participação nas aulas de Educação Física Escolar, além de informações sobre problemas de saúde e data da avaliação.

Foi aplicado o Índice de Incapacidade Oswestry, validado no Brasil por Vigatto, Alexandre e Correia Filho (2007), utilizado para avaliar a coluna vertebral relacionando dor e atividades físicas do dia a dia.

O instrumento é constituído de 10 perguntas com seis alternativas, cujo valor varia de 0 a 5, numa escala Likert. A primeira pergunta avalia a intensidade da dor e as outras nove, o efeito da dor sobre as atividades diárias como: cuidados pessoais (vestir-se e tomar banho), elevar pesos, caminhar, quando está sentado, em pé, dormindo, em sua vida sexual (pergunta não respondida por determinação da escola realizada a pesquisa), social e na locomoção.

O escore total das respostas é dividido pelo número de questões respondidas multiplicadas pelo número 5. Por exemplo, se foram respondidas todas as perguntas do questionário, o escore total será dividido por 50 (10 x 5), enquanto que se houver uma pergunta sem resposta, o mesmo será dividido por 45 (9 x 5). O resultado desta divisão é multiplicado por 100 e os valores finais são apresentados em porcentagem, assim seus resultados podem ser classificados em incapacidade mínima (0 – 20%), incapacidade moderada (21- 40%), incapacidade severa (41 – 60%), paciente que apresenta-se inválido (61 – 80%), e indivíduo restrito ao leito (81 – 100%)¹⁹.

Por último, foi realizado a avaliação prática chamado de Teste de Adams ou Teste de Um Minuto, é um método não invasivo que tem como objetivo principal a observação do corpo dos adolescentes com roupas de íntimas ou com as costas desnudas (no caso dos meninos) para que possam ser identificados desequilíbrios ou

desvios posturais. Para que seja realizado com sucesso é necessário que o aluno esteja na posição ortostática estática, com os pés paralelos levemente afastados e ao comando do professor realize uma flexão anterior do tronco deixando os braços soltos com os cotovelos estendidos, assim como os joelhos, então é realizada a observação da coluna vertebral nas posições frontal, dorsal e laterais direita e esquerda. O Teste é classificado como positivo quando o observador nota uma convexidade lateralmente à coluna ou excessos de convexidade torácica.

Após calcular e fazer um levantamento dos dados coletados por meio dos questionários e da avaliação prática, foram utilizadas tabelas e gráficos construídos por meio do programa Microsoft Office Excel®, onde os valores são apresentados em porcentagens, verificando qual a proporção de alunos que possuem desvios posturais em relação aos que não possuem; quais os desvios encontrados e os mais comuns; o que pode influenciar no desenvolvimento desses desvios, dentre outras questões que abrangem e estão inteiramente ligados aos objetivos específicos propostos.

RESULTADOS

Foram avaliados 40 alunos com faixa etária de 15 a 20 anos: 32,5% com 15 anos, 27,5% com 16 anos, 27,5% com 17 anos, 10% com 18 anos e 2,5% com 20 anos.

Na Tabela 1 identifica-se que a maior parte dos adolescentes não possui labirintite, problemas respiratórios ou cardíacos, não são fumantes, não sentem fraqueza ou dormência nos membros, não tem histórico familiar de patologias da coluna vertebral, não praticam atividades regulares fora da escola, precisaram de poucas intervenções médicas relacionadas à coluna vertebral, nunca sofreram intervenções cirúrgicas ou apresentam fraturas e infecções na coluna vertebral.

TABELA 1 – Perguntas Fechadas do questionário “Ficha Cadastral”, 2017.

PERGUNTAS	RESPOSTA	RESPOSTA
	S	S
	POSITIVAS	NEGATIVAS
	(%)	(%)
Apresentou alguma crise de labirintite?	5,0	95,0
Tem algum problema respiratório?	47,5	52,5
Tem algum problema cardíaco?	0	100
É fumante?	2,5	97,5
Sofreu alguma intervenção cirúrgica?	27,5	72,5
Apresenta fratura, infecção, doença relevante?	17,5	82,5
Senti ou já senti alguma dor na coluna vertebral ou nas costas?	80,0	15,0
Senti fraqueza, dor ou dormência no MMSS ou MMII?	30,0	70,0
Necessitou de um ou mais serviços médicos devido a dores nas costas?	15,0	85,0
Tem histórico familiar que apresente alterações na coluna vertebral?	42,5	52,5
É de seu conhecimento a vantagem de manter bons hábitos	70,0	30,0

posturais?		
Você é participante regular das aulas de educação física escolar?	52,5	47,5
Pratica atividades regulares fora da escola?	42,5	57,5

MMSS: Membros Superiores; MMII: Membros Inferiores; %: Valor relativos baseado no total amostral. Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Cabe destacar que nesta questão as respostas positivas são relacionadas a membros inferiores ou superiores, percebe-se que 80% dos adolescentes sentem ou já sentiram dores nas costas, tem conhecimento das vantagens de manter bons hábitos posturais e são praticantes regulares das aulas de educação física escolar, o que não quer dizer que o conhecimento está relacionado às aulas, muitos afirmaram que os conhecimentos presentes sobre a coluna vertebral e hábitos saudáveis foram adquiridos em meio familiar.

A Tabela 2 indica as respostas direcionadas do questionário Ficha Cadastral, avaliadas em um total de 100% da amostra para cada opção, quando pergunta-se sobre o local da dor nas costas 50% responderam região cervical, 42,5% torácica, 52,5% lombar e 20% sacral, observa-se que os alunos avaliados apresentaram mais de um local dolorido nas costas, a maior parte da amostra afirmou sentir as dores em menos de um ano (40%) e menos de uma vez por mês (35%), em relação as intervenções médicas 12,5% afirmaram terem ido ao ortopedista e apenas 5% realizaram tratamento com fisioterapeuta.

Revista
DOCUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

TABELA 2 – Perguntas Direcionadas Abertas do questionário “Ficha Cadastral”, 2017.

PERGUNTAS	OPÇÕES	RESPOSTAS (%)
Onde localiza a sua dor?	Cervical	50,0
	Torácica	42,5
	Lombar	52,5
	Sacral	20,0
	Nunca	17,5
Sente dor há quanto tempo?	Menos de uma semana	10,0
	Menos de um mês	7,5
	Menos de um ano	40,0
	Mais de um ano	25,0
Qual a frequência da dor?	Nunca	20,0
	Menos de uma vez por mês	35,0
	Todos os dias	12,5
	Todas as semanas	17,5
	Todos os meses	15,0
Serviços médicos devido a dores nas costas.	Ortopedista	12,5
	Fisioterapeuta	5,0
	Neurologistas	0,0
Que/quais meios de transporte você utiliza regularmente?	Outros	0
	Carro	35,0
	Ônibus	62,5
	Caminhada	62,5
	Moto	15,0
	Bicicleta	15,0

Com que frequência pratica atividades físicas?	Não pratica	42,5
	Uma vez por semana	5,0
	Duas vezes por semana	17,5
O que faz nos tempos livres?	Três vezes por semana	5,0
	Mais de três vezes por semana	30,0
	Internet	62,5
	Televisão	37,5
	Passear com os amigos	27,5
	Ler	30,0
	Caminhada/Corrida	10,0
Por quanto tempo você carrega a mochila durante o dia?	Futebol	20,0
	Musculação	10,0
	40 minutos	5,0
	1 hora	37,5
	2 horas	17,5
	3 horas	20,0
Como transporta o material escolar?	4 horas	17,5
	Mais de 4 horas	2,5
	Mochila às costas com duas alças	65,0
	Mochila às costas com duas alças em um dos lados	30,0
	Mochila com carrinho	0
	Mochila com as duas alças à frente	0
	Na mão	0
Qual seu lado dominante?	Bolsa tira colo	5,0
	Direito	95,0
	Esquerdo	5,0

Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

De acordo com o meio de transporte utilizado para ir à escola, observa-se que a maioria dos estudantes utilizam o ônibus e a caminhada, representando 62,5% das opiniões, e que foram marcadas mais de uma opção por alunos. Além disso, pode-se verificar que 30% afirmaram praticar atividade física mais de três vezes por semana e 42,5% não praticam atividades físicas regulares.

Quanto às opções do que fazer nos tempos livres, a maioria da amostra utiliza a internet (62,5%), seguido da televisão (37,5%), leitura (30%), passear com os amigos (27,5%), futebol (20%), caminhada ou corrida (10%), e musculação (10%), marcadas também mais de uma opção por indivíduo. Ao questionar sobre quanto tempo os alunos carregam a mochila durante o dia o maior percentual ficou em 1 hora (37,5%), o segundo em 3 horas (20%) e 2 e 4 horas com (17,5%). Em relação à posição que carregam o material escolar 65% afirmaram que utilizam as duas alças em ambos os lados, as duas alças em um dos lados obtiveram 30% das opiniões e 5% utiliza bolsa “tiracolo”. Também foi possível observar que 95% da amostra têm como lado dominante o direito e o restante de 5% esquerdo.

A Tabela 3 apresenta as respostas do questionário Índice de Incapacidade de Oswestry, neste teste os resultados apresentam que 96,77% da amostra possuem incapacidade mínima e os demais 3,22% encontram-se com incapacidade moderada,

não demonstram dados significantes relacionados à incapacidade intensa, aleijado ou inválido.

TABELA 3 – Índice de Incapacidade de Oswestry, 2017.

Classificação	%
0% a 20% - Incapacidade Mínima	96,77
21% a 40% - Incapacidade Moderada	3,22
41% a 60% - Incapacidade Intensa	0
61% a 80% - Aleijado	0
81% a 100% - Inválido	0

Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

O Gráfico 1 refere-se às porcentagens em que apareceram os desvios posturais dos alunos, nota-se que 90% da amostra apresenta algum desequilíbrio muscular, sendo que 65% encontra-se em estágio inicial de hipercifose, 45% tem o ombro relativamente desigual com ênfase do lado esquerdo, 42,5% tem escoliose torácica, 35% demonstra gibosidade significativa do lado esquerdo do corpo. Além disso, 32,5% apresenta escoliose lombar, e em 25% foi identificado uma acentuação avançada de hiperlordose e desigualdade entre os ombros com ênfase no direito. Aproximadamente 18% apresenta gibosidade acentuada do lado direito, em 15% com hipercifose cervical acentuada e escoliose cervical, 5% estão desenvolvendo uma hiperlordose e apenas 2,5% possuem uma postura excelente sem a presença de desequilíbrios musculares aparentes e desvios significantes.



Gráfico 1 – Desvios posturais na amostra, 2017.
Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

DISCUSSÃO

As alterações posturais da coluna vertebral encontradas nos escolares do ensino médio da Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto foram relativamente altas quando observa-se que 65% da amostra apresentam um começo de hipercifose e 90% possuem desequilíbrio muscular significativo.

Ao comparar os resultados das tabelas e do gráfico nota-se que os alunos que praticam atividades físicas regulares, sejam elas dentro da escola durante as aulas de educação física escolar ou fora da escola nas atividades listadas na tabela 2, os índices de desvios ou a gravidade dos desvios são menores. Em contraponto, nos educandos que carregam a mochila por muito tempo, praticam atividades físicas poucas vezes na semana ou não praticam, carregam o material de forma errada, ficam muito tempo em posição que favorece a desarmonia musculoesquelética, os níveis de desequilíbrio muscular e desvios posturais são preocupantes.

Como apresentado por Zatti, Souza e Reis (2012), os desequilíbrios musculares são os principais geradores de alterações na postura e desvios da coluna vertebral, quando amadurecidos chegando à fase adulta tornam-se quase irreversíveis. Portanto quando se pensa que a amostra apresentou 90% de seus casos com desequilíbrio muscular significativa idealiza-se que se não utilizadas formas de amenizar ou reverter esses pequenos erros de alongamento, encurtamento ou, mesmo, inibição muscular podem gerar problemas crônicos.

Assim a literatura agrega outros fatores como causadores da desarmonia além dos maus hábitos adotados durante atividades cotidianas sendo citados o estirão do crescimento ea formação do corpo até chegar à fase adulta, descrito por Bracciali e Vilarta (2000), o excesso de peso da mochila ou a má forma de carregá-la, assim como a má distribuição das disciplinas na grade horária, além da falta de uma ergonomia correta para as cadeiras das escolas ou a posição errada de se sentar durante as aulas (MARTINEZ; ZÁCARO, 2007).

Quando associados aos valores encontrados na prática que 65% da amostra já possui uma acentuação relevante da curvatura torácica, 42,5% possui escoliose torácica, 32,5% escoliose lombar e 25% hiperlordose acentuada, pode-se relacionar por fatores significativos como que 62,5% navegar na internet e 37,5% assistir televisão durante os tempos livres, além do fato de naturalmente já ficarem sentados em média 3,5 horas por dia na escola e 42,5% não praticarem atividades físicas com frequência, carregarem a mochila com duas alças de um lado (30%) e por mais de 1 hora no dia (37,5%) e 3 horas (20%).

A falta de informação, principalmente nas aulas de educação física escolar, é o fator

determinante quando observa-se que 30% dos adolescentes pesquisados na amostra não possuem conhecimentos a respeito do tema ou que dos 70% que possui conhecimentos sobre bons hábitos posturais esse conhecimento foi transmitido pela família. Portanto, uma forma de influenciar positivamente, é utilizar as aulas de educação física escolar como atrativo para sair do sedentarismo e como meio direto para levar todo conhecimento necessário que possibilite o aluno conhecer seu próprio corpo e modifica-lo. É função primordial do professor tornar as aulas de educação física um antro de saber e conhecimento relacionados a cultura corporal, que podem ser trabalhados de forma simples como por meio das ginásticas, trabalhos em superfícies instáveis, métodos específicos como Pilates, Yoga e artes circenses, cabendo apenas ao interesse do professor se especializar e proporcionar uma qualidade de ensino que preconize a saúde e bons hábitos, como discute Barbosa (2010).

CONCLUSÃO

Com base nos dados obtidos foi possível observar que é comum entre os alunos avaliados a incidência de disfunções posturais, identificou-se que a maioria da amostra encontra-se com desequilíbrio muscular significativo e com início de hipercifose, o que não despreza terem sido identificados desvios como graus mais avançados de hipercifose e hiperlordose, escoliose torácica, lombar e cervical, início de hiperlordose, gibosidade acentuada do lado direito ou do lado esquerdo, ombro mais elevado em um lado específico, além de apenas um aluno conter postura excelente.

As causas associadas à má postura são primordialmente maus hábitos cotidianos, longos períodos sentados de forma incorreta, não ter conhecimentos sobre o assunto pesquisado, carregar o material escolar de forma errada e por muito tempo, além do sedentarismo.

A solução para o problema de pesquisa se dá por meio do professor de educação física sendo necessária sua ação como mediador para a prevenção e reversão dos desvios posturais, observando nas aulas uma possibilidade pedagógica de influenciar no cotidiano dos educandos e do meio que o cerca, fazendo com que ele adquira consciência corporal e assim possa buscar a qualidade de vida.

Destaca-se que os questionários aplicados e o teste prático foram de fácil aplicação e essenciais para a obtenção dos resultados, dessa forma, podem ser aplicados no ambiente escolar possibilitando o levantamento de indícios para encaminhamentos aos especialistas. As limitações desse estudo estão na detecção superficial dos desvios posturais onde é

necessário realizar exames específicos orientados por médicos especialistas e o tratamento deve ser auxiliado por fisioterapeutas e educadores físicos. Assim, torna-se necessário, a longo prazo, realizar testes específicos com os professores objetivando investigar até que ponto possíveis intervenções podem agir como mediadores e intervir na saúde postural de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. R. X. **Análise de tendências posturais de alunos do ensino fundamental do Colégio Estadual Professor Julio Mesquita**. 2011. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

ANTOS, V. R. M. **Avaliação biodinâmica dos ajustes posturais em indivíduos com dor lombar**. 2011. 59 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BARBOSA, L. M. F. M. G. **Educação Física escolar como contribuição para prevenção de problemas posturais da coluna vertebral**. 2010. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2010.

BRACCIALLI, L. M. P.; VILARTA, R. Aspectos a serem considerados na elaboração de programas de prevenção e orientação de problemas posturais. **Revista Paulista de Educação Física**, v.02, n.14, p. 159-171, 2000.

FALAVIGNA, A. et al. Instrumentos de Avaliação Clínica e Funcional em Cirurgia da Coluna Vertebral. **Revista Coluna/Columna**, Caxia do Sul- RS, v. 1, n. 10, p.62-67, 2011.

FERREIRA, D. M. A.; DEFINO, H. L. A. Avaliação quantitativa da escoliose idiopática: concordância das mensurações da gibosidade e correlações com medidas radiológicas.

Revista Brasileira Fisioterapia, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p.73-86, 2001.

_____ et al. Avaliação da coluna vertebral: relação entre gibosidade e curvas sagitais por método não-invasivo. **Revista Brasileira de Cineantropometria Desempenho Humano**, São Paulo, v. 4, n. 12, p.282-289, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002. 127 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Especialização em Comunidades Virtuais de Aprendizagem - Informática Educativa, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2002.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porta Alegre: Editora da

UFRGS, 122 p., 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 5º. ed. São Paulo: Atlas S.A., 310 p., 2003.

MARTELLI, R. C.; TRAEBERT, J. Estudo descritivo das alterações posturais de colunavertebral em escolares de 10 a 16 anos de idade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Tangará-SC, v. 9, n. 1, p.87-93, 2005.

MARTINEZ, M. A. F.; ZÁCARO, P. M. D. Desvios posturais devido à sobrecarga de mochila. **Anais do XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós Graduação**. São José dos Campos - São Paulo, 2007.

NATOUR, J. et al. **Coluna Vertebral: Conhecimentos Básicos**. São Paulo: Etcetera Editorade Livros e Revistas, 2004. 248 p. Sociedade Brasileira de Reumatologia.

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. Porto Alegre. Artmed Editora, 298p., 2004.

OLIVEIRA, A. L. et al. **Educação Física: Cinesiologia**. Ponta Grossa - Paraná: UEPG, 195p., 2011.

PENHA, A. F. **Mas, o que são VARIÁVEIS?** 2009. Biblioteca da Faculdade de Cariacica –UNIEST.

SANTOS, C. I. et al. Ocorrência de desvios posturais em escolares do ensino público fundamental de Jaguariúna, São Paulo. **Revistas Paulista de Pediatria**, v. 27, n. 1, p.74-80,2008.

SCHIAFFINO, A. N. **Avaliação de Desvios Posturais em crianças entre 11 e 15 anos do Porto**. 2010. 59 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Saúde Pública, Universidade doPorto, Porto - Portugal, 2010.

VALLADÃO, R.; LIMA, P. F. C.; BARROSO, A. R. A Educação Física Escolar na prevenção de deformidades da coluna vertebral. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 131, 2009. VIGATTO, R.; ALEXANDRE, N. M.; CORREA, FILHO H. R. Development of a Brazilian Portuguese version of the Oswestry Disability Index: cross-cultural adaptation, reliability, and validity. **Spine** (Phila Pa 1976), v. 32, n. 4, p. 481-486, 2007.

ZATTI, D. A. S.; SOUZA, L. P.; REIS, S. A. **Os principais desvios posturais que causam dores na coluna vertebral de indivíduos em idade escolar – Revisão Bibliográfica**. 2012.35 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos - São Paulo, 2012.

**ADELIR SOUZA AGUIAR
ARTUR CAMPOS LOURO QUEIROZ**

Revista

@RGUMENTANDUM

**ATLETISMO ESCOLAR: DIFICULDADES E SOLUÇÕES
NAS PRÁTICAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR.**

LEOPOLDINA

2022

DEDICATÓRIA

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Dedicamos a presente pesquisa, aos
nossos pais e familiares, que foram fontes
de incentivos nesse processo de
aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por nos ter dado discernimento durante todo o período do curso, e colocado em nosso caminho pessoas que nos fortaleceram e incentivaram nesse tempo de estudo.

Somos gratos aos nossos pais e familiares, que junto conosco perseveraram e participaram desse projeto de nossas vidas.

Nossos agradecimentos vão também, para os colegas de turma, pela participação, apoio e ajuda nos estudos e trabalhos da faculdade.

Queremos agradecer ao corpo administrativo, da escola direção e secretaria, pelo cuidado e paciência com os alunos.

Não podemos deixar de agradecer aos funcionários da escola, pelos momentos de descontração e conversas, que nos faziam querer estar sempre presentes no cotidiano da instituição educacional.

Somos agradecidos ao corpo docente, que nos ensinaram e incentivaram durante todo o período do curso, nos dando a certeza que seremos capazes de ser profissionais atuantes no exercício da Educação Física.

Agradecemos aos professores da disciplina de Educação Física, que responderam ao questionário. A participação deles foi fundamental para a constituição dessa pesquisa.

Por fim, agradecemos ao professor Pedro Lima Souza, que nos orientou na presente pesquisa, apontando e direcionando nossas decisões para a conclusão desse projeto.

EPÍGRAFE

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Ensinar o atletismo perpassa diferentes desafios que devem ser superados, tendo em vista, ser uma das modalidades esportivas mais acessíveis e propícias para o ensino, dada a facilidade de inserção de crianças e jovens na sua prática.
(MATTHIESEN 2014, p. 23).

RESUMO

O ser humano vive em um mundo cultural, onde tudo o que aprende é herdado de seus antepassados. A cultura constrói o mundo social. O atletismo, uma prática importante para o desenvolvimento do ser humano integral, podendo ser transmitido nas instituições escolares através das aulas de Educação Física. Assim, esse estudo pretende analisar as atividades pedagógicas realizadas nas aulas de Educação Física, nas escolas de Leopoldina/MG. Para tanto, foi analisado se as escolas possuem estrutura física adequada e qual a qualidade dos materiais usados para a prática do atletismo escolar, observando se esses objetos podem dificultar o ensino dessa atividade. Essa investigação buscou analisar através de pesquisa em campo, direcionada a dez professores da rede do ensino Fundamental I das Escolas Públicas e Escolas Particulares e do município de Leopoldina, com o propósito de identificar as principais causas que levam a não aplicabilidade do atletismo pelos professores nas aulas de educação física escolar durante a educação básica. O estudo está composto por um questionário criado pelos próprios pesquisadores e validado na faculdade de educação física da Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC- Leopoldina). Os resultados obtidos apontam como fatores dificultadores a falta de infraestrutura, de materiais e de incentivo. Entre os agentes facilitadores foi destacado que os recursos de facilmente adaptáveis.

Palavra-chave: 1. Atletismo. 2. Escola. 3. Adaptação.

ABSTRACT

Human beings live in a cultural world, where everything they learn is inherited from their ancestors. Culture builds the social world. Athletics, an important practice for the development of the integral human being, can be transmitted in school institutions through Physical Education classes. Thus, this study intends to analyze the pedagogical activities carried out in Physical Education classes in schools in Leopoldina/MG. For that, it was analyzed if the schools have adequate physical structure and what is the quality of the materials used for the practice of school athletics, observing if these objects can hinder the teaching of this activity. This investigation sought to analyze through field research, directed to ten teachers of the Elementary School I, network of Public Schools, Private Schools in the municipality of Leopoldina, with the purpose of identifying the main causes that lead to the non-applicability of athletics by teachers in Physical Education faculty of the Presidente Antônio Carlos Foundation (FUPAC – Leopoldina). The results obtained point out as complicating factors the lack of infrastructure, materials and incentives. Among the facilitating agents, it was highlighted that the resources are easily adaptable.

Keywords: 1. Athletics; 2. School; 3. Adaptation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Por idades	19
Gráfico 2 - Por gênero	20
Gráfico 3 - Tempo de formação	20

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CBAAt – Confederação Brasileira de Atletismo

CRMG - Currículo de Referência de Minas Gerais

FUPAC - Faculdade Antônio Carlos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Livre Consentimento e Esclarecido

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

1 INTRODUÇÃO

Alves (1984, p. 7), aponta que o ser humano se difere dos animais porque possui sentimentos, e constrói seu mundo com base no trabalho e no amor, podendo ter inclusive liberdade de escolha. O cotidiano de uma pessoa é determinado por tudo o que lhe foi ensinado de acordo com sua cultura, através de cantigas, ameaças, repreensão, contação de histórias, etc. Tudo o que o ser humano aprende é determinado pela cultura.

A cultura também é passada para as crianças através da escola, onde cabe ao professor descrever para a criança esse mundo inventado pelos adultos. Presente nos debates sociais, a cultura é plural e é reconhecida como um “patrimônio comum da humanidade” (Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, 2002).

O atletismo é uma atividade importante para o desenvolvimento das habilidades motoras, além de facilitar os movimentos básicos que são realizadas pelo ser humano em seu cotidiano. Diante do exposto, Bagnara et al (2020, p. 1), afirma que “desde a pré-história a Educação Física vem sendo influenciada pela sociedade. Nessa época as atividades físicas ficaram restritas a defender-se e atacar. A luta pela sobrevivência levou os movimentos naturais”.

À luz dessas observações, se construiu os seguintes questionamentos: como são realizadas as aulas de Educação Física no cotidiano escolar? Os professores de Educação Física fazem um plano de aula com o objetivo de desenvolver o corpo e a mente de seus alunos? As aulas de Educação Física, incluem atividades de atletismo (corrida, salto em altura, salto em distância, etc)? A cultura desses jogos se faz presente no cotidiano escolar? Nas escolas da cidade de Leopoldina/MG, há estrutura para que essas atividades implantadas? Diante dessas observações foi colocado em questão a qualidade das estruturas físicas das escolas e sobre os materiais, que podem dificultar o ensino do atletismo.

Desde o surgimento dos homens primitivos, eles eram dotados dos movimentos mecânicos de correr, saltar e lançar, a partir dessas atividades surgiu o atletismo. Partindo da ideia que os movimentos do atletismo são naturais do ser humano, a não aplicação desses exercícios no contexto escolar por falta de material e espaço deixa de ser uma escusa dos professores, afirma (SOUZA, et al, 2006). Entretanto, com o passar do tempo o atletismo se subdividiu em

diversas modalidades, como provas de pista (corrida) e provas de campo (salto, lançamento e arremessos). Rosa et al.(2019). Em concordância com os mesmos apontamentos dos autores anteriores, Frainer et al. (2017, p. 200), destaca que a prática do atletismo é baseada “na execução de movimentos naturais de correr, saltar, lançar arremessar”, diante disso, essa é uma atividade fundante no âmbito escolar, aplicar o atletismo no âmbito escolar, significa permitir que os alunos apresentem ganhos quanto ao desenvolvimento de suas habilidades motoras.

A justificativa apresentada pelos professores para a não aplicação do atletismo na escola é a falta de interesse por parte dos alunos, porém sabemos que é papel do professor despertar o interesse de seus alunos. Portanto podemos entender que o problema é uma má formação profissional por parte do professor de educação física. (SOUZA, et al 2006).

Atualmente a minoria das instituições de ensino ofertam aos alunos uma estrutura necessária para as práticas do atletismo, como espaço físico e materiais, sendo uma barreira mais social do que cultural e mais educacional do que econômico, em conjunto dos professores com alunos devem contribuir para a prática de construções de materiais alternativos para a realização das aulas de educação física.

O que justifica a realização de uma pesquisa sobre a prática do atletismo escolar, é que a educação deve desenvolver o ser humano integral, corpo e mente, com atividades que envolvem o correr, pular, saltar, caminhar.

E, o atletismo escolar pode ser ponto fundamental para o alcance de uma educação que desenvolva todas as potencialidades do ser humano.

O atletismo contém regras, desafios, desenvolvimento de habilidades, situações que fazem parte do contexto social de um ser que vive em um mundo com direitos e deveres a serem estabelecidos. Sendo a prática desse esporte uma maneira eficaz para o indivíduo ser auxiliado no desenvolvimento de habilidades motoras como a sociabilidade, o autocontrole, a disciplina e o respeito com próximo.

O Atletismo é a forma mais antiga de um desporto organizado, vem dos tempos de outrora em que correr, saltar e lançar eram encarados como uma aprendizagem vital na caça e na guerra. É uma das formas mais antigas de modalidade esportiva realizadas pelos ser humano (Berber; Júnior, 2016, p.3). A versão moderna é bem mais ampla, pois trata-se de um esporte com provas de pista (corridas rasas, corridas com barreiras ou com obstáculos, saltos,

arremesso, lançamentos e provas combinadas (decatlo e heptatlo), corridas de rua (de diversas distâncias, como a maratona e corridas de montanha); provas de Cross Country (corridas com obstáculos naturais ou artificiais); e marcha atlética. Considerado o esporte-base, por testar todas as características básicas do homem, o atletismo não se limita somente à resistência física, mas integra essa resistência à habilidade física.

Conhecido como esporte-base, o atletismo desenvolve habilidades naturais executados pelo ser humano, como correr, saltar e lançar. No contexto escolar, o atletismo tem grande importância, pois as capacidades e habilidades inerentes aos seus conteúdos, frequentemente, servem de base para outras modalidades desportivas. Beber; Júnior (2016, p. 4), essa atividade esportiva sendo ensinada na escola “representa um conhecimento valioso na formação integral dos educandos”, uma vez que essa “é uma manifestação cultural é um bem social que os estudantes precisam compreender para poder usufruir”, podendo ser utilizada nos momentos em que estão realizando uma atividade física, ou “como um espetáculo a ser assistido”.

Essa análise primeiro buscou entender a história do atletismo, sua cultura e sua prática; em seguida, analisar a prática do atletismo no ambiente escolar; e o terceiro ponto, identificar essa prática nas escolas de Leopoldina/MG, e quais são as principais facilidades e dificuldades para essa prática durante as aulas de Educação Física, para por fim, serem propostas soluções, caso sejam encontradas dificuldades para a prática do atletismo nas escolas.

O objetivo do presente trabalho foi identificar nas escolas de Leopoldina/MG, como se realiza a prática do atletismo nas aulas de Educação Física. Encontradas dificuldades para a realização desse conteúdo, esse estudo aponta possíveis soluções para que essa atividade possa ser mais praticada nas escolas desta cidade.

2 MÉTODOS

Essa é uma pesquisa quantitativa e qualitativa com caráter descritivo, que foi realizada através de uma pesquisa de campo, tendo como proposta entender as dificuldades e apresentar soluções para a prática do atletismo nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental I, nas escolas da cidade de Leopoldina/MG. Além de apontar possíveis soluções para que essa atividade possa ser mais praticada nas instituições escolares desta cidade. Para tanto, se realizou uma investigação de campo com questionários que foram respondidos pelos professores de educação.

Esse estudo conta ainda com uma abordagem quantitativa e qualitativa, que teve objetivo de coletar dados foram traduzidos em números para análises posteriores. Para tanto, foi elaborado um questionário para que os professores de Educação Física pudessem apontar como está elaborada essa disciplina nas escolas, e possíveis soluções para que essa prática possa ser mais presente nas escolas. Para tal, foi elaborada uma pesquisa em campo, direcionada a Professores da rede do ensino Fundamental I das Escolas Públicas e Escolas Particulares do município de Leopoldina.

O estudo foi composto por um questionário criado pelos próprios pesquisadores e validado na faculdade de educação física da Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC- Leopoldina). O questionário foi aplicado individualmente para os voluntários de maneira online.

Diante do exposto, essa pesquisa seguiu o roteiro a seguir:

a) Amostra:

Aplicação de um questionário com 07 perguntas, direcionado a professores da disciplina de Educação Física, das escolas da cidade de Leopoldina/MG. O questionamento para essa pesquisa foi enviado pela plataforma Google Forms, ficando disponível entre os meses de Junho a Julho de 2022.

b) Técnicas de Investigação:

As informações foram obtidas através do uso de um questionário geral, que identificará gênero, idade, tempo de formação do professor, a importância da prática do atletismo nas escolas, se a prática desse conteúdo é colocada em prática nas aulas pelos mestres, como o atletismo é desenvolvido nas atividades

escolares, quais são as facilidades e dificuldades, quais alternativas eles entendem como mais adequadas para que essa atividade possa ser melhor desenvolvida no âmbito escolar.

Com o objetivo de evitar quaisquer constrangimentos aos entrevistados, não serão divulgados os nomes dos voluntários; dados sobre as escolas, nessa investigação será mantido máximo de sigilo a respeito dos dados coletados. Estes questionários trarão o mínimo de riscos para os participantes desta pesquisa, sendo realizados com total discrição.

c) Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada para fazer o levantamento das principais facilidades e dificuldades encontradas para a prática do conteúdo de atletismo na disciplina de Educação Física nas escolas de Leopoldina/MG. Essa etapa dessa investigação foi realizada após a aplicação dos questionários com o consentimento dos entrevistados com o objetivo proposto pela presente pesquisa.

d) Análise de Dados:

Os dados coletados foram analisados, e a partir das respostas encontradas, foram apontadas sugestões para que a prática do atletismo possa ser melhor aplicada nas escolas de Leopoldina/MG.

Esse projeto tem como objetivo entender e apresentar soluções para a prática do atletismo nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental I. É importante ressaltar que essa análise foi elaborada segundo as normas estabelecidas na resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.

Para atingir os objetivos estabelecidos e colher dados para responder à hipótese proposta, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo. Antes de ser realizada, esse projeto foi analisado pelo Comitê de Ética de Pesquisa da Faculdade Presidente Antônio Carlos (FUPAC), campus Leopoldina/MG.

Método é a proposta que se escolhe para alcançar um objetivo, e a partir de então, se torna mais fácil estabelecer os critérios, uma vez que já se sabe o que se quer alcançar e como realizar Pereira, et al. (2018, p.67). Diante disso, essa é uma pesquisa quantitativa e qualitativa com caráter descritivo, que foi

realizada através de uma pesquisa de campo, que usou como meio de obtenção de seus resultados um questionário elaborado pelos pesquisadores, e, inspirado nas questões elaboradas para a pesquisa de Soares (2019), que busca refletir sobre os fatores que limitam e potencializam o desenvolvimento da prática do atletismo no cotidiano escolar.

A importância do uso da abordagem quantitativa se deve à necessidade de averiguação dos dados reais que podem ser quantificados através da estatística, não deixando de considerar as informações qualitativas que possam existir; enquanto a importância da abordagem qualitativa se justifica pela obtenção de circunstâncias particulares referentes à população pesquisada.

Esse estudo foi realizado por meio de um questionário direcionado a dez professores atuantes em escolas públicas e particulares da cidade de Leopoldina, localizada Zona da Mata Mineira. Para tanto, foi elaborado um questionário eletrônico, enviado para os participantes por meio da plataforma Google Forms, composto pela Carta Convite, Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TCLE), com questões elaboradas pelos pesquisadores para coleta de dados referentes à população pesquisada. É importante ressaltar que os participantes foram devidamente informados sobre os procedimentos, riscos, desconfortos e confidencialidade da pesquisa, sendo garantido o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso acarrete em eventuais penalidades. Sendo o período compreendido para resposta a esse questionamento correspondente aos meses de junho a setembro.

Essa análise foi composta por dez perguntas, direcionadas a dez professores da disciplina de Educação física, das escolas da cidade de Leopoldina/MG, situada na Zona da Mata Mineira. Responderam a esse questionário nove professores, correspondendo a 90% do universo estatístico pesquisado. Apenas um professor não respondeu à pesquisa, o que corresponde a 10% da população pesquisada. Obtidos os dados pela plataforma Google Forms, foi realizada uma análise descritiva dos resultados e utilizada a média para entender a quantificação dos dados. A seguir, esse estudo foi apresentado à comunidade acadêmica por meio da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

3. RESULTADOS

Para obter os resultados desse estudo quantitativo e qualitativo, as questões contidas nesse questionário foram elaboradas com base nos estudos de Soares (2019), onde o propósito da pesquisa era refletir sobre os fatores que limitam e potencializam o desenvolvimento da prática do atletismo no cotidiano escolar.

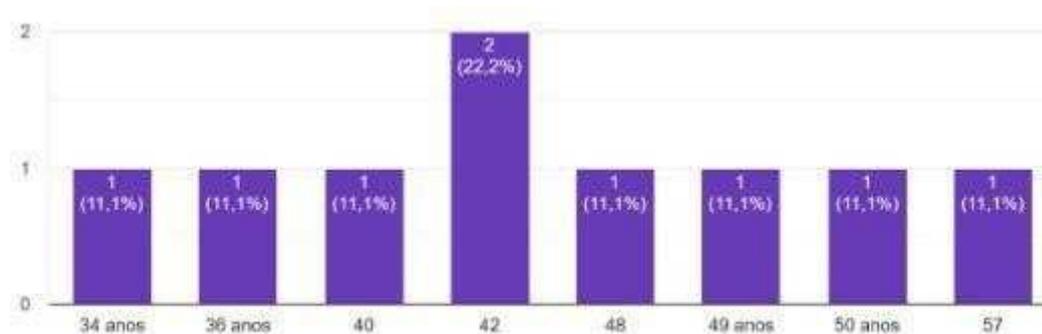
Sendo o objetivo dessa presente investigação entender as dificuldades e apresentar soluções para a prática do atletismo nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental I, essa pesquisa aplicou um questionário direcionado a dez professores dessa disciplina, das escolas públicas e escolas particulares da Zona da Mata Mineira.

Foi realizado através de uma pesquisa de campo, que usou como meio de obtenção de seus resultados um questionário elaborado pelos pesquisadores que foi extraído do site webartigos.com. Essa pesquisa ficou disponível pela plataforma Google Forms durante os meses de junho a setembro. Responderam ao questionário nove professores, chegando a um total de 90% de respostas obtidas. Apenas um questionário não foi respondido, correspondendo a 10% do objetivo proposto para a análise.

1 - Idade:

Os participantes dessa pesquisa têm idades compreendidas entre os 34 e 57 anos, conforme está representado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Por Idade

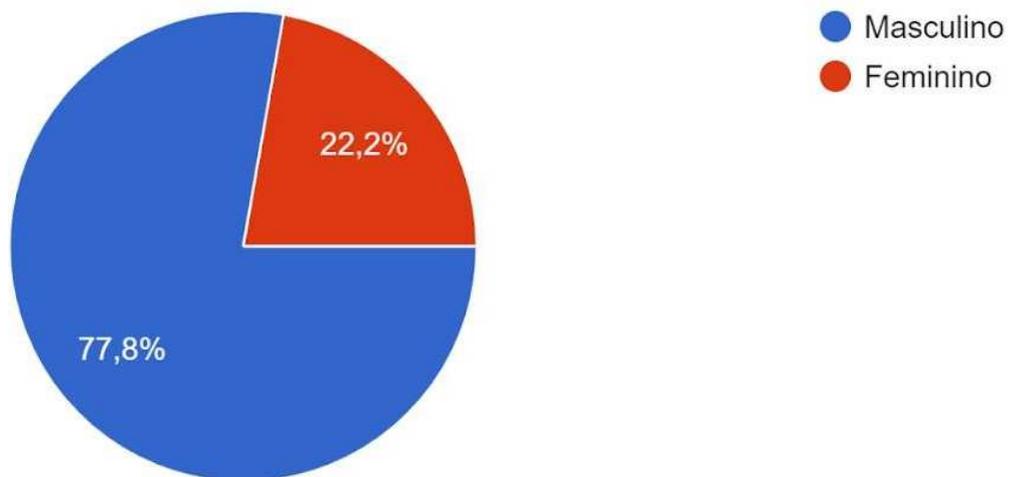


Fonte: Própria

2 - Gênero:

Esse estudo direcionou a segunda pergunta de seu questionamento à identidade de gênero dos entrevistados. Assim, para as respostas a esse questionamento foram identificadas sete pessoas do gênero masculino e duas pessoas do gênero feminino, ficando assim representado:

Gráfico 2: Por Gênero



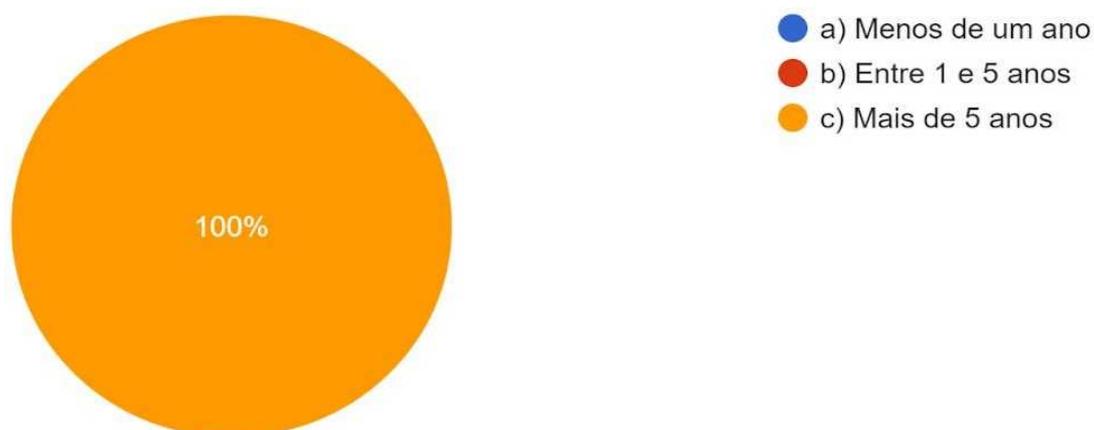
Fonte: Própria

@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

3 - Tempo de Formação

Sendo importante a observação do professor em seu cotidiano, foi questionado sobre o tempo de atividade, apontando como alternativas: opção a): menos de um ano; opção b): entre um e cinco anos; e, opção c): mais de cinco anos. Onde os nove questionados por essa pesquisa responderam ter mais de cinco anos de atividade nessa disciplina, totalizando 100%. O que ficou representado da seguinte maneira no gráfico:

Gráfico 3: Tempo de Formação



Fonte: Própria

Continuando a pesquisa, foi perguntado aos entrevistados, sobre a importância do atletismo como conteúdo das aulas de Educação. Nessa questão, todos os participantes consideram a prática do atletismo de grande importância como conteúdo disciplinar. Os entrevistados apontaram em suas respostas que o atletismo é base para os demais esportes, sendo uma atividade de fácil aplicação e implantação, com recursos adaptáveis “proporcionando um aprendizado dinâmico e lúdico, quando adaptado das capacidades físicas, inseridas nas atividades envolvidas”, podendo trabalhar todas as competências e habilidades, e é importante “principalmente na vivência dos alunos em suas modalidades”. Destacando que “o atletismo é importante em todos os aspectos físicos e motores auxiliando no desenvolvimento do aluno como um todo.

Em relação à pergunta sobre como cada um desenvolve o conteúdo atletismo em suas aulas, foram determinadas diretrizes para as respostas. Caso respondessem afirmativamente à questão, deveriam responder somente as questões 06, 07 e 08, e se os entrevistados respondessem “não”, deveriam seguir diretamente para as questões 09 e 10.

Para esse questionamento, foram obtidas seis respostas, ficando assim estabelecidas: três dos participantes responderam sim; um respondeu que realiza pouco essa atividade, e dois afirmaram que o atletismo não faz parte de seu conteúdo disciplinar.

Na questão sobre como cada um desenvolve este conteúdo em suas aulas, foi pedido que fizessem um breve relato. As respostas obtidas para esse

questionamento apontam ficaram estabeleceram que os pesquisados em relação ao planejamento de suas aulas buscam aulas teóricas de fundamentos básicos e práticas; explicações teóricas e contextualizadas. Estafetas, mine competições sem cobrança demasiada sobre a técnica e nenhuma atividade voltada ao rendimento.

Quanto à adaptação dos recursos para a prática do atletismo, buscam nos planejamentos do Ensino Fundamental I, adaptar as características de provas como corridas, saltos, arremessos e lançamentos na dinamização de atividades competitivas; Improvisando locais e material (escolas públicas), e fazendo corridas, arremessos...

Sobre a prática das atividades do atletismo, realizam através das corridas, saltos e arremessos; desenvolve o atletismo e suas modalidades adaptando em relação ao material e ao espaço físico que na maioria das escolas é escasso.

Em relação à forma de trabalhar o atletismo, entendem que esse conteúdo pode ser trabalhado de diversas maneiras, uma delas é através do lúdico. Brincadeiras de pega-pega e outros.

Diante desse questionamento apenas um entrevistado relatou não desenvolvimento do conteúdo do atletismo, pela falta de estrutura adequada.

Perguntados sobre quais as maiores facilidades encontradas no desenvolvimento do atletismo em suas aulas, apenas oito dos participantes responderam. As respostas destacam fatores motivacionais como a motivação pelo novo; a predisposição dos alunos, uso de poucos recursos para trabalhar; as maiores facilidades são o desenvolvimento e a interação dos alunos com o atletismo, querendo sempre realizar os movimentos e vivenciando na prática o atletismo e suas modalidades; o desempenho dos alunos.

Em relação aos recursos os relatos são sobre a falta de implementos mínimos adaptados para a prática; o atletismo por ser uma modalidade simples e adaptável em qualquer local, e através do lúdico tudo fica facilitado;

Quanto à prática da modalidade do atletismo os entrevistados afirmam desenvolver movimentos naturais facilita o entendimento e o aprendizados das ações propostas; corridas.

Nessa etapa da pesquisa os entrevistadores levantaram a questão sobre quais as maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento do atletismo em suas aulas, e obtiveram, também apenas oito respostas. Sendo as dificuldades

no desenvolvimento do atletismo durante as aulas, foram relacionadas a falta de material e espaço físico adequados para a realização da prática do atletismo e suas modalidades, os aparelhos que existem nas escolas não estão disponíveis para todos os alunos, a falta de estrutura e implementos específicos. No entanto, com todas essas dificuldades relatadas, os entrevistados relataram que buscam a adequação de suas aulas através de planejamento, materiais alternativos.

Entre todas as respostas para essa questão, uma chamou a atenção: “apesar de adaptados à realidade é bastante distante de locais e implementos oficiais. Além disso não temos uma política pública que fomente a prática do esporte. Temos pouca ou quase nenhuma visibilidade televisiva. Tudo que poderia facilitar o desenvolvimento da modalidade no país é caro ou distante e de dispendioso acesso. Portanto sem uma política de investimentos nesse esporte e uma massificação na imprensa será difícil sua popularização”.

Nessa nona questão, a pergunta foi sobre quais as principais dificuldades enfrentadas para que o conteúdo atletismo não seja desenvolvido em suas aulas. Para essa análise, foram obtidas quatro respostas, onde foram consideradas como dificuldades para o desenvolvimento da prática do atletismo o material e o espaço físico; a infraestrutura e desinteresses dos alunos; a aceitação dos alunos e prazer de praticar, pistas específicas de corrida e uma melhor infraestrutura; e por fim, cultura do futebol, que após experimentada, as atividades se tornam atrativas e de fáceis realizações;

Novamente, infraestrutura, material e espaço físico são apontados como fatores que dificultam implementar o atletismo nas aulas de Educação Física. Entretanto, também são relacionados o desinteresse dos alunos e a cultura do futebol.

Na décima e última questão dessa entrevista, os questionados deveriam apontar quais alternativas eles reconhecem como adequadas para superação deste quadro de não desenvolvimento do atletismo em suas aulas.

Tendo quatro respostas para esse questionamento do estudo, os entrevistados estabeleceram como alternativas adequadas para o desenvolvimento do atletismo em suas aulas a sequência pedagógica, explicações contextualizadas, experimentações, mine jogos; maior investimento no esporte, com locais aptos para a prática da modalidade e incentivo aos alunos com competições; incentivo da modalidade com os alunos e uma conversa mais ampla do assunto com eles; e educação física fora da escola.

4.1 HISTÓRIA DO ATLETISMO: alguns apontamentos

A competição mais antiga que se tem conhecimento é o atletismo. E é por essa modalidade atlética que a história esportiva do ser humano passou a ser contada. Essa modalidade é chamada de esporte-base, porque ao ser praticado desenvolve o correr, o saltar e o lançar, movimentos naturais do homem. Uma prova de corrida, na cidade de Olímpia, na Grécia, realizada nos Jogos Olímpicos de 776 a.c, é o primeiro relato de uma competição esportiva. Essa competição, foi denominada pelos gregos de “stadium”, a distância a ser percorrida era de 200m, e foi vencida por Coroebus, “que é considerado o primeiro campeão olímpico da história”. Durante muito tempo, a principal prova olímpica compreendia “o lançamento de obstáculos, o salto em comprimento e corrida de obstáculos, denominada “pentatlo”. (SILVA s/d, p. 21).

Após vencerem os gregos em 146 a.C, os romanos mantiveram os eventos olímpicos originários da Grécia, porém em 394 d. C, os jogos foram abolidos pelo imperador de Roma, Teodósio. Foram oito séculos sem as competições olímpicas, que foram restaurados no século XIX, na Inglaterra, até que em 1834, um grupo de entusiastas ingleses, alcançou as exigências básicas para participar das competições, originando a realização de reuniões entre as universidades de Oxford e Cambridge. A partir de então, no ano de 1866, foi realizado o primeiro encontro nacional em Londres e posteriormente, em 1868, o “primeiro encontro amador”, que foi realizado nos Estados Unidos, que foi realizado em pista coberta. Esses momentos fizeram com que o atletismo alcançasse se expandisse para a Europa e para a América, dando início no ano de 1896, aos Jogos Olímpicos, na cidade de Atenas. Esses novos jogos, tinham como base as competições realizadas em Olímpia, porém, com algumas modificações que restauravam tais atividades. (SILVA s/d, p. 22).

A partir de então, os jogos passaram a ser realizados a cada quatro anos, não sendo disputados apenas em tempos de guerra. E no ano de 1912, foi fundada a Associação Internacional de Federações do Atletismo, com sede central em Londres, esse é um órgão que rege as competições de atletismo em nível internacional, sua função é estabelecer regras e oficializar as marcas conquistadas pelos atletas (SILVA s/d, p. 22).

4.2 FATORES CULTURAIS

Toda pessoa humana é responsável por si mesma, e tem a capacidade de construir para si e para os seus, um mundo sobre as bases do trabalho e do amor, relata Alves (1984, p. 47). Esse mundo que é composto pela cultura, está submetido ao que foi transmitido por seus antepassados. Em um mundo constituído pela cultura, submetido ao que foi herdado dos antepassados, o homem nega suas necessidades imediatas, exemplificadas como seus desejos sexuais, preferências alimentícias, entre outros fatores. Cultura é o nome dado para esse mundo que o ser humano imaginou e construiu. Transmitida pelos antepassados, é por esse fator social que os mais jovens aprendem sobre a sociedade em que vivem, por meio de histórias que são contadas, por cantigas, repreensão, ameaças, etc. E na escola, o professor se torna responsável por mostrar para aqueles que chegam à instituição de ensino, esse mundo criado pelo ser humano, ensinando às crianças a calar “a voz da sabedoria do corpo”, condição necessária para pertencer à sociedade (ALVES, 1984, p. 8).

Dotada desses conhecimentos adquiridos, hábitos e comportamentos formados em suas famílias, Charlot (2005, p. 135) descreve que a criança chega à escola carregando marcas culturais, que se revelam na língua, nas religiões praticadas pela família, nas comidas preferidas, nas músicas, e entre outros fatores. A escola precisa então trabalhar, considerar e esclarecer essas “heranças culturais”.

A atividade física está presente na vida dos seres humanos desde os tempos pré-históricos, devido à necessidade de sobrevivência dos homens das cavernas. Os estudos de Bagnara et al (2010, p. 1), informam que “desde a pré-história a Educação Física vem sendo influenciada pela sociedade. Nessa época as atividades físicas ficaram restritas a defender-se e atacar. A luta pela sobrevivência levou a movimentos naturais”.

Segundo os estudos de (Mathiessen: Calvo; Faganello; 2005 p. 38), as crianças ao chegarem à escola possuem um conhecimento, mesmo que limitado, sobre a prática do atletismo. Por isso, é preciso que antes de iniciar as práticas esportivas com seus alunos, o professor realize um levantamento do conhecimento dos estudantes sobre essa atividade, através de um trabalho em equipe, fator que favorece as ações em grupo. A partir de então, é necessário

levar as crianças até a pista, local em que o professor poderá realizar exercícios que permitirão a familiaridade dos estudantes com o espaço esportivo.

Na escola, a disciplina de Educação física tem o objetivo de auxiliar aos infantes, em sua saúde e também, em seu desenvolvimento motor. A atividade esportiva ensina a criança e ao adolescente valores como o respeito às regras, o trabalho em grupo e como viver em sociedade.

Tubino, Garrido e Tubino (2006, p.37), afirmam que o esporte é um:

Fenômeno sócio-cultural, cuja prática é considerada direito de todos, e que tem no jogo o seu vínculo cultural e na competição o seu elemento essencial, o que deve contribuir para a formação e aproximação dos seres humanos ao reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação, o que pode torná-lo num dos meios mais eficazes para a comunidade humana.

Entre todos os termos pertencentes à cultura escolar, três elementos são muito importantes na formação social do ser humano, que está em desenvolvimento, apontados por Almeida (2007, p. 9), a brincadeira, o jogo e o brinquedo, “são termos estreitamente relacionados com o que concebemos, nos espaços escolares, como lúdico”. O termo lúdico é muito comum e está relacionado exclusivamente à “necessidade, direito e privilégio” dos infantes, sendo associado à prazer e satisfação gratuitos, os recentes estudos afirmam que o lúdico é um fator importante para que o homem adquira a capacidade de se desenvolver, além do entendimento de suas responsabilidades diante do mundo (ALMEIDA 2007, p.15).

A prática do Atletismo para Kirsch, Koch e Oro (1984), além de ter como base os movimentos naturais como correr, saltar, lanças, arremessar, propicia ao aluno o desenvolvimento mútuo das coordenações motoras, que os auxilia integralmente na realização de gestos técnicos, não apenas do atletismo, mas colaborando para outras modalidades esportivas. Além disso, é possível trabalhar atividades que devem ser desenvolvidas conforme o desempenho e limites de cada um, colaborando no processo de desenvolvimento de habilidades motoras, bem como explorar capacidades físicas.

Disputada por homens e mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos, essa é uma atividade esportiva em que há muito a ser ensinado, quanto muito a aprender. Entre os nomes brasileiros que já se destacaram nessa modalidade esportiva estão: Adhemar Ferreira da Silva, Néelson Prudêncio, João Carlos de

Oliveira (João do Pulo), Ronaldo da Costa, sendo Maurren Higa Maggi, destaque no seguimento feminino, e muitos outros. (MATTHIESEN 2014, p. 13).

Ao dar início ao ensino do atletismo, essa prática pode ser realizada em qualquer lugar, fazendo uso de materiais e implementos que podem ser adaptados afirma Matthiesen (2024, p. 14), sendo essa uma “modalidade esportiva que favorece essas adequações”.

E ainda, o atletismo é uma prática que favorece “o crescimento corporal e psicológico do aluno, proporciona diversos tipos de conhecimentos dentro ou fora da própria sala de aula” (LECOT; SILVEIRA 2014).

4.3 O ATLETISMO COMO PRÁTICA ESCOLAR

O atletismo é uma modalidade clássica, porém não é muito difundido como prática das atividades de Educação Física, no ambiente escolar, afirma (OLIVEIRA; CEZAR, 2020), apontando a possibilidade de não haver incentivo suficiente, falta de espaço físico, os profissionais não serem bem preparados e materiais insuficientes para essa prática esportiva, como justificativas para essa assertiva. Ao serem somados os esforços e o conhecimento, a praxe pedagógica do professor dessa disciplina “pode contribuir efetivamente para formação dos alunos, sendo que os professores devem priorizar todas as modalidades” (OLIVEIRA; CEZAR, 2020).

A Confederação Brasileira de Atletismo, CBAAt (2016), aponta que a modalidade esportiva do atletismo, é composta por “provas de pista (corridas), de campo (saltos e lançamentos), provas combinadas com diversas modalidades esportivas, como decatlo e heptatlo (que reúnem provas de pistas e de campo), o pedestrianismo (corridas de rua como a maratona), corridas em campo (cross country), corridas em montanha, e marcha atlética”. Esse fator demonstra que o atletismo é uma prática esportiva de grande importância, que consta nos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Na educação física escolar, o atletismo é uma disciplina respeitada, pois é muito importante no processo de formação educacional escolar, a fim de valorizar um ensino mais completo, o conteúdo do atletismo no âmbito da sua formação tem proposto os seguintes resultados: motores, social e cultural, sendo que o aprendizado do conteúdo do atletismo pode ser adaptado à inserção dos

alunos, o atletismo consiste em um dos esportes mais recomendados para esses fins (LECOT; SILVEIRA, 2014).

Há a necessidade da Educação Física ser realizada de maneira diferente, de forma que o aluno faça uso dos materiais e dos espaços para essa prática “desenvolvendo a criatividade, aumentando mais suas capacitações e estas sendo avaliadas através das provas” (LECOT; SILVEIRA, 2014).

Ao ensinar a prática do atletismo, é preciso superar desafios diversos, uma vez que existem outras práticas esportivas mais fáceis de serem implantadas e mais adequadas às atividades escolares. Diante desses fatores, cabe ao professor desse conteúdo transmitis para seus alunos “não apenas os procedimentos, mas os conceitos e atitudes (MATTHIESEN 2014, p. 23)

5 ADAPTAÇÕES PARA A PRÁTICA DO ATLETISMO

5.1 PRATICANDO O ATLETISMO

A disciplina de Educação Física é uma prática educacional que visa a promoção das relações interpessoais, autoestima e a autoconfiança, relata Marco (1995, p. 77), de maneira que valorize o que cada pessoa tem capacidade de realizar de acordo com as potencialidades e limites próprios. Destarte, o professor de Educação Física necessita realizar suas aulas aplicando bem o conteúdo proposto, sempre observando o comportamento de seus alunos, como perda de autoestima ou aqueles que entendem que não têm a capacidade de realizar determinadas atividades ou movimentos, cuidando para que sua prática não seja desencadeadora de bullying durante ou depois de seu horário.

O atletismo é uma das modalidades esportivas individuais que proporcionam resultados no contexto esportivo e social. Esse conteúdo no cotidiano é desvalorizado, sendo reconhecido mais, tarde quando o ser humano precisa utilizar de seus benefícios para adquirir uma melhor qualidade de vida, afirma Oliveira (2014, p. 3). E aponta, que esse é um conteúdo ao ser oferecido para as crianças, se torna responsável por desenvolver as habilidades motoras dos infantes. Para ser praticado, o atletismo não possui grandes exigências, e se os materiais utilizados para tal atividade, podem ser desenvolvidos pelo próprio professor de educação física.

Na mesma direção, Gonçalves (2007, p. 01), relata que “o atletismo é estritamente ligado aos movimentos naturais de correr, marchar, lançar, arremessar e saltar, e por isso, é chamado esporte base”.

A prática da Educação Física consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei n. 9394/06, determinando em seu artigo 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, (BRASIL, 1996)

Essa importante diretriz da educação nacional, aponta ainda em seu inciso terceiro do referido artigo que a Educação Física deve ser integrada à proposta pedagógica das instituições educacionais, sem esse “um componente curricular obrigatório da educação básica”, e sua prática deve ser realizada em caráter facultativo para os alunos que trabalham e cumpram um “jornada igual ou superior a seis horas”, pessoa que tenha mais de trinta anos de idade e para quem estiver prestando o “o serviço militar inicial ou em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física”, e quem estiver “amparado pelo Decreto-lei n. 104 (BRASIL, 1996).

A BNCC (2018, p. 213), reconhece a Educação Física como componente curricular que possui práticas corporais nas suas diferentes maneiras “de codificação e significação social”, compreendidas como manifestações das formas de expressão do ser humano, sendo produzidas por diferentes grupos sociais no decorrer do processo histórico. Apontando também, que durante as aulas de Educação Física “as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório”, de maneira que assegure ao discente a “(re) construção de um conjunto de conhecimentos que permitam que o educando participe de forma consciente em seu meio social. Destarte, essa importante diretriz, faz uma abordagem através das práticas corporais que possibilitam experiências sociais, estéticas, emotivas e lúdicas, essenciais para a Educação Física, se tornando um dos componentes curriculares e uma das competências essenciais para o Ensino Fundamental.

É importante que os estudantes adquiram conhecimento sobre todas as práticas do atletismo, segundo é apontado por Matthiesen (2014, p. 18):

Se seu objetivo é que seu aluno conheça o atletismo, ensine todas as suas provas, fazendo, quando se fizer necessário, adaptações nos materiais, nas regras oficiais e na prova em si. Os materiais adaptados ou alternativos vão lhe ajudar nisso, você verá!

Está determinado pela Lei n. 9195, em seu capítulo 3, a natureza e a finalidade do desporto, reconhecendo as práticas esportivas, apontando uma classificação e estabelecendo três formas para a manifestação dos esportes, indicando três categorias: o esporte educacional, o esporte de rendimento, o esporte de participação e o esporte de formação. Como componente curricular, o esporte deve ser trabalhado de maneira que não aconteça “a seletividade e hipercompetitividade de seus praticantes, sua finalidade deve ser o desenvolvimento integral de cidadania e a prática do lazer (BRASIL, 1998).

O Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), com base nos conteúdos propostos pela BNCC, apresentam uma estrutura que destaca que o professor de Educação Física tem a escolha nas modalidades que serão trabalhadas e em todos os anos escolares, podendo o adequar a cada turma, devendo considerar os critérios objetivos e subjetivos. Essas duas diretrizes apontam também, como categorias esportivas a serem trabalhadas: marca, precisão, técnico-combinatório, rede/quadra dividida ou parede rebote, campo e taco, invasão territorial e combate.

Diante do apresentado por essas duas bases curriculares, esse estudo destaca a categoria “marca”, como um importante conteúdo a ser trabalhado, uma vez que se refere a “um conjunto de modalidades que se caracterizam por comparar os resultados registrados em segundos, metros ou quilos”, representados pelas provas de “patinação de velocidade, todas as provas do atletismo, remo, ciclismo, levantamento de peso, etc”. Assim, essa categoria é caracterizada por esportes onde o resultado é auferido a partir do tempo, da distância ou do peso, como exemplos é possível citar também a corrida e o salto em distância, entre outros.

Praticando o atletismo na escola, o educando terá a oportunidade de desenvolver suas habilidades motoras básicas, que estão vinculadas às demais atividades esportivas, não se limitando somente as técnicas e táticas, mas proporcionando prazer e alegria através da vivência das atividades lúdicas e recreativas, relata Citadella, (2014, p. 5).

5.2 ADAPTANDO MATERIAIS E ESPAÇOS PARA A PRÁTICA DO ATLETISMO

O professor da disciplina de Educação Física, que tiver o firme propósito de ensinar o conteúdo do atletismo em suas aulas, precisa lançar mão dos recursos que possui, como afirma Matthiesen (2014, p. 25):

O trabalho considerando as dimensões dos conteúdos ampliará as possibilidades de abrangência e acesso aos conhecimentos concernentes a essa modalidade esportiva. Envolver os conceitos os procedimentos e atitudes em suas ações pedagógicas fará com que seus alunos tenham um contato mais profundos com esse conhecimento.

O mestre deve fazer com que seus alunos compreendam que nas atividades do dia-a-dia há muito do atletismo envolvido. Ao desenvolver jogos que envolvam a corrida, o salto, o arremesso e o lançamento, permitirá aos educandos a identificação das “similaridades com as provas do atletismo”, para dessa forma, os levar a entender qual é a contribuição desse conteúdo em suas vidas. Assim, essa modalidade esportiva estará mais próxima da realidade das crianças e jovens, de forma que fará sentido para eles.

Seguindo esses passos, pouco a pouco cada um perceberá que “o correr, o saltar, o arremessar e o lançar” do atletismo, não são meras atitudes de “correr, saltar, arremessar e lançar, mas envolvem regras e movimentos técnicos específicos que fazem dessa modalidade de esportiva o que ela é” segundo Matthiesen (2014, p. 25).

Diante desses fatores, o docente deve observar no ambiente escolar o que pode ser utilizado para a sua prática docente, uma vez que cada escola possui uma realidade diferente. É importante observar nesse momento o espaço físico, os materiais existentes e qual é o real interesse dos alunos, para dar início ao ensino do atletismo (MATTHIESEN 2014, p. 37).

Em relação ao espaço físico, Matthiesen (2014, p. 37), aponta que se a escola contar com uma pista para as atividades do atletismo, ela pode ser utilizada, caso contrário, deverão ser realizadas as adaptações necessárias para a prática desse conteúdo. Tudo aquilo que existir dentro dos muros da escola, pode ser utilizado e transformado: uma pista, uma quadra, um pátio, um espaço que contenha grama com areia e até uma sala de aula, são elementos que podem ser adaptados para dar início a essa prática esportiva.

Barbante, cal e giz podem ser utilizados para “traçar as raias de uma pista”, informa Matthiessen (2014, p. 38). E continua, para as atividades de salto em distância e de salto triplo pode ser construída uma área contendo areia, sendo necessária a elaboração de um espaço para que possa ser realizada a corrida. E por fim. É possível delimitar um espaço traçando um círculo com giz ou cal, para a realização das atividades de arremesso de peso, marcando o espaço para a queda. Caso o ambiente seja constituído por grama, é possível demarcar as linhas, simplesmente cortando a grama.

Para reduzir os custos com a prática do atletismo na escola, de forma que esse conteúdo possa ser colocado em prática, Matthiesen (2014 p. 40), aponta que:

Utilizando materiais de baixo custo e/ou recicláveis (garrafas plásticas, cabos de vassoura, jornal, papelão, etc), os alunos poderão contribuir para a construção de materiais que utilizarão nas aulas de atletismo, ou seja, poderão produzi-los e pintá-los, explorando sua criatividade, colorindo-os, colando gravuras ou escrevendo seus nomes neles” (MATTHIESEN 2014, p. 40).

Um fator que deve ser destacado, é que uso desses materiais é que por serem mais leves, são muito propícios para dar início à prática esportiva, além de poderem ser usados em qualquer espaço da instituição escolar, reduzem a possibilidade de acontecer algum tipo de acidente com os discentes.

Na mesma direção, Citadella (2014, p.4), ressalta que para se realizar a prática do conteúdo do atletismo dentro da escola, não é “necessário materiais e/ou espaço físico”. Essas atividades podem ser praticadas em um ambiente escolar adaptado, composto por “materiais alternativos”, porque é de conhecimento que para as instituições de ensino adquirirem tais equipamentos é difícil.

Google Forms, composto pela Carta Convite, Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TCLE), com questões elaboradas pelos pesquisadores para a coleta de dados referentes à população pesquisada. É importante ressaltar que os participantes foram devidamente informados sobre os procedimentos, riscos, desconfortos e confidencialidade da pesquisa, sendo garantido o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso acarrete em eventuais penalidades. Sendo o período compreendido para resposta a esse questionamento correspondente aos meses de junho a setembro.

Essa análise foi composta por dez perguntas, direcionadas a dez professores da disciplina de Educação física, das escolas da cidade de Leopoldina/MG, situada na Zona da Mata Mineira. Responderam a esse questionário nove professores, correspondendo a 90% do universo estatístico pesquisado. Apenas um professor não respondeu à pesquisa, o que corresponde a 10% da população pesquisada. Obtidos os dados pela plataforma Google Forms, foi realizada uma análise descritiva dos resultados e utilizada a média para entender a quantificação dos dados. A seguir, esse estudo foi apresentado à comunidade acadêmica por meio da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

6 CONCLUSÃO

Essa pesquisa de conclusão de curso possui abordagem quantitativa e qualitativa com caráter descritivo. O objetivo dessa investigação foi entender como se realiza a prática do atletismo nas aulas de Educação Física. Para tanto, analisou obras de diversos autores que trouxeram informações apontando para a importância de se ensinar o atletismo nas escolas. Esse estudo, contou também com um questionário direcionado à dez professores de Educação Física, pela plataforma Google Forms, contendo dez perguntas para entender como os docentes consideram o conteúdo do atletismo nessa disciplina, bem como quais são as dificuldades, facilidades, e como podem solucionar a falta de espaço e materiais para que essa atividade física possa ser realizada em suas aulas.

Os docentes que responderam a esse questionamento afirmaram que consideram a prática do atletismo muito importante, informando que essa modalidade esportiva é de fácil aplicação e implantação, sendo os recursos facilmente adaptáveis.

O atletismo é a competição de conhecimento mais antigo e, a história esportiva da humanidade passou a ser contada por ele. Chamado de esporte-base, essa modalidade esportiva conta com atividades que envolvem o correr, o saltar e o arremessar, fatores que são movimentos naturais do homem e são desenvolvidos na prática desse conteúdo da Educação Física. Esses movimentos são transmitidos de geração em geração, cabendo ao professor dessa disciplina, ser o mediador nesse processo de aprendizagem. Praticar o

atletismo, significa realizar uma atividade que desenvolve as habilidades motoras e no futuro permite à pessoa humana uma melhor qualidade de vida.

Através das respostas, os pesquisadores identificaram que os entrevistados elaboram as atividades para a prática do atletismo, por meio de aulas teóricas com fundamentos básicos e práticas contendo explicações teóricas e contextualizadas, adaptando os recursos disponíveis. Sendo as principais atividades oferecidas aos alunos as corridas, os saltos e os arremessos. Os professores de Educação Física apontando como fatores facilitadores a motivação pelo novo, a predisposição e a interação dos alunos desejando realizar os movimentos e vivenciar as atividades propostas. Porém, relataram que há poucos implementos para a prática do atletismo na escola, e que os recursos para essa atividade são facilmente adaptáveis.

Esse estudo observou que o atletismo é pouco difundido dentro dos muros escolares, na maioria das vezes por falta de incentivo, espaço físico ou preparo dos profissionais e materiais didáticos. Contudo, é um conteúdo respeitado, uma vez que é muito importante na formação dos estudantes.

Em relação às dificuldades para essa prática pedagógica, os pesquisadores tiveram como resposta a falta de material, espaços físicos adequados para tal prática esportiva, os aparelhos existentes nas escolas não são suficientes para se adequarem a todos os alunos, bem como a falta de uma política pública que contemple essa atividade como conteúdo das aulas de Educação Física.

Dessa forma, a infraestrutura, o material e o espaço físico são fatores apontados como dificuldades para implementar essa modalidade do esporte na instituição escolar. Sendo relacionado também o desinteresse dos alunos.

Por fim, apontaram como alternativas para que a atividade física do atletismo seja implantada nas escolas, uma sequência pedagógica, contendo explicações contextualizadas.

O papel dos pesquisadores contribuiu para trazer à luz, a importância da prática do atletismo, chamando a atenção para uma atividade que é pouco incentivada nas escolas, muitas vezes pela falta de infraestrutura ou materiais adequados. Sendo esse um período de expectativa e aprofundamento nos estudos, que trouxe uma aprendizagem para se realizar pesquisa e escrita, tornando os futuros profissionais de Educação Física mais preparados para

quando estiverem realizando sua prática profissional, atentos às atividades que estiverem realizando.

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Língua Portuguesa e Ludicidade: ensinar brincando não é brincar de ensinar.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo. 2017. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/14465/1/Paulo%20Nunes%20de%20Almeida.pdf> Acesso em: 30 jul 2022

ALVES, Rubem Azevedo. **O que é Religião.** São Paulo. Abril Cultural/Brasiliense.

BERBER, Cláudia; JÚNIOR, Orlando Mendes Fogaça. **O Ensino do Atletismo na Disciplina de Educação Física: desafios e possibilidades.** In: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor-PDE. Vol; 1. Paraná. 2016. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edfis_uel_claudiaberber.pdf Acesso em: 20 jul 2022

BRAGADA, José. **Atletismo na Escola.** Editora Escrytos|Ed. Autor, 2020

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 14 ago 2022

BRASIL. Lei n. 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 jun 2022

CITADELLA, Jeferson Luís **ATLETISMO ESCOLAR: DESENVOLVENDO AS HABILIDADES MOTORAS ATRAVÉS DA LUDICIDADE.** Dois Vizinhos. 2014. In: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Vol. 1. 2013

CBAAt - Confederação Brasileira de Atletismo. **Atletismo Regras Oficiais de Competição 2016-2017.**

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação de Professores e Globalização: questões para a educação hoje.** Porto Alegre. Artmed, 2005.

DE MARCO, Ademir (org.). **Pensando a Educação Motora.** São Paulo: Papyrus, 1995.

FRAINER, D. E. S., ABAD, C.C.C., DE OLIVEIRA, F.R., & PAZIN, J. **Análise da Produção Científica Sobre o Atletismo no Brasil: uma revisão sistemática.** Revista Brasileira de Ciência e Movimento, 25 (1), 199-211.2017.

GOMES, leomires Barbosa. **Atletismo Como Esporte Base No Desenvolvimento Motor**. Brasília: Jacarepaguá, 2010.

GONÇALVES, Gilberto. O ensino do atletismo nas aulas de Educação Física. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/78665601/o-ensino-do-atletismo-nas-aulas-de-educacao-fisica/2v> Acesso em: 23 jul 2022

GRESPLAN, Márcia Regina. **Educação Física no Ensino Fundamental: primeiro ciclo**. 4 ed. Campinas. Papyrus. 2012

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf Acesso: 17 set 2022

KIRSCK, August.; KOCH, Karl; ORO, Ubirajara. Antologia do atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

LECOT, Francisco Matias; SILVEIRA, Rozana Aparecida de. **O conhecimento do conteúdo na educação física escolar**. CINERGIS. 2014 Disponível em: <file:///C:/Users/Afonso/Downloads/4802-Texto%20do%20Artigo-23709-1-10-20150210.pdf> Acesso em: 25 jun 2022

MATTHIESEN. Sara Quenzer. **Atletismo na escola**. Maringá. Eduem. 2014 Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94636/000916393.pdf?seque> : Acesso em: 25 jun 2022

Revista
ARGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

MATTHIESEN. Sara Quenzer. **Atletismo: teoria e pratica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

OLIVEIRA, Genário Mendes de. **Praticando o Atletismo de Forma Lúdica**. in: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor de PDE. SEE-Governo do Estado do Paraná. 2014 Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_edfis_pdp_genario_mendes_de_oliveira.pdf Acesso em: 25 ago 2022

PEREIRA, et al. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 1 ed. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, NTE. 2018 Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1 Acesso: 30 jul 2022

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso: 20 mai 2022

ROSA, R.S.; MENDES, F.G.; BACKES, A.F.; RAMOS, V.; & de SOUZA, E.R. **Atletismo e Escola: interfaces com o conhecimento e desenvolvimento humano discente**. Educación Física y Ciencia, 21 (3), 090. 2019.

SILVA, Adalberto Pereira da. **Atletismo**. INTA -Instituto Superior de Teologia Aplicada. s/d. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/efyc/v21n3/2314-2561-efyc-21-3-e090.pdf> Acesso em: 20 jul 2022

SOARES, Dr. Elionai Dias. **Projeto de Prática**: “Limites e possibilidades para o ensino do atletismo na escola.” 2019. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/projeto-de-pratica-limites-e-possibilidades-para-o-ensino-do-atletismo-na-escola/163733>) Acesso: 18 mai 2022

SOUZA, Patrícia Daura de; ABREU, Patrícia Silveira; BELMIRO, Janira Américo; SOUZA, Edison Roberto de. **Atletismo nos Jogos Internos da Educação Física**: compreendendo os motivos do desinteresse de sua prática. Revista Digital. Buenos Aires. Ano 11. N. 103. 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd103/atletismo-educacao-fisica.htm> Acesso: 25 set 2022

TUBINO, Manoel José Gomes; GARRIDO, Fernando Antonio Cardoso; TUBINO, Fabio Mazon. **Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2006.

UNESCO. Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. 2022. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declaração%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf> Acesso em: 20 jun 2022

Revista
@RGUMENTANDUM
A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, RG _____, declaro que li todas as informações contidas nesse documento e na Carta Convite, fui devidamente informado por **Adelir Souza Aguiar e Artur Campos Louro Queiroz** dos procedimentos que serão utilizados, riscos, desconfortos e confidencialidade do trabalho acadêmico, o que me leva a estar de acordo em participar da entrevista (resposta ao questionário). Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso acarrete eventuais penalidades.

Leopoldina / MG, 05/ 04/ 2022.

@RGUMENTANDUM

A revista eletrônica da Faculdade Sudamerica

Assinatura do Professor de Educação Física

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO

1. Idade

2. Gênero

3. Tempo de formação

a) Menos de um ano

b) Entre 1 e 5 anos

c) Mais de 5 anos

4. Qual a importância do atletismo como conteúdo das aulas de Educação Física?

5. Você desenvolve o conteúdo atletismo em suas aulas? (Se a resposta for afirmativa para esta questão, responda somente as questões 03, 04, 05. Caso a resposta seja negativa, siga diretamente para as questões 06 e 07).

6. Como você desenvolve este conteúdo em suas aulas? Descreva brevemente.

7. Quais as maiores facilidades encontradas no desenvolvimento do atletismo em suas aulas?

8. Quais as maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento do atletismo em suas aulas?

9. Quais as principais dificuldades enfrentadas para que o conteúdo atletismo não seja desenvolvido em suas aulas?

10. Quais alternativas você reconhece como adequadas para superação deste quadro de não desenvolvimento do atletismo em suas aulas?